


INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 176/2025
Data: 12/11/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
ESTUDO DA ANTAQ APONTA FALHAS E PEDE MAIS RIGOR NOS TERMINAIS DE USO PRIVADO, OS TUPS	4
SETOR PORTUÁRIO ALERTA PARA PREJUÍZOS COM REDUÇÃO DO REPORTO PELO GOVERNO FEDERAL; ENTENDA	5
LICITAÇÃO DE CONDOMÍNIO LOGÍSTICO NO PORTO DE SANTOS TEM PEDIDO DE ANULAÇÃO FEITO POR ASSOCIAÇÃO; ENTENDA	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
LEILÃO DE R\$ 5,8 BI PREVÊ OBRAS DE TRANSMISSÃO EM QUATRO ESTADOS DO NE	8
CABEDELO (PB), SUAPE (PE) E ITAQUI (MA) VENCEM PRÊMIO ESG NO CIDESPORT 2025	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
PORTARIA SOBRE EMBARCAÇÕES SUSTENTÁVEIS ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA	11
MPOR LEVA À COP30 NOVOS MARCOS DA AGENDA VERDE DO SETOR PORTUÁRIO	12
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS SE UNE A PAÍSES AMAZÔNICOS EM ALIANÇA PELO TRANSPORTE SUSTENTÁVEL	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
NA COP30, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INTEGRA ALIANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA	15
AUTOPISTA FLUMINENSE: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES MODERNIZA CONTRATO DA BR-101/RJ EM NOVO LEILÃO	16
PORTAL PORTO GENTE	18
AEROPORTO DE BELÉM INSTALA BIOMETRIA FACIAL PARA OTIMIZAR CONTROLE DE FRONTEIRA	18
PORTO DO AÇU PLANEJA NOVOS INVESTIMENTOS NO SERVIÇO DE TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES	19
NORSUL É A PRIMEIRA EMPRESA DA AMÉRICA LATINA A ADOTAR PINTURA ELETROSTÁTICA ANTI-INCRUSTANTE SEM BIODAS EM NAVIO DE CARGA	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	22
EDITORIAL – A ALIANÇA PELO TRANSPORTE SUSTENTÁVEL	22
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA – ESTRATÉGIA - PORTO DE SANTOS – SOBRE PÁTIOS E ACESSOS	23
COP30 - BRASIL E PAÍSES AMAZÔNICOS LANÇAM ALIANÇA PELO TRANSPORTE SUSTENTÁVEL	25
NACIONAL - MPOR LANÇA CONSULTA PÚBLICA PARA CERTIFICAÇÃO DE EMBARCAÇÕES SUSTENTÁVEIS	27
COP30 - PLANO BRASILEIRO LANÇADO NA COP30 TENTA INTEGRAR GOVERNANÇA CLIMÁTICA NO PAÍS	28
COP30 - SIMONE TEBET ANUNCIA US\$ 1 BI DE FINANCIAMENTO PARA CIDADES NA REGIÃO AMAZÔNICA	30
COP30 - FINEP PREVÊ R\$ 460 MI PARA ESTUDOS DE BIOTECNOLOGIA E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS	30
COP30 - TCU: 9 EM CADA 10 PAÍSES NÃO SABEM QUANTO GASTAM PARA ENFRENTAR MUDANÇAS CLIMÁTICAS	30
COP30 - PESQUISA INDICA QUE SÓ 10% DOS ALUNOS BRASILEIROS SABEM O QUE É COP30	32
COP30 - GOVERNADOR DA CALIFÓRNIA DIZ QUE POSTURA DOS EUA SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS É 'BURRA'	32
COP30 - ANTES DA DEFINIÇÃO DA PRÓXIMA CONFERÊNCIA, ETIÓPIA JÁ É CONFIRMADA COMO SEDE DA COP32	33
COP30 - COP NO BRASIL TEM 47 MIL INSCRITOS, SEGUNDO MAIOR NÚMERO NA HISTÓRIA	34
TRANSPORTES PORTOS - ANTAQ LANÇA PROJETO OUTORGA VERDE EM AMBIENTE REGULATÓRIO EXPERIMENTAL	34
TRANSPORTES PORTOS - ABRATEC CONTESTA EDITAL PARA CESSÃO DE ÁREA NO PORTO DE SANTOS	36
TRANSPORTES PORTOS - OBRAS DE REFORÇO ESTRUTURAL DA ILHA BARNABÉ DEVEM COMEÇAR EM ATÉ 90 DIAS	37
TRANSPORTES RODOVIAS - ANTT LEILOA BR-101/RJ E DESTRAVA R\$ 10 BI PARA MODERNIZAR CORREDOR DO PETRÓLEO	38
REGIÃO SUL - DER RESTABELECE TRÁFEGO DAS RODOVIAS DO PARANÁ APÓS TORNADOS	40
TRANSPORTES RODOVIAS - DNIT ASSUME OBRAS DO COMPLEXO VIÁRIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS	41
TRANSPORTES AVIAÇÃO - REGIÃO SUDESTE - GUARUJÁ DETALHA ETAPAS FINAIS PARA HOMOLOGAR PISTA DO AEROPORTO	42
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS E BNDES LANÇAM EDITAL PARA CONTRATAR 5 MILHÕES DE CRÉDITOS DE CARBONO	43
ENERGIA - CCJ ANALISA PL QUE DÁ AOS BOMBEIROS A REGULAÇÃO DE PONTOS DE RECARGA DE VEÍCULOS	44
MINERAÇÃO - FÓRUM BRASIL EXPORT MINAS E ENERGIA PROMOVE DEBATE SOBRE O FUTURO DA MINERAÇÃO	46
NACIONAL - CÂMARA APROVA PROJETO QUE AMPLIA PUNIÇÕES CONTRA MINERAÇÃO ILEGAL	47
NACIONAL - SERRA VERDE OBTÉM APOORTE DE US\$ 465 MILHÕES DOS EUA PARA EXPANDIR MINA	48
REGIÃO NORDESTE - BRASKEM FECHA ACORDO DE R\$ 1,2 BI COM ALAGOAS POR DESASTRE DO SAL-GEMA	49
POLÍTICA - DERRITE ALTERA RELATÓRIO, RERA MUDANÇAS NA LEI ANTITERRORISMO E PONTOS POLÊMICOS SOBRE PF	50
NACIONAL - HUB – CURTAS - BRASIL SE CONSOLIDA COMO SEGUNDO MAIOR MERCADO DE AVIAÇÃO DO MUNDO	51
Aviação em alta	51
Crédito	51
Expansão	52
Petróleo: projeções revisadas	52
Maior conscientização	52



POLÍTICA - LÍDER DO PT NA CÂMARA DIZ QUE RECUO DO RELATOR FOI UMA "VITÓRIA DA RACIONALIDADE	52
FINANÇAS - INFLAÇÃO DESACELERA EM OUTUBRO E ALCANÇA MELHOR RESULTADO DOS ÚLTIMOS 27 ANOS.....	53
FINANÇAS – COM 158 MIL PONTOS, IBOVESPA CHEGA À 15ª ALTA SEGUIDA; DÓLAR CAI 0,64%	54
FINANÇAS - LULA ASSINA MEDIDA QUE ALTERA REGRAS PARA VALES-ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO	54
PRINCIPAIS MUDANÇAS NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)	56
JUSTIÇA - VICE-GOVERNADORA DO DF DIZ QUE PENITENCIÁRIA DA PAPUDA NÃO TEM COMO RECEBER BOLSONARO.....	56
JUSTIÇA - LÍDER DA OPOSIÇÃO ACREDITA EM VOTAÇÃO DA ANISA A CONDENADOS PELO 8/1 ATÉ O FIM DO ANO.....	57
JUSTIÇA - DIAS TOFFOLI E ANDRÉ MENDONÇA DISCUTEM EM SESSÃO DA SEGUNDA TURMA DO STF	58
JUSTIÇA - COM FUX FORA DA PRIMEIRA TURMA, PGR PEDE CONDENAÇÃO DE 'KIDS PRETOS' POR TRAMA GOLPISTA	58
JUSTIÇA - DENÚNCIA CONFIRMA AÇÕES PARA PRESSIONAR COMANDO DO EXÉRCITO E NEUTRALIZAR AUTORIDADES	60
JORNAL O GLOBO – RJ.....	60
MAURO VIEIRA E MARCO RUBIO DISCUTEM TARIFAÇÃO NUM RÁPIDO ENCONTRO EM EVENTO DO G7 NO CANADÁ	60
TCU CRIA FORÇA-TAREFA PARA FISCALIZAR NOVE ESTATAIS EM CRISE FINANCEIRA. VEJA QUAIS.....	62
CORREIOS: TCU FAZ AUDITORIA PRESENCIAL NA ESTATAL EM CRISE PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA GESTÃO.....	64
MILHARES DE CABEÇAS DE GADO URUGUAIAS ESTÃO RETIDAS EM NAVIO NA TURQUIA POR FALTA DE DOCUMENTAÇÃO, E AO MENOS 48 MORRERAM; VÍDEO	64
ALTA DE SERVIÇOS LEVA A REVISÃO NAS PROJEÇÕES DO PIB DO TERCEIRO TRIMESTRE, DIZEM ECONOMISTAS.....	66
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	67
EUA ANUNCIARÃO ALÍVIO TARIFÁRIO PARA CAFÉ, BANANA E OUTROS PRODUTOS NOS PRÓXIMOS DIAS, DIZ BESSANT	67
TCU ANUNCIA FORÇA-TAREFA PARA AMPLIAR FISCALIZAÇÃO SOBRE ESTATAIS APÓS NOVO ALERTA DO TESOURO	68
BRASIL FOI LENTO NA REAÇÃO AO TARIFAÇÃO DE TRUMP, DIZ RUBENS BARBOSA	69
VOLUME DE SERVIÇOS CRESCE 0,6% EM SETEMBRO E REGISTRA OITAVA ALTA SEGUIDA	70
VALOR ECONÔMICO (SP).....	71
BNDES FECHA ACORDOS NA COP30 QUE SOMAM R\$ 21 BI PARA PROJETOS SUSTENTÁVEIS	71
INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DO SUDESTE SERÁ DEBATIDA EM BELO HORIZONTE.....	72
INVESTIMENTOS EM PORTOS CRIAM NOVAS PERSPECTIVAS LOGÍSTICAS PARA O NORDESTE.....	73
CABOTAGEM AVANÇA NO NORDESTE COM NOVAS LINHAS E CUSTO MENOR	75
SEM HIDROGÊNIO VERDE, PORTO DE PECÉM MIRA NOVAS ROTAS	77
UNIÃO PROJETA R\$ 100 BILHÕES EM LOGÍSTICA PARA ACELERAR ECONOMIA NORDESTINA	78
RUMO AOS 160 MIL PONTOS, IBOVESPA SURPREENDE COM RECORDES EM SÉRIE.....	80
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	82
MSC CRUZEIROS ENCOMENDA 2 NOVOS NAVIOS DA CLASSE WORLD A ESTALEIRO FRANCÊS	82
EQUINOR VENDE PARA PRIO PARTICIPAÇÃO NA OPERAÇÃO EM PEREGRINO	82
PARECER DO PL DA RECICLAGEM ESTÁ PRONTO PARA ENTRAR NA PAUTA DA CCJC	83
PARANAGUÁ RECEBE AUTORIZAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DO CALADO PARA 13,3M.....	84
SAAM APURA LUCRO DE US\$ 64 MILHÕES EM 9 MESES	85
PORTARIA DE EMBARCAÇÕES SUSTENTÁVEIS ENTRA EM CONSULTA	86
ÓRGÃOS DE SEGURANÇA NUCLEAR ASSINAM ACORDO PARA FORTALECER SETOR REGULATÓRIO NO BRASIL	87
INCENTIVOS TARIFÁRIOS PARA NAVIOS E TERMINAIS SOMAM R\$ 41 MILHÕES EM SANTOS	87
COP 30: EMBARCAÇÃO MOVIDA A H2V SERÁ LANÇADA NESTA QUARTA-FEIRA (12).....	89
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	89
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	89



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ESTUDO DA ANTAQ APONTA FALHAS E PEDE MAIS RIGOR NOS TERMINAIS DE USO PRIVADO, OS TUPS

Levantamento mostra que 24% dos terminais de uso privado ainda não iniciaram operações e recomenda maior diversidade de empresas no setor

Por Ted Sartori 12 de novembro de 2025



Antes da Lei 12.815/2013 (Lei dos Portos) eram apenas 163 TUPs no País. Hoje o número de terminais desse tipo já passa de 300 no Brasil (Sílvia Luiz/AT)

Aumentar a variedade de empresas e ter mais atenção quanto aos prazos. É a conclusão do estudo inédito Diagnósticos sobre a implantação de Terminais de Uso Privado (TUPs), feito pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Ele foi aprovado em reunião de diretoria, realizada na última quinta-feira, e faz parte da Agenda Plurianual de Estudos 2021/2024.

O estudo analisou o panorama dos TUPs com outorgas concedidas entre 2013 e 2019, oferecendo uma visão detalhada sobre o desenvolvimento desses empreendimentos e identificando os principais fatores que influenciam o não início das operações dentro do prazo estabelecido pelo Decreto nº 8.033/2013, de cinco anos. O levantamento servirá de base para aperfeiçoar normas e procedimentos, e ampliar a previsibilidade do setor.

O diretor da Antaq, Alber Vasconcelos, contou que o estudo demorou em torno de um ano e meio para ser realizado. A ideia surgiu a partir de um julgamento, realizado em 2023 e do qual Vasconcelos foi relator, a respeito de uma auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU) em relação à simetria concorrencial entre TUP e arrendamento.

“Havia um discurso de que a Lei 12.815/2013 (Lei dos Portos) foi um divisor de águas, que aumentou tudo e movimentava-se de tudo. Antes dela, já tínhamos autorizado 163 TUPs. Depois, nós temos atualmente 330 TUPs autorizados. Realmente mais do que dobrou, uma média aí de uns dez que a gente autoriza por ano. E fomos ver a movimentação desses TUPs: 94% estava concentrada naqueles que foram autorizados antes da 12.815”, detalha.

Números e conclusões

O pedido feito por Alber envolvendo o levantamento foi endereçado às superintendências de regulação e a de estudos da Antaq. Entre 2013 e 2019, a Antaq concedeu 70 autorizações para terminais privados em todo o País. O estudo mostra que mais de 53 desses empreendimentos já estão operacionais, o que representa 75,71%. Dos 17 terminais ainda não operacionais (24,29%), as empresas que apontaram questões ambientais, financeiras e judiciais corresponderam a 55,17% dos motivos apontados para o não atendimento do prazo legal. Segundo a análise, 11 dos 17 terminais em fase de implantação já obtiveram prorrogação de prazo e outros três estão em processo de análise.

“Historicamente, os TUPs movimentam 60% e o porto público, 40%. Mas por que tem esse histórico? O que a gente mais movimenta no Brasil? Minério de ferro. E quem movimenta isso hoje? A Vale sempre foi TUP. Por isso que não mudou muito essa proporção de 60 e 40”, comenta o diretor da Antaq.

Para os casos que ainda não iniciaram as operações, a Agência informa que o diagnóstico oferece subsídios técnicos para aprimorar o ambiente regulatório, com destaque para o mapeamento de aspectos ambientais, financeiros e judiciais que impactam o andamento dos projetos.



“O prazo é dado para fomentar investimentos e estudos. Então, se você já estiver movimentando ali, colabora no planejamento do próximo arrendamento e, assim, posso fazer isso em outra área. Se a pessoa sequer faz obra e fica somente postergando, anule essa autorização e vamos seguir a vida”, diz Alber Vasconcelos, diretor da Antaq (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)

Segundo ele, é necessário que haja uma variedade de players e mais vigilância quanto à questão dos prazos. “A autorização para fazer um terminal não é um salvo-conduto”, explica o diretor.

“O prazo é dado para fomentar investimentos e estudos. Então, se você já estiver movimentando ali, colabora no planejamento do próximo arrendamento e, assim, posso fazer isso em outra área. Se a pessoa sequer faz obra e fica somente postergando, anule essa autorização e vamos seguir a vida, para não impactar nem macular os dados de planejamento”, diz Alber.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/11/2025

SETOR PORTUÁRIO ALERTA PARA PREJUÍZOS COM REDUÇÃO DO REPORTO PELO GOVERNO FEDERAL; ENTENDA

ABTP afirma que corte de 10% no benefício fiscal pode afastar investimentos e comprometer projetos de expansão portuária

Por Bárbara Farias 11 de novembro de 2025



Com o Reporto, as empresas podem adquirir maquinários e equipamentos com a suspensão de tributos (Vanessa Rodrigues/AT/Arquivo)

O incentivo fiscal concedido às empresas dos setores portuário e ferroviário por meio do Regime Tributário e Incentivo à Modernização e à Ampliação (Reporto), do Governo Federal, pode encolher em 10%. O Reporto foi incluído no Projeto de Lei Complementar (PLC) 221/2025, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que estabelece um plano de redução de

benefícios tributários da União.

O texto foi apresentado no dia 20 de outubro e aguarda despacho do presidente da Câmara Federal, Hugo Motta (Republicanos – PB). “O presidente da Câmara vai determinar a tramitação da proposta, ou seja, quais comissões temáticas vão analisar o PL, se o projeto é conclusivo nas comissões ou se será analisado pelo plenário. Somente após o despacho é possível saber detalhes da tramitação”, informou a Casa de Leis em nota.

O PLC 221/2025 estabelece que os benefícios federais de natureza financeira e creditícia da União serão reduzidos em, no mínimo, 10% no período de 2026 a 2027. A redução será implementada de forma gradual, sendo 5% em 2026 e mais 5% em 2027.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, “a proposta gera insegurança jurídica e ameaça afastar investimentos de empresas internacionais que atuam no Brasil”.



Necessidade

Jesualdo lembrou que o Reporto foi prorrogado até 2027 pela Lei Complementar nº 214/2025, que regulamentou a reforma tributária. “Conseguimos provar a necessidade dele, e ele entrou até 2027, quando já se imagina que essa parte da reforma envolvendo bens de capital estaria plenamente implementada”, afirmou.

O representante das empresas portuárias privadas destacou, no entanto, que já há sinais de atraso na implementação dessa etapa da reforma, motivo pelo qual a ABTP defende a extensão do benefício até 2040. “Queríamos colocar uma salvaguarda para que, se houvesse algum atraso na implementação, o benefício não fosse prejudicado. Essa passa a ser nossa luta agora”.

Impactos

Quanto ao PLC 221/2025, Jesualdo disse que a redução de 10% no benefício fiscal, se vigorar, terá impacto direto nos custos de grandes empreendimentos. “Estamos falando de projetos de grande envergadura, com aquisição de equipamentos caríssimos, em dólar. Essa redução impacta o planejamento das empresas e pode até levar à desistência de projetos de manutenção ou expansão”, observou.

Ele ressaltou que, na prática, o Reporto só é aplicado na fase de importação dos equipamentos, quando o investimento já foi planejado e executado. “Os contratos para utilização do Reporto, em sua maioria, já foram feitos. O processo é: a empresa planeja, implementa o projeto e só depois faz a encomenda dos equipamentos. Mudar a regra agora é mudar o jogo com a bola rolando”, criticou.

O presidente da ABTP alerta que a maior parte dos projetos de infraestrutura no Brasil não é feita apenas por empresas nacionais. “Muitas companhias do setor portuário têm 20 ou 30 terminais em outros países. Se o Brasil dificulta o investimento, os recursos vão migrar para ativos de fora”.

Jesualdo explicou que a ABTP está mobilizada junto à Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), que reúne mais de 320 parlamentares, além de atuar diretamente com os ministérios de Portos e Aeroportos (MPor) e dos Transportes. “Já começamos a agir. Vamos atuar em todas as instâncias para evitar que o Reporto sofra qualquer redução. Vamos mostrar que o País perde mais tentando diminuir o incentivo do que mantendo-o integralmente”, concluiu.

O Reporto é um regime aduaneiro especial, criado por meio da Lei 11.033/2004, para incentivar investimentos na recuperação, modernização e ampliação de portos e ferrovias brasileiras, com a suspensão e/ou isenção de tributos federais, como Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e PIS/Cofins-Importação.

Procurado, o Ministério da Fazenda não falou sobre o assunto.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/11/2025

LICITAÇÃO DE CONDOMÍNIO LOGÍSTICO NO PORTO DE SANTOS TEM PEDIDO DE ANULAÇÃO FEITO POR ASSOCIAÇÃO; ENTENDA

Associação afirma que o uso da área contraria o plano do Porto e pode comprometer a expansão da movimentação de contêineres

Por Maurício Martins 11 de novembro de 2025

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) protocolou uma impugnação (pedido de anulação) contra o edital de licitação 1/2025, lançado pela Autoridade Portuária de Santos (APS) no mês passado, que prevê a cessão onerosa de uma área de 242 mil metros quadrados (m²) para implantação de um condomínio logístico na Margem Direita do Porto de Santos.



Área fica na Avenida Augusto Barata, entre os bairros Alemoa e Saboó; está previsto pátio para 460 caminhões, serviços e espaços para refeição e descanso de motoristas (Alexsander Ferraz/AT)

Segundo a entidade, o projeto desvia o uso de um espaço estratégico originalmente destinado à expansão da movimentação de contêineres, contrariando o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto, aprovado em 2020.

A Tribuna publicou matéria, no último dia 28 de outubro, sobre a intenção da APS. Na ocasião, a gestora informou que a área fica na Avenida Augusto Barata, entre os bairros Alemoa e Saboó, em frente ao Terminal da BTP. O condomínio logístico prevê pátio regulador para 460 caminhões, serviços e espaços para refeição e descanso de motoristas. O investimento previsto é de R\$ 282,5 milhões. A região é considerada estratégica pela gestora do Porto por estar próxima aos principais terminais de contêineres e concentrar o sistema viário de acesso ao cais santista.

Decisão questionável

A Abratec argumenta que a decisão da APS de destinar a área a um empreendimento logístico não tem amparo técnico nem regulatório. “Uma iniciativa dessa natureza não pode prescindir de critérios técnicos, planejamento e aderência ao marco regulatório. A destinação inadequada de uma área tão estratégica, que representa o equivalente a um terço da área total do Tecon Santos 10, coloca em risco o futuro do Porto de Santos e prejudica o interesse público. A revisão imediata é indispensável”, afirma o diretor-executivo da Abratec, Caio Morel.

Entre os pontos questionados, a entidade destaca que o edital foi lançado sem apresentação de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea), nem realização de audiência pública para comprovar que o empreendimento atende ao interesse público. Também não há, segundo a impugnação, estudos de impacto no tráfego ou na vizinhança.

Sem validação

A associação aponta ainda que a proposta não passou pela validação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), nem da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o que seria obrigatório quando há mudança significativa na destinação de áreas portuárias. Outro ponto criticado é o prazo curto para participação: apenas 22 dias entre a publicação e a entrega das propostas.

Para a Abratec, essas falhas comprometem a isonomia e a integridade do processo licitatório. A entidade sustenta que o redirecionamento da área reduz o potencial de expansão da capacidade de movimentação de contêineres.

Posicionamento

Em nota, a APS reafirma a “legalidade e a visão estratégica” do edital. “A estruturação do certame está alinhada aos princípios de eficiência, competitividade e, fundamentalmente, à correta aplicação do arcabouço normativo que rege o setor portuário brasileiro e o PDZ”.

A gestora do Porto afirma que a área não é destinada à movimentação ou armazenagem de mercadorias do transporte aquaviário. “O empreendimento é, em sua essência, uma plataforma de suporte logístico terrestre, focado na ordenação do fluxo de caminhões (truck center) e na oferta de serviços acessórios ao ciclo do contêiner”.

A APS acrescenta que a ausência de interface direta com instalações de acostagem (cais) afasta a exigência de arrendamento. A decisão pela licitação, diz a nota, é plenamente compatível com o PDZ. “O planejamento setorial prevê que as destinações pretendidas não possuem caráter de obrigatoriedade ou restrição, devendo ser avaliadas caso a caso”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/11/2025

ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

LEILÃO DE R\$ 5,8 BI PREVÊ OBRAS DE TRANSMISSÃO EM QUATRO ESTADOS DO NE

Leilão de Transmissão nº 01/2026 está marcado para 27 de março com dez lotes em 11 estados. Nordeste terá compensadores síncronos no CE e RN, e subestações entre BA e SE. Edital aprovado pela Aneel prevê 14.224 empregos diretos e indiretos. TCU analisa o certame

Por Paulo Goethe - De Recife paulo.goethe@movimentoeconomico.com.br



Parte dos lotes do novo leilão da Aneel sobre transmissão de energia depende de caducidade de contratos antigos. Foto: Eletrobras/Reprodução

Quatro estados nordestinos — Bahia, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte — aparecem no mapa da próxima rodada de concessões do setor elétrico nacional. O Leilão de Transmissão nº 01/2026, com previsão de R\$ 5,8 bilhões em

investimentos, teve seu edital preliminar aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O certame está marcado para 27 de março de 2026, com dez lotes que abrangem obras em 11 estados e expectativa de geração de 14.224 empregos diretos e indiretos. No Nordeste, estão previstos projetos relevantes nos lotes 3 e 4, com foco na estabilidade do sistema interligado e expansão da malha elétrica regional.

enviados ao TCU					
UF	Lote	Instalações previstas	Prazo (meses)	Função do empreendimento	Situação contratual
CE	3 (Sublote 3A)	SE 500 kV Ceará Mirim II - 1 x Compensação Síncrona (-200/+300 Mvar)	42	Aumento da capacidade do sistema de transmissão	Regular
CE	3 (Sublote 3B)	SE 500 kV Quixadá - 1 x Compensação Síncrona (-200/+300 Mvar)	42	Aumento da capacidade do sistema de transmissão	Regular
CE	3 (Sublote 3C)	SE 500 kV Morada Nova - 2 x Compensações Síncronas (-200/+300 Mvar)	42	Aumento da capacidade do sistema de transmissão	Regular
RN	3 (Sublote 3D)	SE 500 kV Açú III - 1 x Compensação Síncrona (-200/+300 Mvar)	42	Aumento da capacidade do sistema de transmissão	Regular
SE/BA	4	LT 230 kV Olindina - Itabaianinha (73,4 km); SE 230/89 kV Nossa Senhora da Glória II (2 x 150 MVA); LT 230 kV (2 x 20 km); SE 500 kV Olindina II (3+1Res x 150 MVA)	42	Aumento da capacidade de transmissão e atendimento às cargas no estado de Sergipe e na região Nordeste baiana	Depende de caducidade

O Lote 3 inclui quatro sublotes com instalação de compensadores síncronos no Ceará (subestações Quixadá e Morada Nova) e Rio Grande do Norte (subestação Açú III). Esses equipamentos são essenciais para controlar a tensão em áreas com grande presença de geração eólica e solar.

Já o Lote 4 prevê a implantação de subestações e linhas de transmissão entre Bahia e Sergipe, incluindo a SE Nossa Senhora da Glória II e 73,4 km de novas linhas de 230 kV, reforçando o atendimento à carga em regiões em expansão.

Expectativa após forte presença nordestina no último leilão

O novo certame sucede o Leilão nº 4/2025, realizado em 31 de outubro, que teve dois lotes destinados ao Nordeste. A previsão inicial era de R\$ 1,127 bilhão em investimentos, mas as propostas vencedoras somaram apenas R\$ 157,8

milhões em Receita Anual Permitida (RAP) — um deságio médio de 86%.

A Rialma Administração e Participações venceu o Lote 2, com 336 km de linhas de transmissão em Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco, oferecendo uma RAP de R\$ 85,9 milhões, após disputa com quatro concorrentes.

O Lote 7, dividido em dois sublotos no Rio Grande do Norte, foi arrematado pela Axia Energia, que ofertou R\$ 48,2 milhões para o sublote 7A (previsto investimento de R\$ 536,5 milhões) e R\$ 23,7 milhões para o sublote 7B (investimento de R\$ 268,5 milhões), superando Neoenergia e Cymi.

Próximos passos e possíveis mudanças no edital de transmissão

Parte dos lotes do novo leilão depende de caducidade de contratos antigos, o que pode alterar a versão final do edital. O Lote 3 será leiloado sob a regra de competição cruzada, exigindo propostas tanto para o lote completo quanto para os sublotos individualmente. A opção mais econômica será escolhida com base na menor RAP total.

*Com informações da Aneel

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/11/2025

CABEDELLO (PB), SUAPE (PE) E ITAQUI (MA) VENCEM PRÊMIO ESG NO CIDESPORT 2025

Prêmio será entregue nesta quinta-feira (13), em Florianópolis, durante congresso técnico-científico que avalia desempenho socioambiental dos portos públicos

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Terminal paraibano de Cabedelo é o primeiro porto público do Brasil a operar 100% com energia fotovoltaica, garantindo redução de custos, autonomia energética e compromisso efetivo com a agenda ambiental. Foto: Divulgação

Os portos públicos de Cabedelo (PB), Suape (PE) e Itaqui (MA) serão premiados na categoria “Melhor Desempenho ESG” durante o XII Congresso Internacional de Desempenho Portuário (Cidesport), que será realizado nesta quinta-feira (13), em Florianópolis (SC). O prêmio reconhece práticas de excelência em sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança, a partir de uma metodologia científica aplicada a dados de gestão portuária de 2024.

O Cidesport é promovido pela Universidade de Valência (Espanha), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). De caráter técnico-científico, o congresso tem como objetivos fomentar a discussão sobre o desempenho portuário sob a ótica da comunidade acadêmica e dos profissionais da área, disseminar boas práticas de gestão portuária com foco na realidade de diferentes países e estimular o desenvolvimento de pesquisas aplicadas que agreguem valor à administração dos portos.

Entre os 58 indicadores avaliados, destacam-se o uso de energia limpa nas operações portuárias, eficiência energética por tonelada movimentada, monitoramento e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE), tratamento de efluentes, diversidade em cargos de gestão, volume de capacitação de colaboradores e práticas de compliance. Os critérios estão distribuídos em três dimensões: ambiental, social e de governança, considerando apenas ações sob responsabilidade direta das autoridades portuárias.

A premiação é baseada em dados submetidos por meio de formulário técnico, processados por equipe especializada e validados por visitas in loco nos terminais com melhor desempenho.

Prêmio consolida Cabedelo em posição nacional em sustentabilidade

O Porto de Cabedelo, na Paraíba, volta a figurar entre os destaques em ESG, após reconhecimento semelhante no ano anterior. A autoridade portuária local foi avaliada na modalidade de terminais com movimentação inferior a 5 milhões de toneladas e obteve pontuações relevantes em iniciativas sociais, ações ambientais permanentes e transparência institucional.

Nos últimos anos, o terminal passou a integrar a carteira de investimentos estratégicos do governo estadual, com previsão de R\$ 200 milhões aplicados em infraestrutura, segurança e ampliação da capacidade operacional. Os recursos também contribuem para o fortalecimento das políticas ambientais e sociais em curso, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Entre os indicadores com melhor desempenho, destacam-se a alta proporção de colaboradores capacitados, a promoção de ações sociais contínuas, o índice zero de acidentes de trabalho registrados no período avaliado e a adoção de medidas formais de compliance, com canais ativos de denúncia e políticas de integridade.



Dragagem do canal interno e da bacia de evolução viabilizará a operação EM SUAPE de navios Suezmax e New Panamax, Foto: Usina de Filmes/Divulgação

Suape celebra 47 anos com investimentos e destaque ambiental

O Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, será premiado na modalidade de terminais com movimentação

entre 5 milhões e 20 milhões de toneladas. O reconhecimento ocorre no mesmo período em que o porto celebra 47 anos e anuncia investimentos de R\$ 1,3 bilhão em infraestrutura para os próximos três anos, com foco em modernização e eficiência.

Entre os projetos previstos estão a dragagem do canal interno e da bacia de evolução, que viabilizará a operação de navios Suezmax e New Panamax, além da construção dos Cais 6 e 7 e da ampliação dos Píeres de Granéis Líquidos. As obras são financiadas por recursos próprios e por verbas do Governo de Pernambuco e do Ministério de Portos e Aeroportos, por meio do PAC 3.

Suape obteve alto desempenho em indicadores como uso de fontes alternativas de água, monitoramento da biodiversidade, eficiência hídrica e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. No campo social, o porto se destacou pela diversidade de gênero em cargos de gestão e ações contínuas de promoção à saúde. Em governança, o planejamento estratégico com metas ESG formalizadas também contribuiu para a pontuação.



Prêmio para o Porto do Itaqui reconhece o alto desempenho do terminal maranhense em critérios de eficiência energética, controle de emissões e governança corporativa. Foto: Porto do Itaqui/Divulgação

Itaqui amplia liderança em logística e gestão responsável

No Maranhão, o Porto do Itaqui será agraciado na categoria de terminais com

movimentação superior a 20 milhões de toneladas. Com mais de 36 milhões de toneladas movimentadas anualmente, Itaquí obteve alto desempenho em critérios de eficiência energética, controle de emissões e governança corporativa. A administração é realizada pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap).

A estrutura portuária vem sendo modernizada com foco em logística integrada, com destaque para sua conexão ferroviária e capacidade de escoamento de grãos e combustíveis. Em 2024, o porto manteve baixos índices de inoperância e ampliou os canais de diálogo com arrendatários e operadores privados, o que contribuiu para a pontuação no eixo de relacionamento institucional.

Itaquí obteve destaque em indicadores como auditorias com alto índice de implementação de recomendações, presença de programa de compliance com transparência pública, uso de energia renovável nas operações administrativas e gestão de resíduos sólidos. A autoridade também apresentou plano estratégico formal para redução de emissões de GEE e ações sociais voltadas à comunidade local.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 12/11/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

PORTARIA SOBRE EMBARCAÇÕES SUSTENTÁVEIS ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA

Durante painel na COP30, ministro anunciou abertura da audiência que visa estabelecer critérios ambientais e sociais para enquadramento das embarcações



Portaria sobre embarcações sustentáveis entra em consulta pública - Foto: Jonilton Lima/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentou, nesta terça-feira (11), durante a COP30, a consulta pública da Portaria de Embarcações Sustentáveis, no âmbito do Programa BR do Mar. O ato marcou a abertura da participação do ministério na conferência e foi seguido do painel “Corredores Verdes e de Inovação: conexões sustentáveis para o futuro”, ambos realizados no Pavilhão Brasil, na Zona Azul, em Belém (PA).

Elaborada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a portaria estabelece critérios ambientais, sociais e de eficiência energética para o enquadramento de embarcações sustentáveis, com o objetivo de incentivar o uso de combustíveis limpos, tecnologias de baixo carbono e boas práticas trabalhistas no setor marítimo. A medida também cria a Matriz de Avaliação de Requisitos de Embarcações Sustentáveis (M.A.R.E.S.), que servirá de base para a certificação voluntária de embarcações que atenderem aos padrões definidos pela norma.

Entre os parâmetros previstos estão o uso de etanol, biodiesel B24, HVO, metanol verde, bio-GNL, amônia e hidrogênio verde, além de indicadores de eficiência energética (EEXI, EEDI e CII) e da adoção de planos de eficiência (SEEMP). As embarcações certificadas terão prioridade em processos de afretamento e reconhecimento público pela adoção de práticas ambientais e sociais avançadas.

Durante o lançamento, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que a iniciativa marca o início de uma nova etapa da política ambiental do setor marítimo brasileiro. Segundo ele, a consulta pública representa uma construção conjunta com o setor produtivo, os trabalhadores e a



sociedade civil. “Nós vamos iniciar uma grande consulta pública agora com o setor produtivo, com os trabalhadores, com as trabalhadoras e com a sociedade civil organizada, para discutir uma grande política pública que dialoga com a sustentabilidade no Brasil”, afirmou.

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, reforçou que o processo é essencial para aprimorar a regulamentação e garantir que as diretrizes de sustentabilidade sejam consolidadas de forma participativa. Ele explicou que a proposta vem sendo construída há anos em diálogo com o setor e que agora é o momento de consolidar contribuições. “Estamos iniciando a consulta pública para receber as contribuições de toda a sociedade sobre o que é uma embarcação sustentável. Esse é um tema essencial para colocar em prática o programa BR do Mar e consolidar o transporte marítimo como vetor da transição energética brasileira”, afirmou.

A diretora de Sustentabilidade do MPor, Larissa Amorim, ressaltou que o trabalho é fruto de um esforço conjunto e de uma visão de longo prazo que coloca o Brasil em posição de liderança global na agenda ambiental. “É um esforço de muitos anos, que traz uma dose de realidade e reforça o compromisso de transformar o Brasil em referência mundial em governança, inovação e sustentabilidade no setor marítimo”, destacou.

A consulta pública ficará disponível na plataforma Participa + Brasil, permitindo a contribuição de empresas, trabalhadores e entidades da sociedade civil. Após o período de recebimento de sugestões, a versão final será publicada no Diário Oficial da União, em portaria conjunta assinada pelos ministros Silvio Costa Filho e Geraldo Alckmin.

Descarbonização naval

Logo após o lançamento, o ministro participou do painel “Corredores Verdes e de Inovação: conexões sustentáveis para o futuro”, que reuniu representantes da Maersk, da organização internacional Slocat e do governo da Noruega, para debater estratégias para a criação de rotas logísticas de baixo carbono, com foco na transição energética do transporte marítimo e na cooperação internacional em sustentabilidade.

Durante o painel, Silvio Costa Filho destacou que a COP30 representa um marco para o país e deixará um legado importante na agenda da sustentabilidade e da descarbonização. Ele lembrou que o Brasil se consolidou como destino estratégico para investimentos em infraestrutura verde e afirmou que “o mundo quer investir em bons projetos, e o Brasil se tornou um grande player internacional porque tem iniciativas sólidas, rentáveis e que dialogam com a sustentabilidade”.

O ministro também reforçou o compromisso do governo federal com políticas de governança ambiental e inovação logística. Segundo ele, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministério vem priorizando projetos sustentáveis no Fundo da Marinha Mercante e avançando na agenda de transição energética dos portos brasileiros. Silvio anunciou ainda que a Secretaria Nacional de Hidrovias prepara a primeira concessão hidroviária do país, a da Hidrovia do Paraguai, prevista para abril de 2026, e destacou os resultados do programa BR do Mar e dos investimentos em obras portuárias.

Atualmente, o setor portuário brasileiro movimenta mais de R\$ 30 bilhões em contratos de obras de infraestrutura e deve alcançar R\$ 45 bilhões em novos investimentos até 2026, com potencial de gerar 50 mil empregos diretos e indiretos.

Ao encerrar sua participação, o ministro destacou que o desafio ambiental é também uma oportunidade econômica para o país. “O Brasil tem todas as condições de liderar a transição energética global. Podemos ser um grande exportador de combustíveis sustentáveis e referência mundial em logística verde”, afirmou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 11/11/2025



Programação inclui o IDA-Navegação, a entrega dos Selos de Sustentabilidade e a formalização de parceria com a Childhood Brasil

No segundo dia de programação do Ministério de Portos e Aeroportos na COP30, o ministro Silvio Costa Filho cumpre uma agenda voltada à inovação, sustentabilidade e descarbonização da navegação e dos portos brasileiros, com destaque para o Índice de Desempenho Ambiental da Navegação (IDA-Navegação) e a cerimônia de premiação das empresas participantes do Pacto pela Sustentabilidade.

Durante a manhã, o ministro participa de uma visita técnica ao Porto de Outeiro, seguida de um encontro com representantes da MSC, companhia que opera um dos principais cruzeiros que aportam no Brasil, e de uma visita ao navio movido a hidrogênio da JAC, na Estação das Docas, como parte da programação de cooperação internacional em tecnologias limpas.

As iniciativas apresentadas na COP30 consolidam o MPor como um dos protagonistas da agenda global de transição ecológica na infraestrutura portuária e marítima. O IDA-Navegação e a entrega dos Selos de Sustentabilidade simbolizam uma nova etapa da política climática brasileira, que alia inovação tecnológica, compromisso social e liderança internacional em práticas ESG.

À tarde, o MPor apresentará o IDA-Navegação, instrumento inédito que permitirá avaliar e induzir boas práticas ambientais, sociais e de governança no setor aquaviário. Desenvolvido pelo Ministério de Portos e Aeroportos em parceria com a Infra S.A., o índice utiliza 39 indicadores distribuídos em quatro dimensões, físico-química, biológico-ecológica, sociocultural e econômico-operacional, para medir o desempenho ambiental das embarcações e fomentar inovação, eficiência e transparência no setor. Durante o evento, também será apresentada a agenda de concessões hidroviárias, com destaque para o projeto da Hidrovia do Rio Paraguai, marco na transição logística de baixo carbono.

Além dos avanços técnicos, a programação também destaca o compromisso do MPor com a dimensão social da sustentabilidade, promovendo parcerias voltadas à proteção de crianças e adolescentes e à valorização das pessoas que vivem e trabalham no entorno dos portos.

Encerrando a programação, o ministro participa da cerimônia de entrega dos Selos de Sustentabilidade, que premiará 36 empresas signatárias do Pacto pela Sustentabilidade, reconhecendo as melhores práticas ambientais, sociais e de governança do setor portuário e aeroportuário. Na ocasião, também será lançado o livro “Nós e a Natureza: somos um com o planeta” e firmado o Memorando de Entendimento entre o MPor e a Childhood Brasil, voltado à prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes em áreas portuárias e logísticas.

A cerimônia acontece na Estação CNT, na Zona Verde da COP30, e reunirá autoridades, lideranças empresariais e representantes de organismos internacionais.

Serviço

O quê: MPor no segundo dia da COP30

Data: Quarta-feira, 12 de novembro

Horário: 15h às 18h

Local: COP30 – Belém (PA), Zona Verde – Estação CNT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/11/2025

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS SE UNE A PAÍSES AMAZÔNICOS EM ALIANÇA PELO TRANSPORTE SUSTENTÁVEL

Ação conjunta com o BID e o Banco Mundial reforça o compromisso regional com integração, sustentabilidade e resiliência climática



O lançamento responde a desafios históricos enfrentados pela Amazônia, como baixa conectividade, infraestrutura precária, vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e altos custos logísticos - Foto: Jonilton Lima/Mpor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) integra, em ação conjunta com países amazônicos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, a criação da Aliança pelo Transporte Sustentável, Resiliente e Integrado na Amazônia.

Lançada durante a COP30, a iniciativa reforça o compromisso regional com a integração, a sustentabilidade e a resiliência climática.

Além do Brasil, a Aliança é composta por Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. Os ministérios de Portos e Aeroportos e dos Transportes representam o Brasil, reafirmando o compromisso nacional com uma agenda de desenvolvimento sustentável e de integração regional.

“A Aliança representa um marco na cooperação entre os países amazônicos e reforça o compromisso do Brasil com um transporte que une eficiência, sustentabilidade e resiliência. Essa é uma iniciativa que coloca o bioma amazônico no centro da ação climática global”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho.

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, destacou que a iniciativa é estratégica para o futuro da região. “A Aliança fortalece o transporte fluvial como eixo de integração regional e instrumento de inclusão social. Ao lado do BID, do Banco Mundial e dos países amazônicos, o Brasil reafirma seu compromisso com um modelo de transporte mais eficiente, resiliente e alinhado aos compromissos climáticos”, afirmou.

O lançamento responde a desafios históricos enfrentados pela Amazônia, como baixa conectividade, infraestrutura precária, vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e altos custos logísticos. Ao propor um novo modelo de transporte sustentável, inclusivo e resiliente, a iniciativa busca transformar o setor em vetor de desenvolvimento regional, promovendo adaptação climática e melhoria da qualidade de vida das populações locais. As ações previstas integram eficiência logística, inovação tecnológica e preservação ambiental como pilares de um transporte amazônico moderno e comprometido com o futuro do bioma.

Eixos estratégicos

A atuação da Aliança será guiada por quatro eixos estratégicos que refletem o compromisso dos países participantes com a integração e a sustentabilidade regional. O primeiro busca ampliar a conectividade e o acesso a serviços básicos em comunidades isoladas, promovendo inclusão e mobilidade para populações que dependem do transporte fluvial como principal meio de deslocamento.

O segundo eixo trata da logística multimodal, com foco em fortalecer corredores e cadeias logísticas sustentáveis, priorizando o transporte hidroviário e iniciativas que estimulem a bioeconomia na região.

Também está prevista a implementação de infraestrutura verde, baseada em normas e soluções inspiradas na natureza, voltadas à redução de impactos socioambientais e à adaptação às mudanças climáticas.

Por fim, o quarto eixo prioriza o aprimoramento do transporte fluvial, com ações voltadas à modernização dos serviços de passageiros e cargas em áreas urbanas e ribeirinhas, garantindo mais segurança, eficiência e inclusão social.

Plano de Ação

Como desdobramento do acordo, os países signatários e instituições parceiras se comprometeram a elaborar o Plano de Ação Regional 2026–2030, que definirá metas e investimentos para a transformação do transporte sustentável e multimodal na Amazônia. O documento será articulado a programas internacionais em andamento, como o Amazônia Sempre e o Conexión Sur, do BID, e o Amazônia Viva, do Banco Mundial.

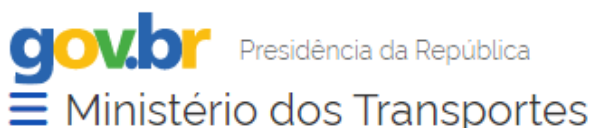
Está prevista ainda a criação de um Comitê Regional para a Transformação da Infraestrutura de Transporte Amazônica, responsável por coordenar e acompanhar a execução do plano, garantindo o alinhamento das ações aos compromissos climáticos globais e à agenda de descarbonização do setor.

Agenda climática global

Ao ser lançada durante a COP30, a Aliança consolida o protagonismo da Amazônia na agenda internacional de sustentabilidade, posicionando a região como referência em soluções logísticas de baixo carbono e integração regional. O movimento reforça o papel do Brasil como articulador de políticas públicas que unem desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/11/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

NA COP30, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INTEGRA ALIANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

Brasil se une a países da região da bacia amazônica e instituições financeiras para modernizar a logística com foco em baixo carbono e inclusão regional



Ministério dos Transportes anuncia a integração do Brasil à Aliança pelo Transporte Sustentável na Amazônia, nesta terça-feira (11), durante a COP30. - Foto: Luiz Siqueira/MT

O Governo Federal aderiu nesta terça-feira (11), no segundo dia da COP30, em Belém (PA), à Aliança pelo Transporte Sustentável e Integrado para a Amazônia, iniciativa que reúne países da região e parceiros financeiros com o objetivo de promover a modernização da logística na Amazônia, com foco em soluções de baixo impacto ambiental.

Junto ao Brasil, assumiram o compromisso Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname, além de parceiros como o Banco Mundial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

"O grupo discutirá a intermodalidade, a interoperabilidade do transporte, a construção de novos ativos e possíveis concessões, incluindo hidrovias, rodovias, ferrovias e aeroportos, para que a Amazônia receba a devida atenção na estruturação de sua infraestrutura", explicou o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides.

Os países signatários e as instituições financeiras se comprometeram a elaborar um Plano de Ação Regional 2026-2030, que incluirá metas e investimentos voltados para a transformação da logística

da região. A Amazônia enfrenta desafios como baixa conectividade, infraestrutura precária, vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e elevados custos.

"O compromisso é integrar todos os fatores em uma estrutura de transporte e logística que respeite as especificidades da Amazônia e crie um futuro sustentável para a região. A sustentabilidade é a face humana do desenvolvimento da infraestrutura, e essa é a agenda do ministro Renan Filho e da equipe técnica do Ministério dos Transportes na COP30", completou.

Esforço global

A aliança será estruturada em quatro eixos estratégicos. O primeiro propõe ampliar a conectividade e levar serviços essenciais a comunidades isoladas, garantindo mobilidade a quem depende do transporte fluvial. O segundo prevê o fortalecimento da integração multimodal, com foco em corredores sustentáveis e no estímulo à bioeconomia, priorizando o uso das hidrovias.

Outro eixo contempla a criação de infraestrutura verde, baseada em soluções naturais para mitigar impactos socioambientais e enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Por fim, o plano foca na modernização do transporte fluvial de passageiros e cargas, ampliando a segurança, a eficiência e a inclusão nas áreas urbanas e ribeirinhas.

"A proposta é desenvolver soluções inspiradas na natureza, com sistemas de drenagem e engenharia que tornem a infraestrutura mais resiliente e contribuam para reduzir os impactos das mudanças climáticas", concluiu Benevides.

De olho na agenda

Durante a maior cúpula climática do mundo, o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes participou de seis painéis sobre inovação logística e sustentabilidade. O principal destaque foi o debate sobre o uso de "green bonds", linhas de crédito voltadas para captação de investimentos em projetos ferroviários, que emitem até 80% menos CO₂ por tonelada-quilômetro em comparação com o rodoviário.

Cada trem de 100 vagões pode substituir cerca de 300 caminhões, reduzindo congestionamentos nas rodovias e as emissões de gases de efeito estufa.

Próximas ações

Na quarta-feira (12), o Ministério dos Transportes estará presente nas discussões sobre "Pecuária Sustentável no Pantanal", abordando práticas e tecnologias voltadas à produção de baixo carbono. O encontro destacará a Solução Integrada Fazenda Pantaneira Sustentável, da Embrapa, que integra produtividade, conservação ambiental e padrões ESG.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/11/2025

AUTOPISTA FLUMINENSE: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES MODERNIZA CONTRATO DA BR-101/RJ EM NOVO LEILÃO



Investimento de R\$10,18 bilhões prevê inúmeras novas obras, que vão gerar cerca de 87 mil empregos

Autopista Fluminense, a BR-101/RJ, terá novas duplicações, faixas adicionais e vias marginais com contrato modernizado. - Foto: Michel Corvello/MT

Eixo logístico fundamental para a cadeia do petróleo brasileiro, a BR-101/RJ passa a viver, a partir desta terça-feira (11), um novo momento, após o leilão realizado na B3, em São Paulo. A Arteris S.A. segue administrando o trecho, porém agora com novas

obrigações.

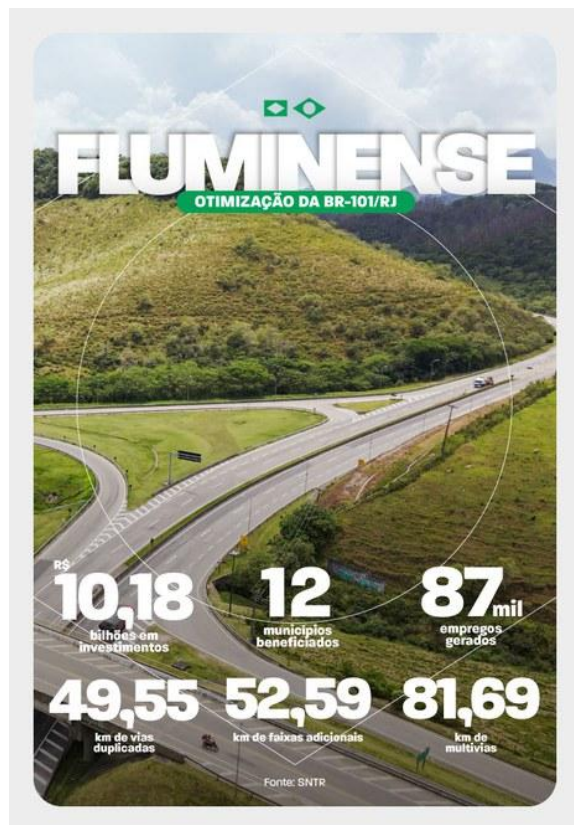
O contrato otimizado prevê investimento de R\$10,18 bilhões para modernizar um total de 322,10 quilômetros, da divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo ao entroncamento com a Ponte Presidente Costa e Silva, em Niterói.

“Este é um trecho muito importante para o Rio de Janeiro e para o Brasil. Eu estou muito feliz de garantir mais uma otimização contratual - que significa o nosso 21º leilão -, em um entendimento amplo, entre o Ministério dos Transportes, o Tribunal de Contas da União e o setor produtivo”, declarou o ministro Renan Filho, que participou do evento remotamente, de Belém, onde participa da COP30.

O modelo de otimização, fruto de uma parceria do Ministério dos Transportes com o Tribunal de Contas da União (TCU), foi desenhado com o objetivo de modernizar e reequilibrar acordos de concessão que já não atendiam como previsto. Este é o terceiro leilão de otimização realizado pela pasta.

“Estamos falando de um projeto muito vencedor, que procura resolver todos os problemas logísticos daquela região, um corredor fundamental para o estado. Vamos entregar nesta gestão do presidente Lula e do ministro Renan Filho praticamente todos os sonhos de todos os cariocas e fluminenses, ou seja, todas as questões logísticas do estado contratadas”, garantiu o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

As obras previstas nesta nova etapa na BR-101/RJ irão gerar cerca de 87 mil empregos e beneficiar, diretamente, 12 cidades fluminenses estratégicas para a economia nacional. O contrato tem duração de 22 anos.



A Arteris S.A. está entre as maiores concessionárias do país, com cerca de 3,2 mil quilômetros de vias sob sua administração, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná.

“Acreditamos que esta solução de otimização é um marco para o setor, é um caminho inovador para superar os desafios da infraestrutura rodoviária brasileira. O novo contrato prevê um robusto plano de investimentos e o nosso foco é fortalecer os ativos existentes, garantir o reequilíbrio dos contratos e seguir alocando capital de forma disciplinada”, afirmou Marti Carbonell, diretor-presidente interino da Arteris S.A..

As obras vão eliminar gargalos críticos e melhorar a fluidez do tráfego em pontos estratégicos, trazendo maior segurança e reduzindo custos logísticos, o que aumenta a competitividade da indústria fluminense.

Eixo estratégico

A BR-101/RJ é a principal via terrestre de suporte à logística da Bacia de Campos, uma das principais regiões petrolíferas do Brasil :o estado fluminense foi

responsável por 87% da produção nacional de petróleo em 2024.

Somente o Porto de Macaé recebe cerca de 700 veículos por mês, que transportam equipamentos e insumos essenciais para as operações nas plataformas em alto mar, fluxo que depende diretamente da rodovia.

Além de fortalecer a cadeia do petróleo e gás, a BR-101/RJ é essencial para o setor de turismo, por ser via de acesso à Região dos Lagos, que inclui destinos como Búzios e Cabo Frio.

Mais em menos tempo

Em menos de um mês, esse foi o 4ª leilão promovido pelo Ministério dos Transportes e o 21º realizado pela gestão do ministro Renan Filho. São cerca de R\$233 bilhões contratados com a iniciativa privada em menos de três anos.

Os certames reafirmam o compromisso da pasta em modernizar a malha rodoviária brasileira e atrair investimentos privados para transformar a infraestrutura nacional, promovendo desenvolvimento regional, competitividade industrial e mobilidade para a população.

“Esse nosso pipeline de projetos é o mais concorrido do mundo atualmente, além de ser o maior. Ele garante rentabilidade ao investidor privado, garante o investimento ao cidadão que precisa trafegar pelas rodovias com mais segurança, garante ao setor produtivo vias que facilitam o escoamento da produção e tudo isso significa mais emprego, mais renda para as pessoas, e crescimento da economia. Ou seja: um grande avanço para a sociedade”, concluiu o ministro dos Transportes, diretamente da sede da COP30.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/11/2025



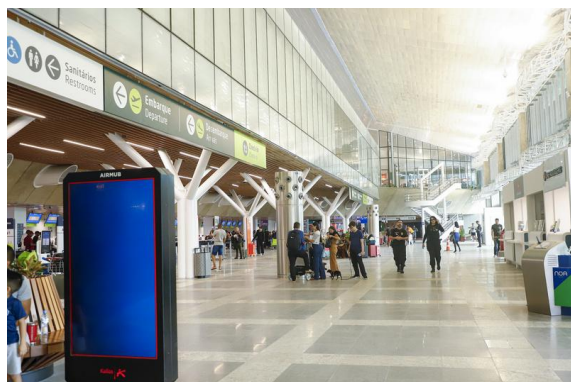
PORTAL PORTO GENTE

AEROPORTO DE BELÉM INSTALA BIOMETRIA FACIAL PARA OTIMIZAR CONTROLE DE FRONTEIRA

Por Maithe Morotti

Aeroporto de Belém inaugura portões automatizados com biometria facial para a COP30

Em preparação para a COP30, terminal inaugura seis portões automatizados para agilizar o controle migratório e reforçar a segurança no terminal



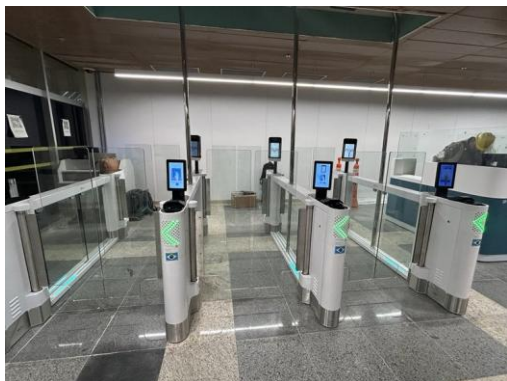
Aeroporto Internacional de Belém recebeu R\$ 450 milhões em investimentos - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O Aeroporto Internacional de Belém acaba de inaugurar seis novos Portões de Controle de Fronteira Automatizado (ABC Gates). O novo sistema utiliza tecnologia de biometria facial para o controle migratório e foi implementado pela SITA, especialista em tecnologia para o setor aéreo. A iniciativa visa modernizar o aeroporto e reforçar a segurança para receber as delegações do mundo durante a

Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30).

Foram instalados seis ABC Gates, sendo três na área de embarque e três na de desembarque, otimizando o processo de controle migratório e garantindo mais agilidade, segurança e eficiência para os viajantes.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o aeroporto cumpre um papel estratégico na conectividade nacional e agora é também um exemplo de modernização tecnológica e eficiência operacional. “Esse investimento na biometria facial, feito em parceria com a iniciativa privada, reforça o compromisso do Governo Federal com a segurança e a agilidade no controle de fronteiras”, afirmou.



Novos Portões de Controle de Fronteira Automatizados (ABC Gates) - Foto: Divulgação/SITA

Segundo o diretor Brasil da SITA, Daniel Granado, a tecnologia proporciona ganhos diretos tanto aos viajantes quanto para a Polícia Federal, ao automatizar etapas do controle migratório e permitir que os agentes concentrem esforços em atividades estratégicas. “A chegada dos ABC Gates ao Aeroporto de Belém representa um avanço importante na transformação digital dos aeroportos brasileiros. Estamos levando mais tecnologia para onde ela é essencial: no contato direto com o passageiro, garantindo

eficiência no processamento e reforço à segurança nacional”, afirmou o executivo.

Aeroporto de Belém

No último sábado, 1º de novembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participaram da cerimônia de entrega das obras do Aeroporto Internacional de Belém, que acaba de concluir um amplo projeto de modernização. O empreendimento é resultado de investimentos da ordem de R\$ 450 milhões realizados pela Norte da Amazônia Airports (NOA).

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 12/11/2025

PORTO DO AÇU PLANEJA NOVOS INVESTIMENTOS NO SERVIÇO DE TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES

Por Maithe Morotti

Centro VTS do Porto do Açu completa dez anos e reforça investimentos em tecnologia, capacitação e diversidade

Complexo portuário aposta em inovação para acompanhar o crescimento anual de acessos marítimos



Centro VTS do Porto do Açu

O Porto do Açu, localizado em São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro, planeja investir cerca de R\$ 2 milhões nos próximos dois anos em melhorias no seu Centro VTS (sigla em inglês para Vessel Traffic Service – Serviço de Tráfego de Embarcações), o primeiro implementado no Brasil e que completa dez anos em dezembro deste ano.

O plano de investimentos inclui a atualização e a aquisição de equipamentos, com destaque para novas câmeras que ampliarão o sistema de monitoramento por imagens, sensores meteoceanográficos adicionais para acompanhamento das condições ambientais, atualizações tecnológicas, readequação de mobiliário e ações de capacitação da equipe do Centro VTS, atualmente composta por 16 profissionais.

Segurança e eficiência na navegação

Estabelecido com o propósito de ampliar a segurança e eficiência da navegação, contribuir para a proteção da vida no mar e apoiar o meio ambiente, o VTS tem capacidade para monitorar ativamente o tráfego aquaviário, interagindo com embarcações e respondendo a situações na área monitorada. O serviço integra o Centro de Operações e Respostas a Emergências (CORE) do Porto do Açu, junto à Segurança Corporativa e à Gestão de Riscos e Emergências.

"Nossos recursos e processos são voltados à continuidade das operações com foco em segurança, proteção da vida, preservação do meio ambiente e integridade dos ativos." — afirma Luiz Gustavo Cruz, Gerente Geral de Controle Portuário do Porto do Açu. Segundo ele, o porto tem registrado um crescimento médio anual de 49% no número de acessos marítimos entre 2015 e 2024, e deve alcançar 8 mil acessos em 2025.

Diversidade e protagonismo feminino

Além do pioneirismo no Brasil e do reconhecimento pelas melhores práticas, o Centro VTS do Açu se destaca também pela representatividade feminina na sua operação. O time atual tem maioria de mulheres, incluindo Tauane Souto, a primeira Operadora de VTS do país, que iniciou sua trajetória como jovem aprendiz e hoje atua como Supervisora do VTS.

"Eu tenho muito orgulho da minha trajetória dentro do VTS e por ter aberto as portas para que outras tantas tomassem esse mesmo caminho, assumindo cargos tradicionalmente masculinos." — declarou Tauane. "Juntas, somos responsáveis pelo bom andamento diário das atividades do Porto do Açu, fazendo valer um de nossos principais valores: a segurança."

Inovação e integração tecnológica

O VTS opera de forma integrada ao Sistema de Gestão de Informações Portuárias (PMIS), plataforma tecnológica que processa dados associados à gestão portuária, como nomeação de embarcações para atracação, desatracação e fundeio, faturamento de tarifas portuárias e outras demandas administrativas, consolidando o Porto do Açu como um dos mais avançados do país em gestão e controle operacional.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 12/11/2025

NORSUL É A PRIMEIRA EMPRESA DA AMÉRICA LATINA A ADOTAR PINTURA ELETROSTÁTICA ANTI-INCRUSTANTE SEM BIOCIDAS EM NAVIO DE CARGA

Por Maithe Morotti

Norsul e PPG aplicam tecnologia inédita de pintura sustentável em navio Babitonga Bay

Projeto utilizou o revestimento antiaderente PPG SIGMAGLIDE®, reduzindo emissões e consumo de combustível e reforçando o compromisso da navegação brasileira com tecnologias sustentáveis.



Navio Babitonga Bay, da Norsul, com a nova pintura eletrostática anti-incrustante

A Norsul, uma das maiores empresas de cabotagem do país, e a PPG, líder global em tintas e revestimentos, firmaram uma parceria para aplicar o PPG SIGMAGLIDE® 2390 — um revestimento antiaderente de alto desempenho — no estaleiro Gemak, na Turquia. O produto, livre de biocidas, é aplicado por meio de um método eletrostático e evita o acúmulo de organismos marinhos como cracas e mexilhões na parte submersa do casco.

O Babitonga Bay é a primeira embarcação comercial da América Latina a receber esse tipo de revestimento, que reduz emissões de gases de efeito estufa, consumo de combustível e impacto ambiental das operações marítimas. Construído em 2015, com capacidade para 39 mil toneladas, o



navio foi adquirido em 2024 por R\$ 125 milhões e reforça a capacidade operacional da companhia. Com isso, a Norsul se consolida como uma das maiores empresas brasileiras de navegação em número de embarcações próprias.

Bioincrustação: a fixação que desafia a eficiência

A bioincrustação é o acúmulo de organismos marinhos, como cracas, poliquetas e moluscos, nas partes submersas das embarcações. Esse processo começa assim que o navio entra em contato com a água e, se não for controlado, aumenta o atrito, eleva o consumo de combustível e acelera a corrosão do casco. De acordo com a Clean Shipping Coalition, as incrustações em cascos custam cerca de US\$ 30 bilhões por ano aos operadores marítimos devido ao aumento no consumo de combustível.

“É por isso que o gerenciamento proativo do biofouling é essencial para manter o desempenho ideal das embarcações e proteger os ecossistemas marinhos. A adoção dessa tecnologia reflete nosso compromisso com a inovação, unindo eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente”, afirma Aline Carvalho, diretora de Gente, Gestão e Frota da Norsul.

Tecnologia inédita na América Latina reduz consumo de combustível e pegada de carbono

O PPG SIGMAGLIDE® 2390 é um revestimento à base de silicone desenvolvido com a tecnologia HydroReset™, que cria uma superfície ultralisa e de baixo atrito, impedindo a fixação de organismos marinhos. Essa característica reduz o esforço do motor e o consumo de combustível, podendo diminuir em até 35% as emissões de CO₂ e em até 20% a potência necessária para navegação, segundo normas ISO 19030 e ITTC.

Na aplicação eletrostática, partículas de tinta eletricamente carregadas aderem com precisão à superfície do casco, formando uma camada ultralisa e durável. O processo reduz o desperdício de material e as emissões de compostos orgânicos voláteis (VOC), melhorando também as condições de trabalho dos aplicadores.

O desempenho do Babitonga Bay será monitorado por ferramentas digitais que acompanham o consumo de combustível e eficiência energética, garantindo precisão nos dados de performance e emissões. O revestimento também ajuda as embarcações a atender às metas globais da IMO e aos índices internacionais de eficiência EEXI, EEDI e CII, além de apoiar a Getting to Zero Coalition 2030.

Sustentabilidade ganha força na navegação nacional

Com mais de seis décadas de atuação, a Norsul vem incorporando práticas que unem competitividade, segurança e responsabilidade ambiental. O investimento no Babitonga Bay exemplifica a transformação das operações da empresa em um verdadeiro campo de testes para soluções sustentáveis na navegação brasileira.

A companhia acelera sua agenda de descarbonização e inovação por meio de investimentos em softwares de eficiência energética baseados em IoT, otimização de propulsores com Propeller Boss Cap Fins, uso de revestimentos anti-incrustantes, o Projeto Energia em Terra e a aplicação de inteligência artificial para otimização do consumo de combustível.

Desde 2020, a Norsul é signatária da Getting to Zero Coalition e opera um sistema online de monitoramento de emissões atmosféricas, integrando dados de sensores e indicadores de intensidade de carbono. A empresa também possui o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol.

“Seguiremos fortalecendo nossa atuação como referência nacional em transporte marítimo, combinando excelência técnica, eficiência operacional e uma visão clara de futuro”, conclui Aline Carvalho.

Sobre a Norsul



A Norsul, empresa brasileira de navegação e integração logística com sede no Rio de Janeiro, possui 61 anos de experiência em cabotagem. Em 2024, transportou 14,2 milhões de toneladas de grãos sólidos e líquidos, com receita de R\$ 1,4 bilhão. A empresa possui 22 embarcações próprias e bases de apoio nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 12/11/2025

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A ALIANÇA PELO TRANSPORTE SUSTENTÁVEL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O anúncio da criação da Aliança pelo Transporte Sustentável, Resiliente e Integrado na Amazônia, feito pelo Governo Federal nessa terça-feira, dia 11, durante a COP30, em Belém (PA), reforça a visão de que a infraestrutura logística na região deve ser um pilar da ação climática e do desenvolvimento socioeconômico. A iniciativa, que congrega seis países amazônicos – Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname – e instituições financeiras internacionais como o BID e o Banco Mundial, reconhece a interdependência entre a preservação do bioma e a modernização de seus sistemas de transportes.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou o caráter histórico da aliança, que busca transformar o transporte na Amazônia com base em soluções sustentáveis e resilientes. O debate sobre intermodalidade, interoperabilidade, concessões e a construção de uma infraestrutura que respeite as especificidades do bioma é um passo importante para tirar a região de um cenário de precariedade logística e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos.

É essencial defender ações para modernizar a logística na região amazônica com estratégias sustentáveis e resilientes. O complexo desafio de conectar comunidades isoladas, reduzir custos e fortalecer a integração regional não pode ser resolvido com modelos de infraestrutura convencionais. A Aliança aponta para um novo paradigma, onde o transporte fluvial e multimodal é tratado como vetor de desenvolvimento socioeconômico e de adaptação climática.

O transporte fluvial, como ressaltou o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, do Ministério de Portos e Aeroportos, Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, é o eixo de integração e um instrumento de inclusão social da Amazônia. A modernização desse modal, por meio de infraestrutura verde inspirada na natureza, como sistemas de drenagem e engenharia resiliente, é fundamental para mitigar os impactos das mudanças climáticas, que causam oscilações extremas nos níveis dos rios.

A criação do Plano de Ação Regional 2026–2030 e do Comitê Regional para a Transformação da Infraestrutura de Transporte Amazônica são passos práticos que garantem a seriedade do compromisso. O plano, que será articulado a programas internacionais, deve estabelecer metas e investimentos claros para os quatro eixos estratégicos definidos: ampliação da conectividade, fortalecimento da integração multimodal, implementação de infraestrutura verde e modernização do transporte fluvial urbano e ribeirinho.

O esforço conjunto dos países amazônicos e das instituições financeiras, materializado na Aliança, representa a oportunidade de construir uma estrutura de transporte e logística que respeite o bioma e crie um futuro próspero e resiliente para a região. É a ação que se espera, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável esperado para a região amazônica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA – ESTRATÉGIA - PORTO DE SANTOS – SOBRE PÁTIOS E ACESSOS



ADILSON LUIZ GONÇALVES

Engenheiro, pesquisador universitário e escritor.
Membro da Academia Santista de Letras

opinião@redenenews.com.br

Afora esses projetos e obras, já se fazem necessários novos acessos rodoferroviários entre o planalto e a Baixada Santista. A Rodovia Domenico Rangoni precisa ter sua capacidade ampliada, prevendo a ocupação da área continental de Santos e Guarujá com atividades logísticas e industriais.

O ano de 2013 tornou dramaticamente evidente o problema da falta de controle do acesso de caminhões ao Porto de Santos, em suas duas margens.

No caso da margem direita, o congestionamento de mais de seis km registrado por vários dias ao longo da Av. Mário Covas demonstrou a necessidade urgente de implantação de mecanismos de controle de acesso de veículos aos terminais portuários.

Os reflexos em áreas urbanas também foram intensos, bem como no Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), atingindo o planalto.

A partir daí, a Autoridade Portuária de Santos (APS) implantou rigoroso sistema de agendamento, contando com o apoio da concessionária do SAI e da Polícia Rodoviária, entre outros.

Já existiam pátios reguladores em Cubatão, ao menos desde 2001 (Rodopark) e 2006 (Ecopátio), mas o aumento das safras do agronegócio e a entrada em operação de novos terminais de contêineres demonstraram a necessidade de novos modelos de gestão de fluxos rodoviários.

A ampliação da participação do modo ferroviário, sobretudo com a implantação da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS), tornou a matriz de transportes do porto um pouco mais equilibrada. No entanto, há tendência de ampliação dos fluxos rodoviários.

A entrada de novos terminais portuários deve aumentar, ainda mais, essa demanda.

A Terceira Pista da Imigrantes, em estudo pela Ecorodovias, já vem com um atraso de ao menos 20 anos. A mesma empresa tem sob sua responsabilidade os projetos do viaduto de saída da Alemoa e o novo acesso à margem direita do Porto de Santos. As obras das avenidas perimetrais do porto estão em processo. A ligação seca Santos-Guarujá já está contratada. O atual único acesso à margem direita recebeu obras viárias e de drenagem da Prefeitura de Santos.

Afora esses projetos e obras, já se fazem necessários novos acessos rodoferroviários entre o planalto e a Baixada Santista. A Rodovia Domenico Rangoni precisa ter sua capacidade ampliada, prevendo a ocupação da área continental de Santos e Guarujá com atividades logísticas e industriais. A Prefeitura de Cubatão propõe um acesso direto entre a Terceira Pista da Imigrantes e a área insular de Santos. A Prefeitura de Santos defende, ao menos desde 2014, a construção do Túnel do Maciço Central, como parte de um novo acesso ao município, a partir da Rodovia dos Imigrantes, em São Vicente. Esse túnel será tema de um futuro artigo.

A proposta de Cubatão e o Túnel do Maciço Central têm em comum a proposta de reduzir o “funil” que existe no acesso à área insular de Santos, sobretudo ao porto, que continuará a ser essencialmente pela Via Anchieta. No caso de Cubatão, ainda há a intenção de evitar que o município se transforme em área de passagem e armazenagem de veículos e cargas destinadas ao Porto de Santos.



Todas essas iniciativas visam ampliar os acessos rodoferroviários entre o planalto e a Baixada Santista. Porém, a necessidade de pátios reguladores e estacionamentos para veículos de carga também faz parte desse processo.

A capacidade atual já demonstra ser insuficiente, e as limitações de ocupações impostas por questões ambientais tornam essas áreas caras, mas interessantes para atividades de maior valor agregado.

Para piorar, a falta de silagem nas áreas produtivas do agronegócio transformou os caminhões em silos móveis que, dependendo do agendamento para descarga, prejudica sensivelmente a qualidade de vida de caminhoneiros.

O ideal seria que fossem criados pátios de espera ao longo das estradas, com instalações adequadas para os motoristas. Áreas de prestação de serviço têm sido utilizadas para esse fim, mas não foram dimensionadas para atendimento em larga escala. Outras precisariam ser criadas primordialmente com essa finalidade, incluindo vestiários, sanitários, áreas para alimentação e segurança.

No entanto, essa solução racional normalmente sofre restrições no âmbito do licenciamento ambiental, o que afeta o interesse de interessados em implantar esse tipo de serviço.

Mesmo na área do Porto de Santos, o que não deve ser diferente em outros complexos portuários, há necessidade de prever estacionamentos para caminhões, tanto os que chegam ao porto como os que nele circulam localmente, muitos dos quais têm ocupado vias urbanas em áreas residenciais.

É importante destacar que a falta de áreas para estacionamento de veículos não afeta apenas caminhões. Os trabalhadores portuários também reclamam da falta de áreas para estacionamento de seus meios de transporte e de transporte coletivo na zona portuária.

Sobretudo na margem direita do Porto de Santos, cada espaço é precioso para as operações portuárias, o que não tem impedido a Autoridade Portuária de Santos de, além da implantação e aprimoramento do agendamento de caminhões, buscar alternativas locais para estacionamentos. No entanto, quase sempre encontra dificuldades, por conta de licenciamentos ambientais, ainda que obtenha declaração de utilidade pública (DUP) para essas áreas. Afora isso, há risco de conflitos na relação porto-cidade, cujo exemplo mais recente é o questionamento da Prefeitura de Cubatão à implantação de terminal logístico e pátio de triagem de caminhões na Ilha do Tatu, licitado pela APS.

É certo que qualquer área interna ou próxima à poligonal do porto organizado interessa aos operadores portuários. No entanto, a adoção de soluções logísticas adequadas é imprescindível, o que exige abordagem sistêmica.

A área que a APS pretende destinar ao estacionamento de caminhões, na região da Alamoia/Saboó, já tinha previsão para esse tipo de uso desde 2011. Uma planta produzida em 2012 propôs que a área fosse dividida em pátio para estacionamento de caminhões, com infraestrutura adequada para os motoristas; pátio para contêineres, pátio ferroviário e implantação do sistema de drenagem urbana, que incluiu a Estação Elevatória com Comportas (EEC) 6.

A licitação relativa à implantação do estacionamento para caminhões está sendo questionada, sob a alegação de descumprimento do PDZ de 2020 e de falta de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA). Mais uma judicialização...

O planejamento portuário envolve certa flexibilidade, tanto que o PDZ, que é definido pela Autoridade Portuária, nem sempre acompanha o Plano Mestre, que é elaborado pelo Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor).

No caso específico dos EVTEAs, há quem os considere desnecessários no caso de arrendamentos portuários, autorização para terminais portuários de uso privado (TUPs) e implantação de infraestruturas e até Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), o que agilizaria processos de interesse para o desenvolvimento sustentado do país.

A burocracia estatal e os licenciamentos ambientais demorados, sempre sujeitos a judicializações, em função do arcabouço legal vigente, precisam ser revisados para superar alguns entraves que têm desestimulado investimentos e geração de empregos e, conseqüentemente, o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

O PL nº 733/2025 propõe a simplificação e agilização dos EVTEAs, enquanto o PL nº 2159/2021 prevê processos mais rápidos para licenciamentos ambientais.

Pela importância estratégica da logística para o país, o confronto de interesses precisa ser superado, em busca de soluções consensuais, que equilibrem aspectos ambientais, sociais, incluindo a geração de empregos, e econômicos, considerando o incremento de receitas.

Não é tarefa simples, considerando certas posturas radicais e o fato da legislação brasileira servir tanto para defender quanto para refutar um mesmo objeto, segundo os interesses ou entendimentos de um mesmo ente.

AFORA ESSES PROJETOS E OBRAS, JÁ SE FAZEM NECESSÁRIOS NOVOS ACESSOS RODOFERROVIÁRIOS ENTRE O PLANALTO E A BAIXADA SANTISTA. A RODOVIA DOMENICO RANGONI PRECISA TER SUA CAPACIDADE AMPLIADA, PREVENDO A OCUPAÇÃO DA ÁREA CONTINENTAL DE SANTOS E GUARUJÁ COM ATIVIDADES LOGÍSTICAS E INDUSTRIAIS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

COP30 - BRASIL E PAÍSES AMAZÔNICOS LANÇAM ALIANÇA PELO TRANSPORTE SUSTENTÁVEL

Iniciava reúne governos, bancos multilaterais e setor produtivo para transformar a logística na Amazônia com foco em integração, baixo carbono e inclusão social

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A Aliança é uma iniciativa conjunta dos ministérios de Portos e Aeroportos e dos Transportes, em parceria com países amazônicos e instituições como o BID e o BNDES

A ALIANÇA TEM COMO OBJETIVO MODERNIZAR A LOGÍSTICA NA REGIÃO AMAZÔNICA COM BASE EM SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES, BUSCANDO AMPLIAR A CONECTIVIDADE, REDUZIR CUSTOS E FORTALECER A INTEGRAÇÃO REGIONAL

O Governo Federal anunciou, nesta terça-feira (11), durante a COP30, em Belém (PA), a criação da Aliança pelo Transporte Sustentável, Resiliente e Integrado na Amazônia, iniciativa conjunta dos ministérios de Portos e Aeroportos (MPor) e dos Transportes, em parceria com Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname, além de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A aliança tem como objetivo modernizar a logística na região amazônica com base em soluções sustentáveis e resilientes, buscando ampliar a conectividade, reduzir custos e fortalecer a integração

regional. A proposta também pretende transformar o transporte fluvial e multimodal em vetor de desenvolvimento socioeconômico e de adaptação climática, alinhando-se aos compromissos de descarbonização assumidos pelos países amazônicos.

“A ALIANÇA REPRESENTA UM MARCO NA COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES AMAZÔNICOS E REFORÇA O COMPROMISSO DO BRASIL COM UM TRANSPORTE QUE UNE EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA. ESSA É UMA INICIATIVA QUE COLOCA O BIOMA AMAZÔNICO NO CENTRO DA AÇÃO CLIMÁTICA GLOBAL”

SILVIO COSTA FILHO
ministro de Portos e Aeroportos,

“O grupo discutirá a intermodalidade, a interoperabilidade do transporte, a construção de novos avos e possíveis concessões, incluindo hidrovias, rodovias, ferrovias e aeroportos, para que a Amazônia receba a devida atenção na estruturação de sua infraestrutura”, explicou o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou o caráter histórico da iniciativa e o papel de liderança do Brasil na integração regional. “A Aliança representa um marco na cooperação entre os países amazônicos e reforça o compromisso do Brasil com um transporte que une eficiência, sustentabilidade e resiliência. Essa é uma iniciativa que coloca o bioma amazônico no centro da ação climática global”, afirmou.

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burler da Silveira Filho, ressaltou a relevância do transporte fluvial no desenvolvimento da Amazônia. “A Aliança fortalece o transporte fluvial como eixo de integração regional e instrumento de inclusão social. Ao lado do BID, do Banco Mundial e dos países amazônicos, o Brasil reafirma seu compromisso com um modelo de transporte mais eficiente, resiliente e alinhado aos compromissos climáticos”, disse.

O lançamento da Aliança responde a desafios estruturais enfrentados pela região, como baixa conectividade, infraestrutura precária e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos. As ações previstas envolvem eficiência logística, inovação tecnológica e preservação ambiental como pilares de um novo modelo de transporte amazônico sustentável.

Eixos e plano de ação

A atuação da Aliança será guiada por quatro eixos estratégicos: ampliação da conectividade e acesso a serviços básicos em comunidades isoladas; fortalecimento da integração multimodal e dos corredores logísticos sustentáveis, com foco nas hidrovias e na bioeconomia; implementação de infraestrutura verde inspirada na natureza, voltada à mitigação de impactos socioambientais; e modernização do transporte fluvial de passageiros e cargas em áreas urbanas e ribeirinhas, com foco em segurança e inclusão.

“A proposta é desenvolver soluções inspiradas na natureza, com sistemas de drenagem e engenharia que tornem a infraestrutura mais resiliente e contribuam para reduzir os impactos das mudanças climáticas”, concluiu Benevides.

Os países e instituições participantes se comprometeram a elaborar o Plano de Ação Regional 2026–2030, que estabelecerá metas e investimentos para transformar o transporte na Amazônia. O plano será articulado a programas internacionais como Amazônia Sempre e Conexión Sur, do BID, e Amazônia Viva, do Banco Mundial.

Também será criado o Comitê Regional para a Transformação da Infraestrutura de Transporte Amazônica, responsável por coordenar e acompanhar a execução das ações e garantir alinhamento às metas globais de descarbonização.

Segundo Benevides, “o compromisso é integrar todos os fatores em uma estrutura de transporte e logística que respeite as especificidades da Amazônia e crie um futuro sustentável para a região. A sustentabilidade é a face humana do desenvolvimento da infraestrutura, e essa é a agenda do ministro Renan Filho e da equipe técnica do Ministério dos Transportes na COP30”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

NACIONAL - MPOR LANÇA CONSULTA PÚBLICA PARA CERTIFICAÇÃO DE EMBARCAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Portaria integra o Programa BR do Mar e propõe critérios ambientais e sociais para estimular combustíveis limpos e eficiência energética no setor marítimo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O ministro Silvio Costa Filho com o secretário nacional de Hidrovias, Otto Burlier, e a diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos, Larissa Amorim

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentou, nesta terça-feira (11), durante a COP30, a consulta pública da Portaria de Embarcações Sustentáveis, no âmbito do Programa BR do Mar. O ato marcou a abertura da participação do ministério na conferência e foi seguido do painel “Corredores Verdes e de

Inovação: conexões sustentáveis para o futuro”, ambos realizados no Pavilhão Brasil, na Zona Azul, em Belém (PA).

O ATO MARCOU A ABERTURA DA PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO NA CONFERÊNCIA E FOI SEGUIDO DO PAINEL “CORREDORES VERDES E DE INOVAÇÃO: CONEXÕES SUSTENTÁVEIS PARA O FUTURO”, AMBOS REALIZADOS NO PAVILHÃO BRASIL, NA ZONA AZUL, EM BELÉM (PA)

Elaborada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a portaria estabelece critérios ambientais, sociais e de eficiência energética para o enquadramento de embarcações sustentáveis, com o objetivo de incentivar o uso de combustíveis limpos, tecnologias de baixo carbono e boas práticas trabalhistas no setor marítimo. A medida também cria a Matriz de Avaliação de Requisitos de Embarcações Sustentáveis (M.A.R.E.S.), que servirá de base para a certificação voluntária de embarcações que atenderem aos padrões definidos pela norma.

Entre os parâmetros previstos estão o uso de etanol, biodiesel B24, HVO, metanol verde, bio-GNL, amônia e hidrogênio verde, além de indicadores de eficiência energética (EEXI, EEDI e CII) e da adoção de planos de eficiência (SEEMP). As embarcações certificadas terão prioridade em processos de afretamento e reconhecimento público pela adoção de práticas ambientais e sociais avançadas.

Durante o lançamento, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que a iniciativa marca o início de uma nova etapa da política ambiental do setor marítimo brasileiro. Segundo ele, a consulta pública representa uma construção conjunta com o setor produtivo, os trabalhadores e a sociedade civil. “Nós vamos iniciar uma grande consulta pública agora com o setor produtivo, com os trabalhadores, com as trabalhadoras e com a sociedade civil organizada, para discutir uma grande política pública que dialoga com a sustentabilidade no Brasil”, afirmou.



O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, reforçou que o processo é essencial para aprimorar a regulamentação e garantir que as diretrizes de sustentabilidade sejam consolidadas de forma participativa. Ele explicou que a proposta vem sendo construída há anos em diálogo com o setor e que agora é o momento de consolidar contribuições. “Estamos iniciando a consulta pública para receber as contribuições de toda a sociedade sobre o que é uma embarcação sustentável. Esse é um tema essencial para colocar em prática o programa BR do Mar e consolidar o transporte marítimo como vetor da transição energética brasileira”, afirmou.

A diretora de Sustentabilidade do MPor, Larissa Amorim, ressaltou que o trabalho é fruto de um esforço conjunto e de uma visão de longo prazo que coloca o Brasil em posição de liderança global na agenda ambiental. “É um esforço de muitos anos, que traz uma dose de realidade e reforça o compromisso de transformar o Brasil em referência mundial em governança, inovação e sustentabilidade no setor marítimo”, destacou.

A consulta pública ficará disponível na plataforma Participa + Brasil, no endereço www.gov.br/participamaisbrasil/portaria-das-embarcacoes-sustentaveis, permitindo a contribuição de empresas, trabalhadores e entidades da sociedade civil. Após o período de recebimento de sugestões, a versão final será publicada no Diário Oficial da União, em portaria conjunta assinada pelos ministros Silvío Costa Filho e Geraldo Alckmin.

Descarbonização naval

Logo após o lançamento, o ministro participou do painel “Corredores Verdes e de Inovação: conexões sustentáveis para o futuro”, que reuniu representantes da Maersk, da organização internacional Slocat e do governo da Noruega, para debater estratégias para a criação de rotas logísticas de baixo carbono, com foco na transição energética do transporte marítimo e na cooperação internacional em sustentabilidade.

Durante o painel, Silvío Costa Filho destacou que a COP30 representa um marco para o país e deixará um legado importante na agenda da sustentabilidade e da descarbonização. Ele lembrou que o Brasil se consolidou como destino estratégico para investimentos em infraestrutura verde e afirmou que “o mundo quer investir em bons projetos, e o Brasil se tornou um grande player internacional porque tem iniciativas sólidas, rentáveis e que dialogam com a sustentabilidade”.

O ministro também reforçou o compromisso do governo federal com políticas de governança ambiental e inovação logística. Segundo ele, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministério vem priorizando projetos sustentáveis no Fundo da Marinha Mercante e avançando na agenda de transição energética dos portos brasileiros. Silvío anunciou ainda que a Secretaria Nacional de Hidrovias prepara a primeira concessão hidroviária do país, a da Hidrovia do Paraguai, prevista para abril de 2026, e destacou os resultados do programa BR do Mar e dos investimentos em obras portuárias.

Atualmente, o setor portuário brasileiro movimenta mais de R\$ 30 bilhões em contratos de obras de infraestrutura e deve alcançar R\$ 45 bilhões em novos investimentos até 2026, com potencial de gerar 50 mil empregos diretos e indiretos.

Ao encerrar sua participação, o ministro destacou que o desafio ambiental é também uma oportunidade econômica para o país. “O Brasil tem todas as condições de liderar a transição energética global. Podemos ser um grande exportador de combustíveis sustentáveis e referência mundial em logística verde”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

COP30 - PLANO BRASILEIRO LANÇADO NA COP30 TENTA INTEGRAR GOVERNANÇA CLIMÁTICA NO PAÍS

Iniciava visa alinhar as ações de municípios, estados e governo federal, com o suporte de organizações sociais e privadas

Por Agência Brasil



A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, lembrou que a responsabilidade climática é de todas as esferas e não apenas federal

No segundo dia da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, o governo brasileiro apresentou o Plano de Aceleração de Governança em Multinível, para integrar ações climáticas de municípios, estados, governo federal, com o apoio de organizações sociais e iniciativa privada.

Segundo a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, a ideia é ter uma abordagem mais integrada das políticas e buscar sinergias entre as agendas de adaptação, de mitigação e transformação dos espaços urbanos para enfrentar a mudança do clima.

“Não só no nível federal que o país deve ter um plano de redução de emissão de CO2, mas também nos municípios e nos estados. Nesse caso, é um compromisso de que os municípios também façam seus Planos Climas Municipais. E na parte de transformação, que façam investimentos para mudar a geografia, a topografia construída pelos humanos, de maneiras a que integre agora esse novo normal do que já foi mudado até aqui”, explicou a ministra.

Na prática, o plano foi estruturado em quatro eixos:

1. Informação de risco e tomada de decisão;
2. Construção de conhecimento e capacidade;
3. Governança e estruturação das ações de forma inclusivas;
4. Integração de recursos público e privado para implementação.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o modelo de gestão já está em andamento com a entrega de nove políticas públicas, que alcançam 15 linhas de ação estruturadas com a participação dos diferentes governos e com o suporte de organizações sociais e da iniciativa privada.

Segundo o ministro das Cidades, Jader Filho, o lançamento do plano demonstra ainda o comprometimento do Brasil com a Coalizão para Parcerias Multinível de Alta Ambição para Ação Climática (CHAM), da qual o país é signatário desde a COP28 em Dubai, Emirados Árabes Unidos, ocorrida no ano de 2023.

Engajamento

Para o ministro, só é possível avançar nas ações climáticas com o engajamento dos governos subnacionais. “Nós podemos, a partir dos governos centrais, dar esse indicativo, dar as recomendações, mas quem executa as ações, de fato, são os líderes subnacionais. São eles que vão evitar que a floresta seja devastada, são eles que vão fazer o processo de implementação para que os nossos esforços sejam empregados nos rios, são eles que vão substituir as nossas frotas para que elas sejam descarbonizadas.”

A gerente-executiva da COP30, Ana Toni, lembrou que esse plano é um exemplo de implementação das negociações que ocorrem na COP30. “Esse é o momento de a gente colocar a governança multinível na agenda climática de uma forma absolutamente estruturante pelas razões dos nossos ministros trazerem o tema desde o começo e, principalmente de como a gente vem pensando a estruturação da COP30 do modelo de um murão”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

COP30 - SIMONE TEBET ANUNCIA US\$ 1 BI DE FINANCIAMENTO PARA CIDADES NA REGIÃO AMAZÔNICA

Ministra do Planejamento e Orçamento disse que ideia é aplicar dinheiro em infraestrutura e segurança hídrica

Da Agência Brasil

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, detalhou nesta terça-feira que será destinado US\$ 1 bilhão de financiamento para cidades de países amazônicos com condições favoráveis e elevada carência. O projeto é do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, na prática, será destinado à chamada resiliência da infraestrutura das cidades e à segurança hídrica, por exemplo. A ministra disse que a proposta surgiu a partir de conversas sobre a necessidade de um programa específico de médio e longo prazo, considerando os países amazônicos, em tratativas feitas entre a equipe técnica do BID e do Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO). «São subsídios, doações, financiamento, a maior parte é financiamento, para que governadores e prefeitos possam receber doação ou financiar a bioeconomia, a economia verde, mobilidade urbana com transição energética, resolver o problema de saneamento, qualificar e fortalecer as cooperativas de economia verde», exemplificou Tebet em conversa com jornalistas no segundo dia da COP30, em Belém (PA).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

COP30 - FINEP PREVÊ R\$ 460 MI PARA ESTUDOS DE BIOTECNOLOGIA E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS

Agência vinculada ao Ministério da Ciência, Inovação e Tecnologia anunciou três novas fontes de investimento

Da Agência Brasil

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência vinculada ao Ministério da Ciência, Inovação e Tecnologia (MCTI), anunciou nesta terça-feira, durante a COP30, três novas fontes de investimentos para empresas e instituições, no valor total de R\$ 460 milhões.

O edital Pró Amazônia 2025, destinado à região da Amazônia Legal, disponibilizará R\$ 150 milhões para equipamentos, serviços e bolsas de pesquisa a pro postas voltadas para as áreas de biotecnologia e valorização da biodiversidade, energias renováveis e outras.

Em uma segunda frente, com investimentos de R\$ 250 milhões, a Finep anunciou o lançamento do edital Recuperação e Preservação de Acervos 2025, que selecionará propostas para a concessão de apoio financeiro a projetos de recuperação, preservação, digitalização e difusão de acervos de arquivos, bibliotecas, centros de memória, herbários, institutos e museus.

Em uma terceira iniciativa, a Finep lançou o edital Fundos de Investimento em Bioeconomia e Sustentabilidade. A iniciativa prevê o investimento de R\$60 milhões em até dois fundos de investimento (FIPs), que invistam em participações acionárias de empresas que atuem com projetos de bioeconomia e sustentabilidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

COP30 - TCU: 9 EM CADA 10 PAÍSES NÃO SABEM QUANTO GASTAM PARA ENFRENTAR MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Informação confirmada pela auditoria global ClimateScanner preocupa, já que inviabiliza o planejamento para investimentos futuros

Do Estadão Conteúdo



O ClimateScanner foi desenvolvido pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle. O TCU presidiu a entidade até mês passado

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou nesta terça-feira, 11, os resultados auferidos em uma auditoria global e inédita sobre as políticas públicas de enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas. Foram 140 países que manifestaram interesse na participação no chamado "ClimateScanner",

incluindo EUA e China. Desse total, 103 países apresentaram as informações via respectivos órgãos de controle.

Um dos indicadores centrais mostrados, com base nos dados já recebidos, é que nove em cada dez países não sabem quanto gastam para enfrentar as mudanças climáticas. O documento aponta que, sem esse monitoramento, os governos não sabem se estão investindo na solução dos problemas mais críticos e não conseguem planejar gastos futuros.

"Se o órgão de controle de cada país não for independente, nós não recebemos informações", declarou o presidente da Corte de Contas, Vital do Rêgo, em conversa com jornalistas, ao avaliar que há 100% de confiabilidade no levantamento. A análise foi feita com checagem via inteligência artificial.

Ainda de acordo com os resultados, sete em cada dez governos têm planos insuficientes de médio e longo prazo para enfrentar os impactos das mudanças climáticas.

Outro indicador também apontado: metade dos países não tem clareza sobre como pretende reduzir as emissões de gases que contribuem para a piora do clima. Além disso, sete em cada dez países não possuem mecanismos adequados para monitorar o progresso rumo às metas climáticas.

O ClimateScanner foi desenvolvido pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (Intosai), sob a liderança do Tribunal de Contas da União (TCU), que presidiu a entidade entre novembro de 2022 e outubro de 2025.

"A primeira grande entrega da COP é essa. Nós passamos três anos nos reunindo, juntando dados. Fazendo uma série de encontros, de convergências. São 103 países. Se você conectar agora no site com as informações, você vai saber o compromisso de cada país em três pilares: governança; finanças; políticas públicas e orçamento", declarou Vital do Rêgo.

EUA e China

Na lista geral dos 140 países, há avanço para, futuramente, os Estados Unidos e a China também apresentarem os respectivos dados. O presidente do TCU disse que há uma relação "muito boa" com os órgãos de controle desses países. Ele afirmou ainda que a auditoria global apresenta um retrato da realidade de cada país, que poderá ser utilizado pelas respectivas populações.

"A sociedade vai ter o acesso para cobrar os seus governantes em todas as esferas. O que é que eles fazem em cima daquele retrato? Não é um retrato feito aleatoriamente ou sob julgamento. É um retrato metodológico. Ninguém pode discutir essa realidade", declarou.

Em síntese, a auditoria global sobre as políticas públicas em andamento nos diversos países confirmou que nenhum país está totalmente preparado para enfrentar a mudança climática. Aponta ainda para a falta de informações sobre quanto vão custar as ações necessárias e como serão financiadas. Outra conclusão é que os orçamentos públicos não terão como arcar, isoladamente, com todo o que precisa ser feito para adaptação e resiliência climática.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/11/2025

COP30 - PESQUISA INDICA QUE SÓ 10% DOS ALUNOS BRASILEIROS SABEM O QUE É COP30

Levantamento foi feito pela Frente Parlamentar Mista da Educação, em parceria com o Equidade.Info

Do Estadão Conteúdo

Enquanto milhares de representantes de 194 países negociam saídas para as mudanças climáticas no evento das Nações Unidas (ONU) na capital paraense, apenas um em cada dez estudantes brasileiros até o ensino médio sabem o que é a COP30.

Os resultados são de uma pesquisa da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), em parceria com o Equidade.Info. Na rede privada o número de alunos que conhece a COP30 quadruplica.

O levantamento ouviu 3.127 alunos, 372 professores e 210 gestores de 198 escolas públicas e privadas em todas as regiões do País entre agosto e setembro deste ano. Segundo o estudo, embora sete em cada dez estudantes afirmem já ter ouvido falar em mudanças climáticas, apenas um terço consegue explicar o que o termo significa, enquanto outro um terço admite não saber nada sobre o tema.

O Norte, região que hospeda a COP30, é de onde vêm os estudantes mais bem informados sobre o tema, com 27% deles sabendo o que é o evento. No caso dos professores, esse número salta para 77%. O Nordeste apresenta os menores índices de conhecimento entre os alunos (4%) e docentes (52%).

Confiança na COP30

Outra pesquisa, realizada pelo Genial/Quaest, mostra um empate de 41% entre os brasileiros que acreditam que a COP30 trará resultados positivos para o País e aqueles que acreditam que a conferência não fará diferença. Para 7% dos entrevistados, os resultados serão negativos para o País e 11% não souberam ou não responderam.

A pesquisa Quaest foi realizada com 2.004 brasileiros com 16 anos ou mais, ouvidos entre os dias 6 e 9 de novembro, antes do início da conferência em Belém, com margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. O levantamento foi encomendado pela Genial Investimentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/11/2025

COP30 - GOVERNADOR DA CALIFÓRNIA DIZ QUE POSTURA DOS EUA SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS É 'BURRA'

Democrata participa da COP30 e se posiciona radicalmente contra Donald Trump, que não enviou delegação para o evento no Brasil

Do Estadão Conteúdo



Gavin Newsom explicou que sua missão na COP30 é assegurar ao mundo que a Califórnia é um parceiro confiável na pauta climática

O governador da Califórnia, Gavin Newsom, criticou a ausência dos Estados Unidos das discussões climáticas e classificou a postura do governo Donald Trump como "burra". O democrata marcou presença nesta terça-feira, 11,



na COP30, em Belém, e fez questão de deixar claro que não compactua com a posição do presidente norte-americano, pelo contrário: estão em lados totalmente opostos.

"A China está invadindo a área e vai dominar a próxima grande indústria global. Portanto, estou aqui também por um prisma econômico. Os Estados Unidos da América estão sendo tão burros quanto querem ser sobre este tópico. Mas o Estado da Califórnia não está", disse.

Sob Trump, os EUA deixaram o Acordo de Paris e, pela primeira vez na história, não enviaram uma delegação oficial à Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP). "A razão de eu estar aqui (no Brasil) é a ausência de lideranças dos EUA. Esse vácuo é realmente de cair o queixo. Não tem nenhum representante, nenhum, nem mesmo um observador, nem alguém tomando notas sobre o que está acontecendo em Belém", disse. "Nós temos visto essa reversão completa de boa parte do progresso que o governo Biden fez."

O governador da Califórnia é um dos líderes locais representando o país no evento, parte de uma coalizão de 24 estados (a U.S. Climate Alliance) que seguem investindo na ação climática e buscando entregar resultados apesar dos retrocessos federais. "É uma desgraça, uma abdicação de liderança. Estamos tentando preencher o vazio", disse.

Gavin Newsom explicou que sua missão na COP30 é assegurar que a Califórnia é um "parceiro estável com políticas consistentes" e que tem "uma mão aberta, não um punho cerrado, em relação à política climática e ao crescimento verde de baixo carbono".

O político participou de um painel no pavilhão da Alemanha na COP30 e destacou que a Califórnia se diferencia do "atual ocupante da Casa Branca", em referência a Trump, e é um parceiro estável e confiável. Ele frisou que investir em soluções climáticas é uma questão econômica e que "risco climático é risco financeiro".

O governador afirmou ainda que a discussão sobre a pauta "tem sido ampliada por administrações democratas e republicanas" e citou lideranças como Ronald Reagan e Richard Nixon, ambos ex-presidentes republicanos, que contribuíram para o papel que a Califórnia desempenha atualmente. "Não é algo ideológico", disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/11/2025

COP30 - ANTES DA DEFINIÇÃO DA PRÓXIMA CONFERÊNCIA, ETIÓPIA JÁ É CONFIRMADA COMO SEDE DA COP32

País recebeu o apoio dos vizinhos africanos. Enquanto isso, segue a disputa entre Turquia e Austrália para a COP31

Do Estadão Conteúdo

Mesmo sem uma definição sobre o país-sede da COP31, a 32ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP32) já tem um endereço. Na tarde desta terça-feira, o grupo de países africanos submeteu formalmente à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) a indicação da Etiópia para sediar o maior evento da ONU em 2027.

Segundo o secretário de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Ministério da Agricultura da Etiópia, Addisu Negash, o país foi cancelado pelos vizinhos do continente africano e apresentado como o país-sede da COP32.

O endereço da COP31 ainda não está certo porque os países do grupo ocidental da UNFCCC (Western European and Others Group, WEOG) assistem a uma disputa entre Turquia e Austrália. Na COP30 os dois gigantes são vizinhos. Os dois pavilhões ficam colados um ao outro no corredor principal da zona azul. Segundo uma fonte dos processos da diplomacia climática, a falta de um

acordo entre turcos e australianos poderá fazer com que o Brasil tenha de prolongar o seu mandato na presidência da COP.

"O risco de uma falta de entendimento entre os dois? O Brasil segue na presidência", disse a fonte. Isso não significa que o evento será realizado em solo brasileiro. Significa, apenas, que a organização competirá à equipe brasileira.

Até o fim da COP30, no dia 21 de novembro, uma das duas nações terá de abrir mão da candidatura para dar lugar a outra. Caso isso não aconteça, será aberta uma discussão sobre como proceder. Uma possibilidade é o evento vir a ser realizado em Bonn, cidade alemã onde fica a sede da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

As conferências sobre mudanças climáticas são realizadas anualmente no país de um dos cinco grupos da UNFCCC. O Brasil pertence ao grupo da América Latina e foi o único candidato para ser o país-sede da COP30.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

COP30 - COP NO BRASIL TEM 47 MIL INSCRITOS, SEGUNDO MAIOR NÚMERO NA HISTÓRIA

A Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (Unfccc) divulgou que a COP30 teve 47.459 inscritos, de 194 países. Destes, 13.499 são funcionários do evento, da ONU, seguranças e voluntários.

Dados das Nações Unidas sobre a participação em COPs anteriores mostram que a participação mais alta registrada até agora foi na COP-28, realizada em 2023 em Dubai (Emirados Árabes). Na ocasião o quórum foi de 70 mil, entre delegações dos países, observadores (ONGs, jovens, entidades empresariais, sindicais, agrícolas, ambientais listadas e científicas), imprensa e representantes da ONU.

O número de participantes da COP no Brasil é o segundo maior nos 30 anos das conferências. Durante os preparativos, os preços altos de hospedagem em Belém fizeram com que países demorassem a confirmar sua participação. Alguns reduziram o tamanho das delegações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

TRANSPORTES - PORTOS - ANTAQ LANÇA PROJETO OUTORGA VERDE EM AMBIENTE REGULATÓRIO EXPERIMENTAL

Primeiro sandbox da agência vai testar soluções voltadas à transição energética, inovação e sustentabilidade nos portos.

Por ALINE BECKETTY redacao.jornal@redebenews.com.br



O sandbox regulatório permitirá que empresas testem produtos, serviços e modelos de negócio inovadores, sob regras específicas e com acompanhamento direto da Antaq

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) escolheu o projeto Outorga Verde como o tema inaugural do seu ambiente regulatório experimental, conhecido como sandbox regulatório. A iniciativa marca um novo passo da agência na modernização do setor portuário, promovendo a integração entre inovação tecnológica, transição energética e sustentabilidade.



As inscrições para empresas interessadas em participar foram abertas na segunda-feira (10) e vão até o dia 9 de dezembro, com o edital publicado no início da semana e resultado final em fevereiro de 2026. A proposta selecionará empresas para a ocupação e exploração de áreas ociosas em portos organizados, com foco em projetos voltados à transição energética, uso de tecnologias emergentes e métodos de trabalho sustentáveis.

Segundo a diretora e relatora do processo, Flávia Takafashi, o projeto reforça o papel da Antaq na indução de boas práticas e no incentivo à inovação no setor.

“Trazer o tema da transição energética para esse ambiente experimental é uma forma de estimular a inovação no setor portuário, promovendo o alinhamento entre política pública, inovação regulatória e compromisso ambiental”, afirmou.

O sandbox regulatório permitirá que empresas testem, por um período determinado, produtos, serviços e modelos de negócio inovadores, sob regras específicas e com acompanhamento direto da Antaq. Ao final do ciclo de quatro anos, os resultados serão avaliados quanto a seus benefícios e riscos à sociedade e ao sistema portuário.

Áreas de interesse

Entre as áreas de interesse do projeto estão a geração de energia renovável, a infraestrutura para combustíveis alternativos, a eletrificação das operações portuárias, o bunkering de combustíveis limpos, o desenvolvimento de novas tecnologias de descarbonização e soluções como o Onshore Power Supply (OPS), que permite o fornecimento de energia elétrica a embarcações atracadas, reduzindo emissões.

Em entrevista ao BE News, Flávia Takafashi destacou que o projeto também abre espaço para a criação de hubs de inovação em portos públicos e reforça a vocação do Brasil como líder da economia verde.

“Os portos brasileiros, pela sua extensão litorânea e relevância logística, podem se consolidar como polos industriais e logísticos de referência para a economia de baixo carbono. O Outorga Verde é essencial para atrair a implementação desses hubs de inovação, que agregarão valor à temática e a todo o ecossistema portuário”, pontuou.

A estruturação do sandbox prevê a criação de uma comissão específica para gestão do projeto, a publicação do edital de chamamento público, a seleção das propostas pela Diretoria Colegiada da Antaq, a formalização de autorizações temporárias e, por fim, a celebração dos contratos de outorga com interveniência da agência. Projetos que incluam áreas não operacionais dependerão ainda de manifestação prévia favorável do Ministério de Portos e Aeroportos.

Novo marco regulatório

Para a Antaq, o modelo de sandbox representa um novo marco regulatório para o setor portuário, pois cria um ambiente seguro de testes que une governança, estabilidade regulatória e estímulo à inovação, sem a necessidade de editar novas normas antes da consolidação dos resultados.

Essa é uma proposta para que a agência possa impulsionar os portos públicos a garantir essa infraestrutura, com projetos voltados à inovação, ao abastecimento de combustíveis limpos e à preparação desses portos para atender o futuro da sustentabilidade”, reforçou Taka fashi.

Com o projeto Outorga Verde, a Antaq posiciona o Brasil na vanguarda da transição energética marítima, fortalecendo o papel dos portos como pilares estratégicos da economia de baixo carbono e da agenda climática global. O modelo regulatório experimental possibilita que empresas testem produtos e serviços inovadores com regras adaptadas, antes da criação de regulações permanentes. A proposta permitirá ao órgão identificar riscos, benefícios e oportunidades para o setor antes da adoção defini- va.

“Trazer o tema da transição energética para o ambiente experimental é uma forma de promover o alinhamento entre política pública, inovação regulatória e compromisso ambiental”, explicou Takafashi.

De acordo com a Antaq, o projeto também contribui para o cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e reforça a meta de consolidar os portos brasileiros como polos industriais e logísticos de referência para a economia de baixo carbono

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/11/2025

TRANSPORTES | PORTOS - ABRATEC CONTESTA EDITAL PARA CESSÃO DE ÁREA NO PORTO DE SANTOS

Associação pede anulação imediata e afirma que proposta para pátio de veículos desrespeita plano diretor do porto

Por **GEOFFREY SCARMELOTE** redacao.jornal@redebeneews.com.br



No entendimento da Abratec, o projeto proposto pela Autoridade Portuária de Santos desvia a função da área e foi lançado sem estudos técnicos, ambientais ou de impacto viário

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) protocolou um pedido de impugnação contra o edital da Autoridade Portuária de Santos (APS) que prevê a cessão de uma área na margem direita do porto para a construção de um pátio para caminhões. A

entidade alega que o documento ignora o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do complexo, aprovado em 2020, e que a mudança pode comprometer o crescimento operacional do maior porto da América Latina

Segundo o presidente da Abratec, Caio Morel, o terreno em disputa, de aproximadamente 260 mil metros quadrados, é uma área “nobre” e “estrategicamente operacional”, classificada pelo PDZ como parte do cluster destinado à movimentação de contêineres. “É uma área nobre, dentro do cluster para contêineres desenvolvido no PDZ de Santos, notadamente operacional e que tem uma dimensão que equivale a um terço do total da área disponível do Tecon Santos”, afirmou Morel.

O dirigente acrescenta que o edital contraria o decreto 8.033/2013, que proíbe a destinação de áreas operacionais para usos não relacionados à atividade portuária. “É muito claro que ela infringe a lei, porque o decreto proíbe colocar para cessão de área não operacional – áreas que foram taxadas e identificadas como operacionais no PDZ”, completou.

O edital publicado pela APS prevê a implantação de um condomínio logístico, com truck center, pátio de caminhões e serviços de carga e contêineres. Para a Abratec, o projeto desvia a função da área e foi lançado sem estudos técnicos, ambientais ou de impacto viário. Outro ponto criticado é o prazo de 22 dias para a entrega das propostas — considerado insuficiente para um investimento esmado em mais de R\$ 1 bilhão.

Críticas

“Você vê, por exemplo, todo o procedimento que foi realizado no Tecon Santos 10, que é uma área maior, mas com magnitude parecida. Houve amplo prazo para conhecimento do edital e participação do Ministério de Portos. Esse edital, por sua vez, não é nem de conhecimento do ministério nem da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)”, afirmou Morel.

A Autoridade Portuária de Santos defendeu o processo. Segundo o órgão, a localização faz parte do cluster de contêineres da margem direita e “teria sinergia operacional com os terminais existentes”. A

APS sustenta ainda que o projeto visa otimizar o uso do espaço e ampliar a eficiência logística do porto.

Mesmo assim, a Abratec reforça que a proposta pode reduzir a capacidade de movimentação de cargas, aumentar custos logísticos e comprometer a competitividade do porto brasileiro no comércio exterior. A entidade pede a suspensão imediata do edital e a realização de uma audiência pública para discutir uma nova modelagem de uso da área, “conforme as normas técnicas e operacionais do setor portuário”.

“Queremos que esse edital seja suspenso e que se utilize o caminho normal de oferecimento de áreas operacionais pela autoridade portuária ao mercado”, concluiu o presidente da Abratec.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

TRANSPORTES | PORTOS - OBRAS DE REFORÇO ESTRUTURAL DA ILHA BARNABÉ DEVEM COMEÇAR EM ATÉ 90 DIAS

Projeto visa modernizar infraestrutura dos terminais que movimentam graneis líquidos no Porto de Santos

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebeneews.com.br



A APS diz que a obra atende a uma necessidade operacional, já que a atual infraestrutura do cais é antiga e precisa manter sua função na movimentação de cargas na Ilha Barnabé

A Autoridade Portuária de Santos (APS), empresa gestora do Porto de Santos (SP), aguarda a autorização dos licenciamentos ambientais para dar início às obras de modernização e reestruturação dos berços da Ilha Barnabé, na margem esquerda do cais. O

cronograma da APS prevê que os serviços tenham início em até 90 dias.

Em junho deste ano, a Autoridade Portuária abriu um edital de licitação para contratação de empresa responsável por modernizar o cais da Ilha Barnabé, que inclui trabalhos de reforço estrutural do cais e dos quatro dolphins de amarração e recuperação de estacas.

No documento, a APS justifica que a obra atende a uma necessidade operacional, uma vez que a atual infraestrutura do cais é antiga e precisa manter sua função na movimentação de cargas na Ilha Barnabé.

A comissão de licitação declarou o Consórcio IBSA como vencedor do processo. Agora, o Conselho de Administração (Consad) precisa dar o seu parecer para a assinatura do contrato.

"Essa obra é de extrema importância, principalmente para levar segurança e possa dar condições dos terminais da Ilha Barnabé continuar ampliando a movimentação de cargas. Estamos investindo aproximadamente R\$ 100 milhões, obra que já está licitada. Nossa superintendência do Meio Ambiente fez todos os estudos e encaminhou o processo ao Ibama, e estamos aguardando o licenciamento final", disse Beto Mendes, diretor de Operações da Autoridade Portuária de Santos.

Segundo a APS, as obras no cais não vão interromper as operações de cargas na Ilha Barnabé. Enquanto o berço Bocaina estiver em obras, o berço São Paulo estará disponível para operação, e vice-versa. Além disso, a reestruturação dos berços da Ilha Barnabé vai permitir o aumento do

calado na região, possibilitando a atracação de navios maiores e maior segurança na manobra dessas embarcações.

"Estaremos fazendo um reforço estrutural para que dê condição da gente aprofundar o calado no entorno do berço, que hoje é algo em torno de 10 metros, passando para 15 metros, fazendo com que os períodos de dragagem de manutenção nessa região possam ter um pulmão maior e que também possa ser ampliado o tempo entre uma campanha de dragagem e a outra, obviamente dando condições para que aqueles berços tenham uma maior produtividade", analisou o diretor.

A Ilha Barnabé é uma das áreas mais importantes para o escoamento de cargas de grãos líquidos no Porto de Santos, em especial combustíveis e produtos químicos. O projeto visa acompanhar o gráfico crescente da movimentação de cargas do cais.

"Estamos focados em desenvolvimento, em crescimento e em infraestrutura em todas as áreas, para que nós possamos continuar dando conta do crescimento da movimentação de carga no Porto de Santos. Estamos falando da Ilha Barnabé que é de grande relevância para o porto. A área representa no porto quase 30% de tudo o que se movimenta de grãos líquidos e combustíveis", finalizou Mendes.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/11/2025

TRANSPORTES | RODOVIAS - ANTT LEILOA BR-101/RJ E DESTRAVA R\$ 10 BI PARA MODERNIZAR CORREDOR DO PETRÓLEO

Novo contrato com a Arteris prevê duplicações, faixas adicionais e marginais ao longo de 322 km entre Niterói e a divisa com o ES, com previsão de gerar 87 mil empregos.

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O modelo adotado no leilão foi o terceiro processo competitivo simplificado do país, desenhado em parceria entre o Ministério dos Transportes e o Tribunal de Contas da União

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizou, nesta terça-feira (11), o leilão da BR-101/RJ – Autopista Fluminense –, na sede da B3, em São Paulo, consolidando a Arteris S.A. como vencedora e responsável pela continuidade da concessão. O contrato remodelado marca uma nova fase para um dos principais corredores rodoviários do país, eixo

estratégico da cadeia do petróleo e do turismo fluminense, e prevê investimentos de R\$ 10,18 bilhões ao longo de 22 anos. O montante será aplicado em obras de ampliação e modernização de 322,1 quilômetros de rodovia, que ligam Niterói à divisa com o Espírito Santo, cruzando 13 municípios fluminenses e conectando polos industriais e portuários como Açu e Macaé, além de garantir o acesso à Região dos Lagos.

COM A OTIMIZAÇÃO DO CONTRATO, O TRECHO DA BR101/RJ ENTRA EM UMA NOVA ETAPA DE DESENVOLVIMENTO. AS OBRAS VÃO ELIMINAR GARGALOS CRÍTICOS E MELHORAR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO EM PONTOS ESTRATÉGICOS, REDUZINDO CUSTOS LOGÍSTICOS E AUMENTANDO A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA FLUMINENSE

Com a otimização do contrato, o trecho da BR-101/RJ entra em uma nova etapa de desenvolvimento. As obras vão eliminar gargalos críticos e melhorar a fluidez do tráfego em pontos estratégicos, reduzindo custos logísticos e aumentando a competitividade da indústria fluminense. O conjunto de intervenções prevê 49,5 quilômetros de duplicações, 5,6 quilômetros de variante, 52,5



quilômetros de faixas adicionais e 81,6 quilômetros de multivias, além de 14 quilômetros de vias marginais. Estão incluídas ainda 12 novas obras de arte especiais — entre pontes e viadutos —, 39 estruturas a serem reforçadas ou reformadas e seis alargamentos. O projeto contempla também quatro trevos do tipo diamante, quatro trevos parciais e um trevo parcial com rotatória, além de duas interseções direcionais e uma melhoria viária completa.

Para atender aos pedestres e comunidades lindeiras, o contrato prevê a instalação de 21 novas passarelas, a demolição de cinco estruturas antigas, seis retornos, uma rotatória alongada e 16 novos acessos. O pacote inclui ainda 40 pontos de ônibus e 59,2 quilômetros de ciclofaixas, o que deve garantir mais segurança e conforto aos usuários. As obras devem gerar cerca de 87 mil empregos diretos e indiretos ao longo da execução.

O modelo adotado no leilão foi o terceiro processo competitivo simplificado do país, desenhado em parceria entre o Ministério dos Transportes e o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de modernizar e reequilibrar contratos que já não atendiam às condições originais. O diretor-geral da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, ressaltou que o novo contrato simboliza o avanço de uma gestão voltada à segurança regulatória, ao diálogo e à retomada de investimentos. “Quando cheguei à ANTT, em 2021, vi a angústia da concessionária ao pedir a relicitação, porque sabia do potencial do ativo e queria realizar os investimentos, mas o contexto da época não permitia. A partir dali, abrimos uma janela de oportunidades para construir uma solução consensual, com o engajamento de todos os atores envolvidos”, afirmou.

Sampaio destacou que o contrato atualizado traz mecanismos de incentivo e tarifas equilibradas, além de fortalecer o papel da agência reguladora na fiscalização das obras. “Temos agora um contrato atualizado, com mecanismos de incentivo, tarifas equilibradas e uma concessionária comprometida com a execução das obras e uma agência reguladora que atuará bem próximo para garantir que todos os investimentos de fato aconteçam. Acreditamos que os investimentos darão certo, porque o Brasil é um celeiro de excelentes oportunidades de investimento — poucos países no mundo têm avos e potencial como o nosso”, completou o diretor-geral.

De Belém, onde participa da COP30, o ministro dos Transportes, Renan Filho, celebrou a assinatura do novo contrato. “Este é um trecho muito importante para o Rio de Janeiro e para o Brasil. Eu estou muito feliz de garantir mais uma otimização contratual - que significa o nosso 21º leilão -, em um entendimento amplo, entre o Ministério dos Transportes, o Tribunal de Contas da União e o setor produtivo”, declarou.

Impacto

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, também participou da cerimônia e destacou o impacto do projeto para o estado. “Estamos falando de um projeto muito vencedor, que procura resolver todos os problemas logísticos daquela região, um corredor fundamental para o estado. Vamos entregar nesta gestão do presidente Lula e do ministro Renan Filho praticamente todos os sonhos de todos os cariocas e fluminenses, ou seja, todas as questões logísticas do estado contratadas”, afirmou.

A BR-101/RJ é considerada um dos principais eixos logísticos do país. Responsável por integrar Brasília, Rio de Janeiro e o Espírito Santo, a rodovia também desempenha papel estratégico para a cadeia do petróleo — apenas o Porto de Macaé recebe cerca de 700 veículos por mês com equipamentos e insumos destinados às plataformas offshore. Em 2024, o estado do Rio de Janeiro respondeu por 87% da produção nacional de petróleo, consolidando a rodovia como principal via terrestre de suporte à Bacia de Campos. Além da importância econômica, a estrada é essencial para o turismo, sendo o principal acesso à Região dos Lagos, que abriga destinos como Búzios e Cabo Frio.

A Arteris S.A., que mantém sob sua administração cerca de 3,2 mil quilômetros de rodovias em cinco estados — Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná —, reafirmou seu compromisso com a execução do plano de obras. “Acreditamos que esta solução de otimização é um marco para o setor, é um caminho inovador para superar os desafios da infraestrutura rodoviária

brasileira. O novo contrato prevê um robusto plano de investimentos e o nosso foco é fortalecer os avos existentes, garantir o reequilíbrio dos contratos e seguir alocando capital de forma disciplinada”, declarou o diretor-presidente interino da companhia, Mar Carbonell.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

REGIÃO SUL - DER RESTABELECE TRÁFEGO DAS RODOVIAS DO PARANÁ APÓS TORNADOS

Governo estadual afirma que não houve danos estruturais nas estradas e destaca ações emergenciais de limpeza, sinalização e apoio logístico às equipes de socorro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Apesar da necessidade de limpeza, cuidado com a sinalização e a desobstrução das faixas, as estradas não sofreram danos estruturais

O Governo do Paraná informou que o Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), autarquia vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEIL), já restabeleceu a trafegabilidade das rodovias estaduais atingidas pelos tornados que ocorreram no último dia 7 na região Centro-Sul do estado.

Segundo o governo, as equipes do DER/PR iniciaram imediatamente as ações emergenciais de limpeza, desobstrução e sinalização, garantindo o deslocamento de equipes de socorro, transporte de materiais e entrega de doações.

De acordo com o DER/PR, os tornados provocaram a queda de um grande volume de árvores e a presença de destroços de edificações sobre as pistas das rodovias PRC-158, PR-170 e PRC-466. As equipes percorreram os trechos verificando as condições do pavimento e instalando sinalização emergencial nos pontos mais afetados. O governo informou que não foram registrados danos estruturais nas estradas.

Os serviços de remoção de galhos, troncos e entulhos começaram ainda na sexta-feira e se estenderam pelo fim de semana, com prioridade para liberar as vias utilizadas pelas equipes de emergência.

Segundo o governo, o material retirado foi temporariamente depositado na faixa de domínio das rodovias, em áreas laterais à pista. Também foi executada a limpeza dos sistemas de drenagem superficial, essenciais para o escoamento da água da chuva e a preservação das condições de segurança viária.

Iniciadas na segunda-feira (10), as frentes de trabalho concentraram-se no recolhimento e na destinação adequada do material acumulado ao longo do final de semana. As ações são coordenadas pelo Escritório Regional Centro Oeste da Superintendência Regional Campos Gerais do DER/PR, com participação de técnicos e equipes vinculadas aos contratos de conservação de faixa de domínio — responsáveis por serviços rotineiros de manutenção e limpeza fora da pista, além de atendimentos emergenciais.

De acordo com o governo, as rodovias atingidas estão contempladas em dois contratos de conservação que somam investimento de R\$ 5.545.189,76, cobrindo 556,48 quilômetros de estradas na região. Durante a operação de emergência, agentes de trânsito do DER/PR também atuaram na orientação de motoristas nas rodovias e em áreas urbanas de Rio Bonito do Iguaçu, município mais afetado pelos tornados. O órgão informou ainda que está mobilizando guinchos mecânicos para auxiliar na remoção de veículos danificados.

Manutenção

O governo destacou que a PRC-158, uma das rodovias mais afetadas pela tempestade, recebeu recentemente serviços de conservação do pavimento executados pelo DER/PR. As obras foram concluídas em outubro e incluíram aplicação de micror-revestimento asfáltico — uma camada fina de massa que ajuda a selar a pista contra a ação do clima e amplia sua durabilidade.

Em seguida, foi feita a pintura da nova sinalização horizontal no eixo e nas bordas da pista, além da instalação de tachões refletivos bidirecionais em trechos urbanos.

Segundo o Governo do Paraná, a pronta resposta do DER/PR e o fato de as rodovias já contarem com manutenção recente contribuíram para que a trafegabilidade fosse restabelecida rapidamente, evitando prejuízos maiores à mobilidade e ao atendimento das comunidades atingidas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

TRANSPORTES | RODOVIAS - DNIT ASSUME OBRAS DO COMPLEXO VIÁRIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

Após termo de sub-rogação com a prefeitura, autarquia federal retoma construção do viaduto na BR-040, com investimento de R\$ 12 milhões do Novo PAC

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A estrutura do complexo é composta por um viaduto com encabeçamento em terra armada, formado por muros de escamas de concreto armado, alças de acesso viário, dentre outros

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) passou a conduzir as obras do Complexo Viário de Valparaíso de Goiás, no km 2, da BR040/GO. A atuação da autarquia teve início após a assinatura do termo de sub-rogação entre

o Dnit e a Prefeitura Municipal, formalizada em outubro.

Com a transferência da responsabilidade, o Dnit deu continuidade aos serviços de construção do complexo, que tem previsão de conclusão para 2026. A obra recebe, do Governo Federal, o investimento aproximado de R\$12 milhões, por meio do Novo PAC.

Atualmente, os trabalhos estão concentrados na construção dos aterros em terra armada, o que promoverá a conexão da estrutura com a rodovia. Na sequência, serão executadas a laje de transição, as alças de retorno e a aplicação do revestimento asfáltico, etapas que permitirão a conclusão das obras e garantirão maior segurança e fluidez ao tráfego na região.

Estrutura

A estrutura do Complexo Viário é composta por um viaduto em concreto armado e protendido, com encabeçamento em terra armada, formado por muros de escamas de concreto armado, além de alças de acesso viário, dentre outros.

A BR-040/GO é um dos principais eixos rodoviários que cortam Goiás e o Distrito Federal, conectando Brasília ao Rio de Janeiro e integrando a região a importantes polos econômicos do Sudeste, além de facilitar a conexão entre as cidades do Entorno ao Distrito Federal. Diariamente, cerca de 35 mil veículos trafegam pela rodovia no trecho que liga o Distrito Federal a Goiás.

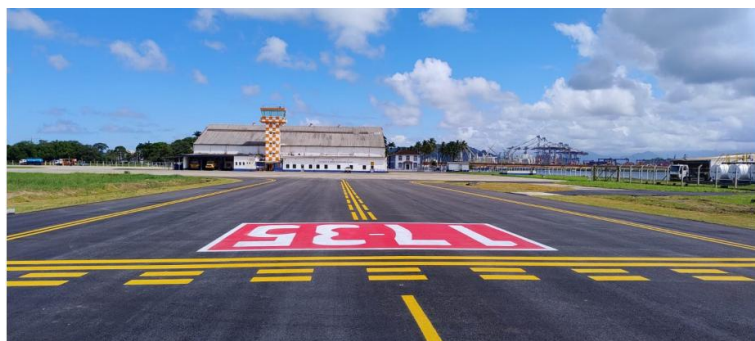
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

TRANSPORTES | AVIAÇÃO - REGIÃO SUDESTE - GUARUJÁ DETALHA ETAPAS FINAIS PARA HOMOLOGAR PISTA DO AEROPORTO

Secretária Thaís Margarido explica que a pista já inaugurada passa por análises da Anac e do DCEA, enquanto obras do terminal provisório seguem em andamento

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebeneews.com.br



O aeroporto passa pela fase de homologação da pista junto à Anac. O DCEA também está no processo analisando tecnicamente as pistas de pouso, de rolagem e de taxiamento

A secretária de Desenvolvimento Econômico e Portuário de Guarujá, Thaís Margarido, participou do programa Orla Notícias, da Rádio Santos FM (92,5), na manhã de terça-feira (11), e apresentou o

andamento das obras e processos burocráticos do aeroporto municipal. “Nós estamos num momento crucial da homologação da pista, que já foi inaugurada”, destacou. A secretária explicou que o aeroporto entra em nova fase, focada em infraestrutura e processos técnicos.

Segundo ela, as vias de acesso externas à base passaram por alargamento e a gestão municipal preparou as ruas da cidade para o fluxo maior de veículos. Já a obra do Terminal Provisório de Passageiros (TPS) ainda está em andamento, com capacidade para 30 a 40 pessoas sentadas e mais 10 em pé, totalizando 50 usuários, conforme o projeto inicial previu.

A prefeitura encaminhou no documento a qualidade da pista, a textura do asfalto, a largura da pista e da área de escape lateral. Agora, o aeroporto passa pela fase de homologação da pista junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA) também está no processo analisando tecnicamente as pistas de pouso, de rolagem e de taxiamento. O órgão verifica se a estrutura atende às normativas e ao regimento do Departamento Nacional de Aviação Civil.

A secretária explica que após a homologação da pista, virá a homologação do aeroporto completo, que inclui a pista e o TPS. Só então a operação iniciará.

“Então, é um estudo que a prefeitura teve que abrir uma licitação, contratar empresas, colocar a proposta, o certame, para ver quais seriam as interessadas em realizar esse estudo. São coisas burocráticas, não é tão simples, mas nós estamos trabalhando e correndo para que até o final do ano que vem a gente possa ver um avião decolar e cruzar”, afirma Thaís.

Fomento ao turismo



A secretária da pasta de Guarujá defende o turismo metropolitano na região. “O aeroporto complementar o setor. A Baixada Santista permite que turistas conheçam duas ou três cidades em um único dia. A travessia de barco conecta Santos e Guarujá. Os visitantes podem se hospedar em Santos e visitar as praias do Guarujá no mesmo dia. À tarde, podem ir à Vila de São Vicente ou jantar na orla da cidade. Em dois ou três dias, os turistas conhecem nove cidade”, ressalta Margarido.

A secretária Thaís Margarido explica que após a homologação da pista, virá a homologação do aeroporto completo, que inclui a pista e o TPS. Só então a operação terá início

De acordo com ela, a região oferece um ecoturismo, turismo litorâneo, de sol e praia e de aventura. Com a implementação do aeroporto, os visitantes são retirados do modal rodoviário e dos congestionamentos de final de ano.

Durante sua participação na rádio, Thais ainda lembrou que o presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear) afirmou em audiência em Brasília que a tendência da aviação civil são os aeroportos regionais. Os destinos próximos, mais curtos e com custo acessível permitem chegar à região em menos tempo.

“Além do lazer, nós também sabemos que nossa região possui grandes empresas locadas por causa do Porto de Santos. A Petrobras já esteve envolvida conosco nessa fase ainda preparatória. Então, você imagina o helicóptero pousando e decolando quatro, cinco, dez vezes ao dia, levando os engenheiros, levando os profissionais da estatal para as plataformas. Fora isso, a gente recebe os empresários que vêm para as reuniões relacionadas à bacia de negócio também”, enfatiza a secretária.

Gestão

A prefeitura ainda define como será a gestão da operação. A missão da municipalidade é entregar o aeroporto homologado e oficializar o equipamento. A prefeitura já possui a portaria que permite o convênio de uso misto do aeroporto militar e civil.

Para ela, a municipalidade não possui capacidade técnica nem material humano para fazer a gestão do aeroporto. O prefeito planeja fazer a modelagem da gestão e lançar um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), uma licitação ou um consórcio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS E BNDES LANÇAM EDITAL PARA CONTRATAR 5 MILHÕES DE CRÉDITOS DE CARBONO

Concorrência selecionará projetos capazes de restaurar ao menos 3 mil hectares cada em áreas amazônicas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O ProFloresta+ foi estruturado pela Petrobras em parceria com o BNDES para oferecer condições financeiras específicas aos vencedores, por meio de linhas como o Fundo Clima

A Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançaram na segunda-feira (10) o primeiro edital do ProFloresta+, programa que prevê a contratação de 5 milhões de créditos de carbono de alta integridade. Serão firmados

cinco contratos de 1 milhão de créditos cada, a serem gerados a partir da restauração ecológica de, no mínimo, 3 mil hectares por projeto em áreas privadas ou públicas sob concessão florestal na Amazônia, ao longo de 25 anos.

SERÃO FIRMADOS CINCO CONTRATOS DE 1 MILHÃO DE CRÉDITOS CADA, A SEREM GERADOS A PARTIR DA RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA DE, NO MÍNIMO, 3 MIL HECTARES POR PROJETO EM ÁREAS PRIVADAS OU PÚBLICAS SOB CONCESSÃO FLORESTAL NA AMAZÔNIA, AO LONGO DE 25 ANOS



A estatal afirma que a iniciativa deve estabelecer uma referência de preço e de requisitos técnicos para esse tipo de projeto. “Nossa equipe está muito otimista com essa primeira transação de créditos de carbono de restauração ecológica da Petrobras. A expectativa é que ela sirva como referência de preço e requisitos técnicos para a geração de créditos de carbono de alta qualidade a partir da restauração florestal de nossos biomas”, avaliou a diretora de Sustentabilidade e Transição Energética da Petrobras, Angélica Laureano.

O ProFloresta+ foi estruturado pela Petrobras em parceria com o BNDES para oferecer condições financeiras específicas aos vencedores, por meio de linhas como o Fundo Clima, com taxa anual de 1% e prazos compatíveis com projetos de restauração de longo ciclo. Segundo a estatal, o edital pode mobilizar mais de R\$ 450 milhões em investimentos. Para o BNDES, a operação integra uma estratégia de ampliar instrumentos financeiros voltados ao setor florestal. “O BNDES está ajudando a transformar o setor florestal em um motor da economia verde. Com crédito, recursos não reembolsáveis e inovação financeira, criamos condições reais para escalar a restauração e o uso sustentável dos nossos biomas. O ProFloresta+ é um exemplo dessa visão: um instrumento que vai fortalecer o mercado de carbono de alta integridade e gerar benefícios concretos para as pessoas e para o planeta”, afirmou Tereza Campello, diretora Socioambiental do banco.

Como o programa viabiliza projetos greenfield, o cronograma considera o tempo necessário para aquisição ou arrendamento das áreas, organização do fornecimento de sementes e mudas, plano e certificação dos créditos. A Petrobras prevê que os primeiros créditos sejam entregues em até sete anos após a assinatura dos contratos, com novas entregas a cada cinco anos até completar os 25 anos previstos.

As propostas poderão ser apresentadas em 30 dias. Entre os pré-qualificados, serão selecionadas as empresas que apresentarem projetos de restauração com espécies nativas e que ofertarem o menor preço pelos créditos gerados a partir do reflorestamento de áreas degradadas. A Petrobras informa que garantirá a compra dos créditos por meio de contratos de longo prazo (offtake), com valores definidos na licitação. Nesta etapa, serão aceitos consórcios com até quatro empresas; cada participante poderá firmar até três contratos, somando no máximo 3 milhões de créditos. Os lotes disponíveis são de 1, 2 ou 3 milhões de créditos. O edital está disponível na Petronect (Oportunidade 7004526249).

A iniciativa

O ProFloresta+ foi anunciado em março de 2025 como uma iniciativa para remunerar projetos de restauração na Amazônia por meio da venda de créditos de carbono. A meta do programa é recuperar cerca de 50 mil hectares de áreas degradadas e gerar 15 milhões de créditos. A concepção contou com apoio técnico do Nature Investment Lab (NIL) e do Instituto Clima e Sociedade (iCS). Com suporte do iCS, Agroicone e Imaflora participaram da definição dos requisitos de integridade, cobenefícios e salvaguardas socioambientais, enquanto o escritório Mattos Filho atuou na assessoria jurídica. Segundo a Petrobras, além de reduzir e compensar emissões, o programa contribui para ampliar a cobertura vegetal com espécies nativas e para fortalecer a cadeia de restauração florestal e do mercado de créditos de carbono no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

ENERGIA - CCJ ANALISA PL QUE DÁ AOS BOMBEIROS A REGULAÇÃO DE PONTOS DE RECARGA DE VEÍCULOS

Projeto inclui na Lei Orgânica dos bombeiros a atribuição de regulamentar tanto eletropostos quanto produtos combustíveis usados em residências

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH** redacao.jornal@redebenews.com.br



De acordo com o projeto, os requisitos de instalação de pontos de recarga de veículos elétricos serão definidos pelos corpos de bombeiros estaduais

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados analisa o PL 3406/2024, de autoria do deputado federal Alberto Fraga (PL-DF), que dispõe sobre a regulação de uso de produtos químicos inflamáveis, combustíveis e controlados, para a impermeabilização ou blindagem de bens, e a instalação de eletropostos e pontos de recarga para

veículos elétricos. Antes da CCJ, a proposta tramitou na Comissão de Desenvolvimento Urbano, e foi aprovada na forma do substitutivo do deputado Eli Borges (PL-TO).

De acordo com a matéria, os corpos de bombeiros estaduais e do Distrito Federal ficam responsáveis por estabelecer requisitos para a instalação de pontos de recarga de veículos elétricos. As corporações deverão criar regras para o uso de produtos químicos inflamáveis, combustíveis e controlados para a impermeabilização ou blindagem de bens, como estofados em residências. As orientações deverão constar de normas dos bombeiros de segurança contra incêndio. O projeto inclui a regra na Lei Orgânica da corporação.

“Apresentei essa proposta em virtude dos acidentes que já começaram a acontecer. Temos que ter cuidado com essa questão dos carregamentos, que pode causar incêndios e, evidentemente, pode também tirar vidas. O bombeiro tem essa competência para poder fazer essa fiscalização. Também apresentei o projeto na linha de um marco regulatório, que hoje não tem no Brasil”, explicou o autor da proposta.

As vendas de carros elétricos no Brasil cresceram 85% em 2024, segundo apontou a Thymos Energia. A empresa levantou que, apesar da consolidação desse po de veículo em âmbito nacional, alguns entraves prejudicam o desenvolvimento do mercado, como a infraestrutura de recarga, que é insuficiente e concentrada em poucas regiões. O alto custo de aquisição e de baterias, bem como a elevada tributação, tarifas de eletricidade caras e baixa rentabilidade na revenda, desestimulam o consumidor.

Lei Kiss

A redação original atribuía ao município esse dever, e alterava a Lei 13.425/17, chamada Lei Kiss (em função ao incêndio ocorrido na boate Kiss), que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos. Conforme o substitutivo do relator, os bombeiros já editam regulamentos sobre normas relativas à segurança contra incêndio, pânico e emergências, e regulamentos técnicos que disciplinam a construção, reforma e liberação de edificações. Ainda segundo o substitutivo, os regulamentos devem abranger, de forma expressa, situações de risco emergente, como a instalação de pontos de recarga de veículos elétricos e o uso de produtos inflamáveis em ambientes residenciais.

O deputado Alberto Fraga considerou os acidentes envolvendo explosões de carros elétricos, e também o aspecto da transição energética para fundamentar o projeto de sua autoria.

“Já temos casos de carros explodindo, e muita gente que tinha carro elétrico já vendeu para voltar a usar os modelos convencionais, movidos a combustíveis fósseis. Eu acho que os carros elétricos são o futuro em virtude da economia, da não poluição, agora, é evidente que ao longo dos anos nós vamos ter um aperfeiçoamento, os riscos dessas baterias vão diminuir, e pode ser que no futuro a gente possa ter mais carros elétricos andando nas cidades, vai demorar, mas eu acho que o futuro é por aí”, concluiu Alberto Fraga.

Soluções

Segundo levantou a Thymos Energia, o Brasil terá de enfrentar as barreiras técnicas, econômicas e regulatórias por meio de políticas públicas bem elaboradas, incentivos ao consumidor, expansão da infraestrutura de recarga e estímulo à produção de baterias para se consolidar no processo global da eletrificação.



O deputado Alberto Fraga é o autor do projeto. Ele ressaltou a preocupação com acidentes durante os carregamentos

Para o PL 3406/24 virar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Como a tramitação deste PL é conclusiva, após aprovada pela CCJ, segue para o Senado ou para a sanção do presidente da República, se já ver passado pelas duas casas legislativas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/11/2025

MINERAÇÃO - FÓRUM BRASIL EXPORT MINAS E ENERGIA PROMOVE DEBATE SOBRE O FUTURO DA MINERAÇÃO

Foco dos debates será terras raras; encontro acontece no dia 26 de novembro, em Brasília

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



As terras raras são um grupo de 17 elementos químicos essenciais para a fabricação de produtos de alta tecnologia

O Brasil detém a segunda maior reserva de terras raras do mundo, respondendo por 23% dos recursos disponíveis no planeta. Com a crescente necessidade dos elementos químicos, usados desde em telas de celulares e computadores, até turbinas

eólicas, veículos elétricos e radares, a produção e o refino ganham importância estratégica.

E é nesse sentido que o país sai perdendo. Ainda não há um marco regulatório específico para o setor e a cadeia produtiva é incipiente. Hoje, 91% de todo o refino mundial é feito na China, o que preocupa a Agência Internacional de Energia (IAE) e vários países, em especial os Estados Unidos, extremamente dependentes dos minérios para a indústria militar e de tecnologia.

Muitas empresas percebem as terras raras como o futuro do setor de mineração no Brasil e já adiantam projetos e pesquisas no território nacional, enquanto mineradoras estrangeiras enxergam o país como um possível grande fornecedor.

O tema carece de debate e por isso, será destaque no primeiro Fórum Brasil Export de Minas e Energia, que acontece no dia próximo dia 26, às 11h00, no Hotel Meliá Brasil 21, em Brasília (DF). O evento terá participação gratuita e reunirá importantes nomes do setor público e privado.

Entre os painelistas confirmados estão o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Daniel Gomes de Almeida Filho; o diretor-presidente da Agência de Serviço Geológico Brasileiro, Inácio Cavalcante Melo Neto; o consultor da Bemisa e diretor da WVLogistics, José Luís Vidal; e o Diretor Técnico e Comercial da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, Paulo Sidney.

O evento é promovido pelo Grupo Brasil Export, com o apoio institucional do Instituto de Petróleo, Gás e Energia (IPEGEN), braço técnico da Frente Parlamentar de Petróleo, Gás e Energia (FREPPGEN).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

NACIONAL - CÂMARA APROVA PROJETO QUE AMPLIA PUNIÇÕES CONTRA MINERAÇÃO ILEGAL

Texto prevê agravamento das penas em áreas indígenas e responsabiliza também financiadores e contratantes das operações clandestinas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A relatora Célia Xakriabá diz que o projeto visa responder ao agravamento da expansão da mineração irregular sobre territórios tradicionalmente ocupados e ecossistemas sensíveis

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que endurece as punições para práticas relacionadas à mineração ilegal, ampliando o alcance das situações que passam a ser enquadradas como crime ambiental. O texto estabelece aumento de pena de até três vezes quando a atividade ocorrer em áreas ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais legalmente constituídas, incluindo não apenas os executores diretos da extração, mas também quem financia, agencia ou contrata esse tipo de operação. Após a aprovação, a matéria seguirá para análise no Senado.

O TEXTO ESTABELECE AUMENTO DE PENA DE ATÉ TRÊS VEZES QUANDO A ATIVIDADE OCORRER EM ÁREAS OCUPADAS POR POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS, INCLUINDO NÃO APENAS OS EXECUTORES DIRETOS DA EXTRAÇÃO, MAS TAMBÉM QUEM FINANCIA, AGENCIA OU CONTRATA ESSE TIPO DE OPERAÇÃO. APÓS A APROVAÇÃO, A MATÉRIA SEGUIRÁ PARA ANÁLISE NO SENADO

A proposta — o Projeto de Lei 2933/22, de autoria da ex-deputada Joenia Wapichana (RR) e outros parlamentares — foi aprovada no dia 5 com substitutivo apresentado pela relatora, deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG). Segundo ela, a iniciativa busca responder a um contexto de agravamento da expansão da mineração irregular sobre territórios tradicionalmente ocupados e ecossistemas sensíveis. “Ao estabelecer medidas mais rigorosas e instrumentos de responsabilização, o projeto busca não apenas coibir práticas criminosas, mas também garantir a preservação da vida, da saúde e da dignidade dos povos originários”, afirmou Célia Xakriabá durante a votação.

O texto altera dispositivos da Lei de Crimes Ambientais e detalha situações em que as punições serão agravadas. Além do aumento geral das penas, a proposta prevê que a detenção de seis meses a um ano e multa seja automaticamente dobrada quando houver dano efetivo à integridade física de pessoa provocado diretamente pela lavra ou pesquisa mineral irregular, especialmente nos casos em que o mercúrio é utilizado para separar o ouro de aluvião. O uso do metal, comum em atividades clandestinas de garimpo, tem sido apontado por órgãos ambientais e especialistas como uma das principais fontes de contaminação em áreas ribeirinhas e terras indígenas.

Outro ponto incluído no projeto determina o aumento da pena quando a prática ilegal resultar em degradação ambiental que ocasione perda permanente ou de longo prazo da qualidade dos recursos naturais afetados, conforme critérios técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental competente. A

relatora acrescentou ainda dispositivos que elevam a detenção quando a atividade for executada com o emprego de máquinas e equipamentos pesados utilizados em mineração ou quando houver ameaça ou uso de arma durante a ação.

Ao defender o texto, Célia Xakriabá ressaltou que a mineração em terras indígenas remonta à exploração colonial e mantém vínculos diretos com problemas contemporâneos como desmatamento, mudanças climáticas e violência contra comunidades tradicionais. Segundo ela, tais práticas ampliam vulnerabilidades sociais e ambientais. “Além dos impactos diretos pelos metais pesados, também cabe mencionar o reflexo indireto nos territórios tradicionais, com a facilitação de acesso ao álcool e outras drogas, aumento dos casos de violência sexual e risco de ataques armados”, afirmou. A deputada destacou ainda que a exposição ao mercúrio coloca em risco o desenvolvimento fetal e infantil nos primeiros anos de vida.

Estudos recentes reforçam a dimensão do problema. O relatório Raio-X do Ouro, elaborado pelo Instituto Escolhas em 2022, estimou que mais de 200 toneladas de ouro — cerca de metade da produção nacional entre 2015 e 2020 — podem ter origem ilegal, evidenciando lacunas na fiscalização e na regulação da cadeia produtiva.

Avanço

A aprovação do projeto foi interpretada por parlamentares como um avanço na tentativa de alinhar a legislação às medidas de combate ao garimpo ilegal que vêm sendo implementadas pelo governo federal. O coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, deputado Nilto Tatto (PT-SP), afirmou que as mudanças propostas reforçam a capacidade do Estado de enfrentar crimes ambientais em territórios indígenas. Já o deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE) destacou os impactos diretos dessas atividades sobre comunidades e ecossistemas: “Essa matéria mostra que é possível sensibilizar ambos os lados para proteger o meio ambiente, as pessoas, a natureza e olhar para o desenvolvimento sustentável”, declarou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

NACIONAL - SERRA VERDE OBTÉM APOORTE DE US\$ 465 MILHÕES DOS EUA PARA EXPANDIR MINA

Recurso apoiará melhorias, operação e refinanciamento de dívidas enquanto os EUA buscam diversificar cadeias globais de suprimento de terras raras

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A Serra Verde tornou-se em 2024 a primeira produtora brasileira de terras raras em larga escala, com a entrada em operação comercial da mina e de sua planta de processamento

A produtora brasileira de terras raras Serra Verde Mineração garantiu um financiamento de até US\$ 465 milhões da Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (DFC), agência federal criada em 2019, durante o primeiro mandato de Donald Trump, com apoio bipartidário e atualmente vinculada ao Departamento de Estado. O aporte, já divulgado pelo

Financial Times e aprovado pelo conselho diretor da DFC em agosto, integra a estratégia do governo norte-americano de fortalecer cadeias de suprimentos alternativas às da China para minerais considerados essenciais. O país asiático responde por mais de 60% da produção mundial e quase 90% da capacidade de refino de terras raras, de acordo com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS).

Segundo a DFC, os recursos serão destinados a melhorias e à ampliação da produção na mina Pela Ema, localizada em Minaçu, na região norte de Goiás, além de cobrir despesas operacionais, contas de reserva, custos de transação e o refinanciamento da dívida atual dos acionistas. A mina, cujo depósito tem vida útil estimada em 25 anos, é considerada estratégica porque reúne terras raras leves e pesadas — sobretudo neodímio, praseodímio, térbio e disprósio — usadas na fabricação de ímãs permanentes empregados em veículos elétricos, turbinas eólicas, equipamentos militares e diversos setores de alta tecnologia. A Serra Verde utiliza argila iônica como base de extração e produz concentrados com alta proporção de disprósio e térbio, além de neodímio e praseodímio, combinação que a coloca, segundo o Ministério de Minas e Energia, como a única produtora fora da Ásia capaz de entregar em escala comercial os quatro elementos magnéticos essenciais.

A empresa, apoiada pelos fundos Denham Capital, Vision Blue Resources e Energy and Minerals Group, tornou-se em 2024 a primeira produtora brasileira de terras raras em larga escala, com a entrada em operação comercial da mina e de sua planta de processamento. Os óxidos são exportados para processamento no exterior, e o plano é elevar a produção anual para entre 4.800 e 6.500 toneladas métricas até o início de 2027. As terras raras — um conjunto de 17 elementos químicos classificados como leves, médios e pesados pela Agência Nacional de Mineração — são abundantes na natureza, mas difíceis de separar em sua forma pura, o que torna sua cadeia produtiva altamente especializada.

O Brasil detém a segunda maior reserva de terras raras do mundo, atrás apenas da China, segundo o USGS, e o interesse norte-americano em ampliar parcerias com o país ocorre em meio à vulnerabilidade de abastecimento no Ocidente. Em julho, o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, destacou a atenção dos EUA aos minerais críticos e estratégicos brasileiros. A diversificação das fontes levou a DFC a apoiar outros projetos no país: em setembro, a Aclara Resources também obteve financiamento da agência para um empreendimento de terras raras no Centro-Oeste, operação que poderá futuramente ser convertida em participação acionária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

REGIÃO NORDESTE - BRASKEM FECHA ACORDO DE R\$ 1,2 BI COM ALAGOAS POR DESASTRE DO SAL-GEMA

Indenizações serão pagas em dez anos e abrangem danos patrimoniais e extrapatrimoniais causados pelo afundamento de bairros de Maceió

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



A exploração de sal-gema em Maceió causou a instabilidade no solo, fazendo com que houvesse afundamento nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol

A empresa Braskem anunciou um acordo com o estado de Alagoas para pagar R\$ 1,2 bilhão em indenizações relacionadas ao desmoronamento do solo em bairros da capital alagoana, Maceió. O desastre foi causado pela extração de sal-gema desenvolvida pela companhia.

O valor será pago ao longo de dez anos, e R\$ 139 milhões já foram desembolsados, segundo informou a empresa, em comunicado a investidores na noite de segunda-feira (10).

“O saldo deverá ser quitado em dez parcelas anuais variáveis corrigidas, principalmente após 2030, considerando a capacidade de pagamento da Companhia”, detalha o comunicado.

Segundo a companhia, o acordo estabelece a compensação, indenização e ressarcimento ao estado para a “reparação integral de todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial”.

O ajuste prevê ainda a extinção de ação do governo do estado contra a companhia. O acordo entre as partes precisa ainda de homologação judicial.

“A celebração do acordo representa um significativo e importante avanço para a companhia em relação aos impactos decorrentes do evento geológico em Alagoas”, diz a empresa.

Relembre

O acidente geológico em Maceió ganhou contornos dramáticos a partir de 2018. A exploração do mineral sal-gema causou a instabilidade no solo, fazendo com que houvesse afundamento nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol. Milhares de imóveis tiveram a estrutura comprometida, e a estimativa é de que mais de 60 mil pessoas tenham sido impedidas de morar nas regiões, por questões de segurança.

As consequências se arrastaram por anos, e, em novembro de 2023, a prefeitura da capital alagoana precisou decretar estado de emergência por risco de colapso em uma das minas de sal-gema.

A Defesa Civil de Maceió acompanhava dia a dia a magnitude do afundamento do solo. A Polícia Federal (PF) abriu uma investigação sobre o caso e, em novembro do ano passado, 20 pessoas foram indiciadas. O inquérito foi encaminhado para a 2ª Vara Federal de Alagoas.

Em julho de 2025, a Defensoria Pública de Alagoas pediu indenização de R\$ 4 bilhões para compensar desvalorização de imóveis de moradores de bairros vizinhos ao evento geológico.

A Braskem é uma companhia controlada pela Novonor (antiga Odebrecht) e tem também a Petrobras, com 47% das ações com poder de voto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

POLÍTICA - DERRITE ALTERA RELATÓRIO, RERA MUDANÇAS NA LEI ANTITERRORISMO E PONTOS POLÊMICOS SOBRE PF

O relator do chamado PL Antifacção retirou do texto qualquer disposição expressa sobre a competência da Polícia Federal

Do Estadão Conteúdo



Com a nova versão, Derrite deixa de mexer na lei antiterrorismo para propor a criação de uma nova legislação: o "Marco Legal do Combate ao Crime Organizado".

O relator do projeto de lei antifacção, Guilherme Derrite (PPSP), retirou do novo parecer alterações propostas na lei antiterrorismo e trechos que poderiam alterar competências da Polícia Federal, em resposta a críticas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto foi protocolado na noite desta terça-feira, 11. O presidente Hugo Moa (Republicanos-PB), sinalizou ao longo do dia que atenderia aos argumentos governistas nesses dois pontos.

"Após amplo debate democrático e criteriosa análise técnica, contudo, optei por retirar as disposições relavas às organizações criminosas, paramilitares e milícias privadas do referido diploma, para instituir um diploma autônomo de enfrentamento ao crime organizado armado", justificou Derrite



sobre o recuo em relação a sua proposta anterior, que equiparava organizações criminosas ao terrorismo.

No novo relatório apresentado nesta terça-feira, Derrite retirou do texto qualquer disposição expressa sobre a competência da Polícia Federal.

"A adoção de um diploma autônomo torna desnecessária qualquer disposição expressa sobre a competência do Ministério Público, da Polícia Federal ou das polícias judiciárias estaduais, uma vez que, não se tratando de crime disposto na Lei Antiterrorismo prevalecem integralmente as regras constitucionais e legais já vigentes", afirmou Derrite.

A nova versão do deputado deixa de mexer na lei antiterrorismo para propor a criação de uma nova legislação: o "Marco Legal do Combate ao Crime Organizado".

Governistas apontam que a proposta original de mexer na lei do terrorismo poderia causar danos econômicos e vulnerabilizaria a soberania brasileira, legitimando possíveis intervenções dos Estados Unidos, por exemplo, sob alegação de que estaria combatendo células terroristas brasileiras.

A oposição mantém a posição de que é preciso equiparar organizações criminosas ao crime de terrorismo. "Se a decisão do relator for retirar a questão do terrorismo do texto dele nós do PL temos interesse no projeto antiterrorismo", afirmou Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara, ainda antes de o texto ser protocolado. "Crime de terrorismo exige cooperação de inteligência internacional, que está faltando ao Brasil para combater o crime organizado."

Na segunda-feira, 10, a Polícia Federal divulgou nota manifestando preocupação com o texto sugerido por Derrite, que, segundo a organização, retirava atribuições do órgão de investigação criminal.

"A proposta original, encaminhada pelo Governo do Brasil, tem como objetivo endurecer o combate ao crime e fortalecer as instituições responsáveis pelo enfrentamento às organizações criminosas. Entretanto, o texto em discussão no Parlamento ameaça esse propósito ao introduzir modificações estruturais que comprometem o interesse público", disse a PF.

Com a proposta do deputado, apontou a PF na segunda, a instituição só poderia entrar em investigações a pedido de governos estaduais, "o que constitui um risco real de enfraquecimento no combate ao crime organizado".

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/11/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - BRASIL SE CONSOLIDA COMO SEGUNDO MAIOR MERCADO DE AVIAÇÃO DO MUNDO

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AVIAÇÃO EM ALTA

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, declarou que o Brasil se consolidou como o segundo maior mercado de aviação do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. O País projeta um aumento significativo no fluxo de passageiros, saindo de 98 milhões em 2022 para uma estimativa de mais de 128 milhões em 2025. Segundo o ministro, o setor de turismo está crescendo acima de 10% ao ano, com o fluxo internacional de visitantes apresentando um avanço de mais de 12% nos últimos dois anos e meio.

CRÉDITO

Para apoiar o crescimento do setor aeroviário, o Governo Federal lançou uma linha de crédito de R\$ 4 bilhões destinada à renovação e ampliação das frotas aéreas.



EXPANSÃO

O cenário de retomada no segmento da aviação é reforçado pela Latam, que anunciou a compra de cerca de 70 aeronaves da Embraer. Costa Filho também mencionou a queda de 22% no custo do combustível de aviação e o plano do Governo de ampliar os voos internacionais, buscando novas conexões com os EUA, a Europa e a Arábia Saudita.

PETRÓLEO: PROJEÇÕES REVISADAS

A Agência Internacional de Energia (AIE) revisou suas projeções, indicando um cenário mais incerto para a estabilização da demanda global por petróleo e gás. Embora o órgão esperasse inicialmente que essa demanda atingisse um platô por volta de 2030, novas análises apontam que o futuro próximo é menos previsível e que a necessidade por combustíveis fósseis pode não crescer tanto, ficando abaixo do nível esperado, o que impacta as estratégias de investimento do setor. A AIE alerta que governos e empresas devem reavaliar seus planos de longo prazo, adotando uma abordagem mais flexível.

MAIOR CONSCIENTIZAÇÃO

As novas previsões da AIE refletem fatores como o aumento das energias renováveis e a crescente conscientização sobre as mudanças climáticas. A instabilidade nas expectativas de demanda pode ter implicações significativas para a economia global e a transição energética, influenciando o preço do petróleo e as políticas de investimento em tecnologias mais sustentáveis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

POLÍTICA - LÍDER DO PT NA CÂMARA DIZ QUE RECUO DO RELATOR FOI UMA "VITÓRIA DA RACIONALIDADE"

Lindbergh Farias, porém, demonstra certo receio com relação a um acordo para a votação do texto Do Estadão Conteúdo

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (PT-RJ), afirmou nesta terça-feira que foi "importante o recuo" do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), de não propor a tipificação das facções criminosas dentro da lei antiterrorismo. O deputado classificou como uma "vitória da racionalidade" a proposta de uma lei autônoma para o marco legal do combate ao crime e alfinetou: "Bastava ir no projeto original, que era justamente aquilo, um novo tipo penal. Era isso que a gente defendia, era mais fácil ter discutido o texto-base".

Logo após o anúncio por Derrite de que serão propostas as tipificações do marco legal do crime organizado fora da lei antiterrorismo, governistas convocaram uma coletiva para reivindicar a autoria da proposta. O texto é relatado pelo secretário de Segurança de São Paulo, mas foi encaminhado ao Congresso pelo governo.

O líder do PT considera que Derrite anunciou um "recuo parcial", mas que a base quer um "recuo total", especialmente nos pontos que tratavam da atribuição da Polícia Federal, e assim aguarda a publicação do relatório do secretário de segurança de São Paulo. "Em relação à PF, não aceitamos negociar um milímetro de texto para retirar competências", indicou. Vale destacar que Derrite disse que retirou do texto qualquer disposição expressa sobre a competência da Polícia Federal.

De acordo com Lindbergh, a bancada ainda tentará "aperfeiçoar" pontos relacionados ao perdimento dos bens. Com relação a um acordo para a votação do texto, Lindbergh disse que o líder do governo, José Guimarães, "busca o acordo perfeito", mas sinalizou que ele "está com o pé atrás", diante das movimentações que ocorreram ante o PL antifacção no final da semana passada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

FINANÇAS - INFLAÇÃO DESACELERA EM OUTUBRO E ALCANÇA MELHOR RESULTADO DOS ÚLTIMOS 27 ANOS

Índice ficou em 0,09%, o menor para o mês desde 1998. O acumulado em 12 meses também caiu entre setembro e outubro

Do Estadão Conteúdo



A conta de luz residencial ficou 2,39% mais barata, que contribuiu para o número positivo do IPCA em outubro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou outubro com alta de 0,09%, ante um avanço de 0,48% em setembro, informou nesta terça-feira, 11, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é o

menor para um mês de outubro desde 1998, quando foi registrado 0,02%.

A taxa acumulada pela inflação no ano ficou em 3,73%. O resultado acumulado em 12 meses foi de 4,68% até outubro, ante taxa de 5,17% até setembro.

A energia elétrica foi a principal influência negativa no índice do mês (-0,10 ponto porcentual), com destaque para a energia elétrica residencial, que registrou queda de 2,39%.

Os preços de Alimentação e bebidas aumentaram 0,01%, após queda de 0,26% em setembro. Entre os componentes do grupo, a alimentação no domicílio teve queda de 0,16% em outubro, após ter recuado 0,41% no mês anterior. A alimentação fora do domicílio subiu 0,46%, ante alta de 0,11% em setembro.

O Estadão/Broadcast calcula o impacto de cada grupo no IPCA com base na variação mensal e no peso mensal disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). O resultado pode ter divergências pontuais com o impacto divulgado pelo IBGE, que considera mais casas decimais do que as disponibilizadas publicamente na taxa de cada item.

Os preços de Transportes subiram 0,11% em outubro, após alta de 0,01% em setembro. O grupo deu uma contribuição positiva de 0,02 ponto porcentual para o IPCA.

Os preços dos combustíveis tiveram alta de 0,32% em outubro, após avanço de 0,87% no mês anterior. A gasolina subiu 0,29%, após ter registrado alta de 0,75% em setembro, enquanto o etanol avançou 0,85% nesta leitura, após alta de 2,25% na última.

Copom

O Comitê de Política Monetária (Copom) enfatizou que considera a taxa Selic atual, de 15%, como suficiente para garantir a convergência da inflação à meta, desde que os juros sejam mantidos nesse nível por um período "bastante prolongado".

"A estratégia de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta", afirmou o colegiado na ata da reunião de novembro, reiterando a mensagem que trouxe no comunicado, publicado na última quarta-feira, 5.

A avaliação marca uma mudança na comparação com a comunicação de reuniões anteriores. Até o encontro de setembro, o colegiado dizia que estava avaliando se essa manutenção seria suficiente para garantir a convergência.



O comitê, no entanto, conservou a ponderação de que segue vigilante e que os próximos passos da política monetária poderão ser ajustados. "(O Copom) não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado." No trecho da ata referente à decisão de política monetária, o colegiado repetiu que o cenário atual segue marcado por elevada incerteza, o que exige cautela na condução da política monetária.

Disse que a manutenção da Selic em 15% é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. "Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego", afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

FINANÇAS – COM 158 MIL PONTOS, IBOVESPA CHEGA À 15ª ALTA SEGUIDA; DÓLAR CAI 0,64%

O índice da B3 segue em nível recorde e iguala sequência de 1994. Já a moeda americana tem o menor valor de fechamento em quase um ano e meio

Do Estadão Conteúdo

Sem esmorecimento, o Ibovespa deu prosseguimento nesta terça-feira, 11, à atual série de recordes, atingindo no intradía o nível de 158 mil pontos e, no fechamento, o de 157 mil pela primeira vez. Foi a 15ª alta consecutiva para o índice da B3 - igualando em extensão a sequência de maio a junho de 1994 - e também o 12º recorde seguido para o Ibovespa.

Se a sequência positiva prosseguir nesta quarta, a referência passa a ser o intervalo de 19 altas, entre 16 de dezembro de 1993 e 13 de janeiro de 1994, conforme levantamento do AE Dados junto à série de registros da B3.

No encerramento desta terça, o índice marcava 157.748,60 pontos, em alta de 1,60%, entre mínima de 155.251,97 e máxima de 158.467,21 na sessão, em que saiu de abertura aos 155.257,31 pontos. O giro financeiro subiu para R\$ 35,4 bilhões nesta terça, véspera de vencimento de opções sobre o índice. Na semana, o Ibovespa sobe 2,39% e, no mês, tem alta de 5,49%, colocando o ganho acumulado no ano a 31,15%, quase igualando o de 2019 (31,58%).

Nessas 15 sessões de alta, em intervalo iniciado em 22 de outubro, o Ibovespa mostra avanço de 9,48% em relação ao fechamento do dia 21, então aos 144.085,15.

Dólar

Já o dólar emendou nesta terça-feira o quinto pregão consecutivo de baixa, rompeu o piso de R\$ 5,30 pela primeira vez desde setembro e encerrou o dia no menor valor de fechamento em quase um ano e meio: R\$ 5,2732.

Além da onda global de desvalorização da moeda americana, na esteira de dados fracos do mercado de trabalho nos EUA e da expectativa crescente de fim do shutdown, o real se beneficiou de possível entrada de recursos externos para bolsa e renda fixa domésticas.

A perspectiva é de manutenção da taxa Selic em 15% até pelo menos janeiro de 2026 - o que garante um ambiente favorável a operações de carry trade e desencoraja apostas mais contundentes contra o real, mesmo diante da perspectiva de aumento de remessas ao exterior em dezembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

FINANÇAS - LULA ASSINA MEDIDA QUE ALTERA REGRAS PARA VALES-ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO

Mais de 22 milhões de pessoas serão beneficiadas com maior liberdade de escolha e aceitação dos cartões

Da Agência Brasil



Lula (ao centro, durante a assinatura do decreto) disse que a regulamentação do Programa de Alimentação do Trabalhador é boa para todos, inclusive para as empresas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta terça-feira (11) o decreto que moderniza o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A medida atualiza regras do sistema de vale-alimentação e vale-refeição, com o objetivo de ampliar a transparência, a concorrência e a integridade no setor.

As mudanças beneficiam mais de 22 milhões de trabalhadores, que terão maior liberdade de escolha e melhor aceitação dos cartões. O decreto também traz equilíbrio para empresas e estabelecimentos, garantindo que os recursos sejam usados exclusivamente para alimentação.

AS MUDANÇAS BENEFICIAM MAIS DE 22 MILHÕES DE TRABALHADORES, QUE TERÃO MAIOR LIBERDADE DE ESCOLHA E MELHOR ACEITAÇÃO DOS CARTÕES. O DECRETO TAMBÉM TRAZ EQUILÍBRIO PARA EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS, GARANTINDO QUE OS RECURSOS SEJAM USADOS EXCLUSIVAMENTE PARA ALIMENTAÇÃO

Criado em 1976, o PAT é a política pública mais antiga do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e deve completar 50 anos em 2026. O programa conta com 327 mil empresas cadastradas e alcança 22,1 milhões de trabalhadores em todo o país.

Entre as novidades, o decreto estabelece limites para taxas cobradas pelas operadoras: a taxa máxima dos estabelecimentos (MDR) será de 3,6%, e a tarifa de intercâmbio terá teto de 2%. Também reduz o prazo de repasse dos valores aos estabelecimentos para até 15 dias corridos, e determina que, em até 360 dias, qualquer cartão do programa funcione em qualquer maquininha de pagamento — medida que garante interoperabilidade entre as bandeiras.

Em um vídeo postado nas redes sociais, o presidente Lula disse que as novas regras serão vantajosas para supermercados, padarias e demais estabelecimentos que usam o sistema. "É bom para os restaurantes grandes, pequenos e médios. É bom para as padarias grandes, pequenas e médias. É bom para quem vende hortifruti, ou seja, para quem vende fruta nesse Brasil inteiro. É no Brasil inteiro que estamos falando. Se é bom para todo mundo, é bom para o trabalhador também. E se é bom para o trabalhador, é bom para o Brasil, é bom para todos nós", afirmou.

Prazo

Os sistemas de pagamento com mais de 500 mil trabalhadores deverão ser abertos em até 180 dias, o que amplia a concorrência e reduz a concentração de mercado. O decreto também proíbe práticas abusivas, como descontos, benefícios indiretos e vantagens financeiras que não estejam relacionadas à alimentação.

De acordo com o MTE, as mudanças fortalecem a fiscalização e evitam distorções contratuais, promovendo um ambiente mais justo e previsível. O Comitê Gestor Interministerial do PAT será responsável por definir parâmetros técnicos e disciplinar as regras do sistema. Para os trabalhadores, o novo decreto garante a manutenção integral do benefício e uso exclusivo para alimentação. Para os estabelecimentos, amplia a rede de aceitação e melhora o fluxo de recebimentos. Já as empresas beneficiárias terão mais segurança jurídica e previsibilidade de custos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/11/2025

PRINCIPAIS MUDANÇAS NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)

Limites máximos para as taxas cobradas pelas operadoras:

A taxa cobrada dos estabelecimentos (MDR) não poderá ultrapassar 3,6%. A tarifa de intercâmbio terá teto de 2%, sendo vedada qualquer cobrança adicional. As empresas terão 90 dias para se adequar a essas regras.

Interoperabilidade plena entre bandeiras:

Em até 360 dias, qualquer cartão do programa deverá funcionar em qualquer maquininha de pagamento, com a implantação da interoperabilidade plena entre bandeiras. Essa medida amplia a liberdade de escolha de empresas, trabalhadores e estabelecimentos.

Redução do prazo de repasse financeiro:

O repasse aos estabelecimentos deverá ocorrer em até 15 dias corridos após a transação — norma que entra em vigor em até 90 dias. Atualmente, restaurantes e similares recebem os valores 30 dias após as transações.

Abertura dos arranjos de pagamento:

Sistemas com mais de 500 mil trabalhadores deverão ser abertos em até 180 dias, de maneira que quaisquer facilitadoras que observarem as regras da bandeira poderão participar do arranjo. Isso amplia a concorrência e reduz a concentração de mercado, uma vez que, no arranjo fechado, as funções de instituidor, emissor e credenciador podem ser exercidos pela mesma empresa.

Regras de proteção:

Proibição de práticas comerciais abusivas, como deságios, descontos, benefícios indiretos, prazos incompatíveis com repasses pré-pagos e vantagens financeiras não relacionadas à alimentação. Essas regras têm vigência imediata, assim como a obrigação das empresas beneficiárias de orientar os trabalhadores e cumprir todas as normas do programa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/11/2025

JUSTIÇA - VICE-GOVERNADORA DO DF DIZ QUE PENITENCIÁRIA DA PAPUDA NÃO TEM COMO RECEBER BOLSONARO

Celina Leão, aliada política da família e amiga da ex-primeira dama Michelle Bolsonaro, afirmou que a saúde do ex-presidente exige cuidados

Do Estadão Conteúdo



Bolsonaro, que está em prisão domiciliar preventiva, apresentou recurso contra a condenação de 27 anos, mas o pedido foi rejeitado

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), afirmou que o Complexo Penitenciário da Papuda não tem condições de receber o ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado. Segundo ela, o estado de saúde dele exige cuidados específicos.

"Ele precisa de uma dieta especial, tem idade avançada, trata-se de um ex-presidente. Se for bem cuidado, vai ter uma vida prolongada", declarou Celina em entrevista ao SBTNews.

Segundo a vice-governadora, a estrutura da penitenciária não é apropriada para abrigar o ex-presidente. "Não temos condições de preparar uma comida especial de que ele necessita por causa das cirurgias. E, mesmo nas áreas mais isoladas, as condições não são adequadas para um ex-presidente", disse.

Celina Leão é aliada política da família Bolsonaro e amiga da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Em maio, ela participou de ato pró-anisa em Brasília ao lado do casal. Em agosto, a vice-governadora esteve na casa em que o ex-presidente está preso para visitar Michelle.

Pedido rejeitado

Bolsonaro está em prisão domiciliar preventiva desde agosto deste ano por outro processo, que investiga a tentativa de obstrução do julgamento da trama golpista.

Na última sexta-feira, 7, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou por unanimidade um recurso da defesa contra a condenação. O julgamento no plenário virtual vai até esta sexta-feira, 14. É só após o trânsito em julgado do processo que Bolsonaro pode começar a cumprir a pena.

O local onde a pena será cumprida será definido pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, que é relator do processo, após o fim do julgamento. O mais provável é que Bolsonaro seja mandado para uma cela na Superintendência da Polícia Federal em Brasília. O espaço, inclusive, foi reformado para recebê-lo.

Na última semana, a Secretaria de Administração Penitenciária de Brasília enviou um pedido ao STF para que o ex-presidente fosse submetido a avaliação médica para verificar se tem condições de cumprir pena no presídio da Papuda.

Alexandre de Moraes pediu a exclusão da petição dos autos do processo, indicando "ausência de pertinência" da solicitação com a ação penal 2668, referente à tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

JUSTIÇA - LÍDER DA OPOSIÇÃO ACREDITA EM VOTAÇÃO DA ANISA A CONDENADOS PELO 8/1 ATÉ O FIM DO ANO

Luciano Zucco diz que há um compromisso do presidente Hugo Moa de que o tema será pautado em 2025

Do Estadão Conteúdo

O líder da oposição na Câmara, deputado Luciano Zucco (PLRS), afirmou nesta terça-feira que a Presidência da Casa se comprometeu a pautar até o fim de 2025 a anisa aos condenados por participação nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

"Estamos conversando com o presidente Hugo Moa. Ele sabe que é importante a gente virar essa página", disse Zucco em entrevista à CNN Brasil.

Segundo Zucco, "há compromisso dado" de que o tema será votado até o final do ano. Ele afirmou estar preocupado com as condições em que as pessoas estão presas. "A cada minuto que estamos aqui, tem pessoas presas junto com traficantes e homicidas. Então entendemos que temos que avançar".



O projeto teve requerimento de urgência aprovado no mês de setembro e foi distribuído para o relator Paulinho da Força (Solidariedade-SP), mas perdeu tração desde então.

Paulinho ouviu lideranças partidárias, familiares de presos do 8 de janeiro e figuras como o ex-presidente Michel Temer (MDB) para construir seu relatório, mas o projeto não avançou por falta de consenso.

Além da pressão de bolsonaristas para um perdão aos crimes cometidos, em vez da redução de pena defendida pelo relator, há o receio de que o destino da proposta seja semelhante ao da PEC da Blindagem, enterrada no Senado após aprovação na Câmara.

O texto original, de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), prevê beneficiar os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023 e poderia se estender ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos e três meses por tentativa de golpe de Estado.

Já a proposta de Paulinho da Força descarta a "anisa ampla, geral e irrestrita" pedida por bolsonaristas. Ele esma que Bolsonaro poderia se beneficiar de uma redução de "entre sete e 11 anos" de prisão

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

JUSTIÇA - DIAS TOFFOLI E ANDRÉ MENDONÇA DISCUTEM EM SESSÃO DA SEGUNDA TURMA DO STF

Desentendimento ocorreu após Toffoli dizer que Mendonça estava deturpando seu voto

Do Estadão Conteúdo

Os ministros Dias Toffoli e André Mendonça tiveram uma discussão acalorada nesta terça-feira (11) durante a sessão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). O desentendimento ocorreu durante o julgamento do caso que vai decidir se um procurador da República que foi processado por um juiz deve responder às acusações como pessoa física ou na condição de agente do Estado.

Durante a sessão, Toffoli disse que André Mendonça deturpou seu voto ao citar conclusões que não teriam sido feitas por ele. "Vossa Excelência está deturpando meu voto, com a devida vênia. Vossa Excelência está colocando palavras em meu voto que não existiram", acusou Toffoli.

Em seguida, Mendonça negou a acusação e leu literalmente o voto de Toffoli sobre a questão. "Vossa Excelência está um pouco exaltado por esse caso, sem necessidade", disse Mendonça. Toffoli rebateu: "Fico exaltado com covardia", completou.

Após o desentendimento, o ministro Nunes Marques pediu a suspensão do julgamento para analisar o processo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025

JUSTIÇA - COM FUX FORA DA PRIMEIRA TURMA, PGR PEDE CONDENAÇÃO DE 'KIDS PRETOS' POR TRAMA GOLPISTA

Este será o primeiro julgamento do caso sem Luiz Fux, o único que vinha votando a favor dos réus; ele pediu transferência para a Segunda Turma do STF

Do Estadão Conteúdo



De acordo com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, os acusados agiram com disposição homicida e brutal para colocar à prova a estabilidade do Brasil

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu nesta terça-feira, 11, a condenação de todos os réus do "núcleo de ações coercivas" (núcleo 3) do plano de golpe para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder após a derrota nas eleições de 2022.

O procurador-geral da República Paulo Gonet destacou em seu parecer que os acusados agiram com "declarada disposição homicida e brutal" para "praticar crimes de imensurável impacto, colocando à prova a estabilidade do País". "O cenário que estava promovido era de aberta violência", criticou o procurador-geral.

Neste grupo, estão oficiais das Forças Especiais do Exército, os "kids pretos", e um policial federal que, segundo a denúncia da PGR, ficaram responsáveis por ações operacionais da trama golpista, entre elas o plano para executar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se condena ou não os militares. É o primeiro julgamento da trama golpista sob a nova composição do colegiado, sem o ministro Luiz Fux, o único que vinha votando a favor dos réus. Fux pediu transferência para a Segunda Turma do STF e não vai mais participar das decisões relacionadas ao plano de golpe.

Ao pedir as condenações, Gonet argumentou que os oficiais tiveram uma "contribuição decisiva" para o plano de golpe porque ocupam cargos importantes na hierarquia militar e receberam treinamento especial em "estratégias disruptivas de forças adversas".

"Os réus atuaram ativamente, e com meios, em princípio, aptos em si mesmos, para que o golpe se consumasse. Arquitetaram e deram andamento a ações voltadas para a ruptura da ordem constitucional", cravou o PGR.

O procurador-geral argumentou que o fato de os oficiais pertencerem às Forças Especiais do Exército é um agravante. Os "kids pretos" são treinados para operações de alta complexidade. Aprendem táticas de combate, sobrevivência e infiltração.

"Integrantes deste núcleo pressionaram agressivamente o alto comando do Exército a ul- mar o golpe de Estado, puseram autoridades públicas na mira de medidas letais e se dispuseram a congregiar forças militares terrestres ao serviço dos intentos criminosos", destacou o procurador-geral.

As defesas têm a prerrogativa de falar por último. Por isso, foi o procurador-geral quem iniciou as considerações sobre o caso, após a leitura do relatório pelo ministro Alexandre de Moraes.

Respondem ao processo no núcleo 3 os seguintes réus: Bernardo Romão Correa Netto, coronel do Exército; Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, general da reserva; Fabrício Moreira de Bastos, coronel do Exército; Hélio Ferreira Lima, tenente-coronel do Exército; Márcio Nunes de Resende Júnior, coronel do Exército; Rafael Martins de Oliveira, tenente-coronel do Exército; Rodrigo Bezerra de Azevedo, tenente-coronel do Exército; Ronald Ferreira de Araújo Júnior, tenente-coronel do Exército; Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros, tenente-coronel do Exército; e Wladimir Matos Soares, agente da PF.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/11/2025

JUSTIÇA - DENÚNCIA CONFIRMA AÇÕES PARA PRESSIONAR COMANDO DO EXÉRCITO E NEUTRALIZAR AUTORIDADES

A denúncia contra núcleo 3 da trama golpista afirma que parte do grupo promoveu "ações táticas" para convencer e pressionar o Alto Comando do Exército a aderir ao golpe, como a "Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Aviação do Exército Brasileiro", manifesto divulgado após o segundo turno das eleições de 2022, com críticas ao Poder Judiciário e referências à "insegurança jurídica e instabilidade política e social no País".

O procurador-geral Paulo Gonet classificou a carta como "delirante" e afirmou que o manifesto tinha o propósito "óbvio" de incitar o comando do Exército a apoiar o golpe.

Inda segundo a PGR, outra parte do núcleo empreendeu "ações de campo" para o "monitoramento e neutralização de autoridades" no final de 2022, como o Plano Punhal Verde e Amarelo, a Operação Copa 2022 e a Operação Luneta.

Nesses planos, o ministro Alexandre de Moraes era descrito como "centro de gravidade de (CG)" - jargão militar para se referir a alvos de guerra que autorizam "liberdade de ação para usar integralmente o poder de combate".

"A escolha de um integrante do Poder Judiciário como centro de gravidade é perfeitamente consentânea com a perspectiva que guiava os acusados. Eles se viam em guerra contra a estrutura democrática. Uma guerra que exigia o uso da violência pica dessas circunstâncias de conflagração", argumentou Gonet na sustentação oral.

Crimes

Os réus respondem por cinco crimes - organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União.

No caso de Ronald Ferreira Júnior, Gonet pediu a desclassificação dos cinco crimes atribuídos ao tenente-coronel, pro pondo o enquadramento por incitação ao crime. O procurador-geral considerou que ele participou da carta ao comando do Exército, mas "não acompanhou os passos subsequentes" do grupo.

A Primeira Turma já condenou todos os réus do "núcleo crucial" e do "núcleo de desinformação" do plano de golpe. Após o "núcleo de ações coercitivas", os ministros vão analisar as acusações contra o "núcleo de gerência", em dezembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/11/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

MAURO VIEIRA E MARCO RUBIO DISCUTEM TARIFAÇÃO NUM RÁPIDO ENCONTRO EM EVENTO DO G7 NO CANADÁ

Os chefes da diplomacia dos governos Lula e Trump combinaram de marcar uma nova reunião

Por Eliane Oliveira — Brasília

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, teve um rápido encontro na manhã de hoje com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, em Niágara, no Canadá, à margem da reunião

ministerial do G7, o grupo das economias mais desenvolvidas do mundo, do qual o Brasil participa como convidado.



O ministro brasileiro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio — Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados e Departamento de Estado dos EUA/Divulgação

Segundo interlocutores, em uma conversa que levou cerca de cinco minutos, o chanceler reiterou a Rubio a importância de avançar nas negociações, conforme determinação dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump na reunião dos dois líderes e suas equipes

na Malásia, no fim do mês passado.

No encontro de hoje, os chefes das diplomacias dos dois países concordaram em agendar uma nova reunião presencial, em data próxima, para discutir o atual estágio das conversas.

Vieira relatou a Rubio os entendimentos mantidos até agora no nível técnico sobre a questão das tarifas e informou que a parte brasileira encaminhou, no último dia 4 de novembro, uma proposta de negociação à parte americana, após reunião virtual entre as equipes.

Conforme auxiliares de Vieira, a conversa foi “boa e cordial”. Um dos interlocutores ressaltou que, em diplomacia, até poucos minutos podem ter grande peso — “tempo suficiente para transmitir uma mensagem”.



Um assessor classificou o diálogo como um gesto político importante. Segundo ele, a diplomacia se constrói muito mais por meio de pequenos sinais do que de longas negociações técnicas. “Até um mês e meio atrás, estávamos num mato sem cachorro com os EUA”, resumiu. “Foi um passo, ainda que curto, na direção certa.”

O encontro estava previsto para ocorrer na terça-feira, primeiro dia da reunião do G7, mas acabou adiado porque Rubio só chegou a Niágara à noite. A reunião, enfim, aconteceu nesta quarta-feira pela manhã.

Rubio e Vieira no Canadá: atualização sobre negociações — Foto: reprodução

Apesar desse movimento diplomático, as negociações para suspender o tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos a produtos brasileiros seguem sem avanços concretos.

Trump sinaliza alívio ao café

Nem mesmo a recente sinalização de Washington sobre a possibilidade de reduzir “algumas tarifas de importação de café” — mencionada por Trump e reiterada pelo secretário do Tesouro, Scott Bessent — foi suficiente para destravar o diálogo. O Brasil é o maior produtor e exportador do grão e responsável pelo abastecimento de boa parte do mercado americano, mas os produtores brasileiros têm exportado menos para a maior economia do mundo por causa do tarifaço de 50%.

A indicação, porém, foi recebida com otimismo por interlocutores do governo e do setor privado, que viram no gesto um possível alívio para o café brasileiro, embora o país não tenha sido citado nominalmente.



Embora Lula tenha pedido a Trump, na reunião que tiveram na Malásia, a suspensão do tarifaço contra produtos brasileiros, negociadores brasileiros admitem que, caso não seja possível uma isenção total, o Brasil pode negociar concessões setoriais, como um alívio tarifário para determinados produtos.

Segundo integrantes do governo Lula, a possível redução das tarifas para o café seria unilateral, sem demandar concessão por parte do Brasil. A medida seria parte da estratégia americana para conter a inflação doméstica, pressionada pela alta de preços após o tarifaço.

Desde que estabeleceu uma taxa de 50% para produtos brasileiros como o café, o produto está mais caro para os americanos, pressionando a inflação nos EUA.

Lula tem pressa

O presidente Lula tem pressa. Ele afirmou na semana passada que, se as negociações não avançarem, vai ligar para o telefone pessoal de Trump para cobrar, logo após o fim da COP 30, em Belém. O presidente tem repetido que trocou com Trump números de telefones particulares.

A sobretaxa de 40%, instituída em agosto pelos EUA para importações brasileiras que chegam aos EUA, soma-se uma tarifa "recíproca" estabelecida por Trump para o Brasil em abril. Embora o tarifaço de agosto tenha sido acompanhado de uma lista de exceções que supera metade da pauta de exportações do Brasil para os EUA, setores estratégicos da economia brasileira estão sujeitos à taxa cheia, como aço, alumínio, carne, café, frutas, pescados, calçados e máquinas e equipamentos.

O plano A do governo brasileiro prevê a suspensão temporária das sobretaxas até a conclusão das negociações para um acordo comercial mais amplo. O plano B propõe ampliar a lista de exceções, começando por produtos que o próprio Trump classifica como "recursos naturais indisponíveis" nos Estados Unidos.

Apesar das restrições comerciais, o clima entre Brasília e Washington melhorou após meses de tensão. O breve cumprimento entre Lula e Trump durante a Assembleia Geral da ONU, em Nova York, abriu caminho para uma conversa telefônica e, posteriormente, para o encontro presencial na Malásia — gestos que ajudaram a reduzir a temperatura de uma crise considerada uma das mais sérias em mais de dois séculos de relações diplomáticas entre os dois países.

Enquanto tenta retomar o diálogo comercial, o governo brasileiro também busca a revogação de sanções impostas por Washington a cidadãos brasileiros, entre eles o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e tenta evitar novas punições no âmbito da Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA.

Esse dispositivo permite ao governo americano retaliar países cujas práticas sejam consideradas "injustificáveis ou discriminatórias" contra empresas dos Estados Unidos. No caso brasileiro, a investigação examina questões como comércio digital, serviços financeiros, tarifas preferenciais, desmatamento ilegal e até o uso do Pix como meio de pagamento instantâneo. Se confirmadas as acusações, novas medidas punitivas poderão ser adotadas, ampliando a tensão bilateral.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/11/2025

TCU CRIA FORÇA-TAREFA PARA FISCALIZAR NOVE ESTATAIS EM CRISE FINANCEIRA. VEJA QUAIS

Empresas públicas no vermelho podem precisar de socorro adicional do governo, segundo relatório do Tesouro

Por Thaís Barcellos — Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) anunciou nesta quarta-feira a criação de uma força-tarefa para fiscalizar estatais em dificuldades financeiras. A decisão ocorre após a divulgação de um relatório do

Tesouro Nacional que apontou riscos para contas públicas devido à situação de nove empresas públicas, incluindo os Correios, que vive a pior crise financeira de sua história.



Tribunal de Contas da União (TCU): relatório apontou quase 12 mil obras paradas no país — Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

— Comunico a vossas excelências que a Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) iniciará uma série de fiscalizações em empresas estatais federais, visando acompanhar a situação delicada fiscal e aspecto de gestão das entidades estatais — disse o presidente do TCU, Vital do Rêgo, na abertura da sessão do plenário da Corte de contas desta quarta.

O Tesouro monitora a situação de nove empresas estatais não financeiras que podem precisar de socorro do governo caso não consigam se sustentar financeiramente. Ao todo, há 27 estatais federais não dependentes de recursos da União para operar. São elas:

1. Correios
2. Casa da Moeda do Brasil
3. Companhia Docas do Ceará
4. Companhia Docas do Pará
5. Companhia Docas do Estado da Bahia
6. Companhia Docas do Rio de Janeiro
7. Companhia Docas do Rio Grande do Norte
8. Infraero
9. ENBPar

Segundo Vital, a força-tarefa vai demandar primeiramente um diagnóstico fiscal e de governança das nove empresas com maiores dificuldades, podendo se estender a todas 27 estatais não dependentes.

Análise em 5 eixos

A análise da força-tarefa do TCU vai abordar cinco eixos temáticos:

- gestão
- inovação
- desempenho financeiro
- gestão de pessoal e contratações
- tecnologia da informação.

A ideia é ampliar o escopo de fiscalização para além dos aspectos financeiros, incorporando dimensões de governança, experiência operacional, qualidade de gestão, fatores que, segundo o presidente do TCU, frequentemente estão na raiz das dificuldades fiscais das empresas.

A força-tarefa é complementar a ações de controle que a corte de contas está realizando nos Correios, como a auditoria presencial para verificar possíveis irregularidades na gestão da estatal nos últimos anos, conforme mostrou hoje o GLOBO.

— A situação dos Correios, em particular, já vinha sendo objeto de preocupação deste tribunal, conforme demonstrado no plano de reestruturação, que vem sendo acompanhado por este tribunal e nas diversas ações de controle em curso — disse Vital do Rêgo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/11/2025

CORREIOS: TCU FAZ AUDITORIA PRESENCIAL NA ESTATAL EM CRISE PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA GESTÃO

Fiscalização vai investigar aumento de gastos, atrasos de pagamentos a fornecedores e contrato para cobrir rombo do Postalís, fundo de pensão dos funcionários, entre outros pontos

Por Thaís Barcellos e Geralda Doca — Brasília



Centro de Tratamento de Encomendas dos Correios em Benfica, Zona Norte do Rio — Foto: Fernando Frazão/EBC/Agência Brasil

O Tribunal de Contas da União (TCU) está realizando uma auditoria presencial nas instalações dos Correios para verificar possíveis irregularidades administrativas, financeiras, operacionais e institucionais no âmbito da gestão da empresa nos últimos anos.

A estatal vive a pior crise da sua história e tenta negociar um empréstimo de R\$ 20 bilhões com aval da União para manter suas atividades desde a chegada do seu novo presidente, Emmanoel Rondon. A fiscalização atende a uma solicitação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor do Senado.

O plenário do TCU deve discutir o tema na sessão desta quarta-feira. Segundo interlocutores a par do assunto, a auditoria, realizada pela equipe técnica especializada no setor de Comunicações, deve durar até o fim deste mês.

A Corte de contas já vem acompanhando a situação financeira dos Correios há algum tempo. Na semana passada, a empresa apresentou seu plano de reestruturação a representantes do tribunal.

Segundo documento obtido pelo GLOBO, o escopo da inspeção envolve uma série de possíveis irregularidades que constam da representação do Senado, que vão desde atrasos de repasses ao Postal Saúde, convênio dos servidores, e de pagamento a fornecedores até doações ao Rio Grande do Sul que não foram entregues, passando por transporte de baterias de lítio em possível desconformidade com as regras da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O TCU também vai investigar o contrato de confissão de dívida em que os Correios se comprometeram a transferir R\$ 7,6 bilhões ao Postalís, fundo de pensão de seus funcionários, para cobrir metade do rombo do plano de aposentadoria. Outro eixo da auditoria foca em questões financeiras e contábeis, como o atraso na divulgação do balanço do ano passado e mudanças nas informações de saldo do caixa deixados pela gestão no governo de Jair Bolsonaro.

Além disso, a auditoria vai analisar o aumento de gastos com patrocínio de 2022 a 2024, despesas com serviços advocatícios e conflito de interesses na gestão.

Em relação à auditoria, a unidade técnica do TCU defendeu que a fiscalização ocorresse in loco na empresa (inspeção) "diante da relevância do objeto proposto" e também porque as demais auditorias realizadas ou em curso na corte não atendem integralmente as solicitações do Congresso. A fiscalização presencial prevê um exame minucioso e detalhado da situação, podendo incluir a verificação de documentos, processos e até mesmo o ambiente físico.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/11/2025

MILHARES DE CABEÇAS DE GADO URUGUAIAS ESTÃO RETIDAS EM NAVIO NA TURQUIA POR FALTA DE DOCUMENTAÇÃO, E AO MENOS 48 MORRERAM; VÍDEO

Desde que partiu, em 19 de setembro, animais, cujo estado de saúde se deteriora, permanecem confinados no navio, segundo ONGs, que destacam condições deploráveis da embarcação

Por AFP — Istambul



Milhares de cabeças de gado uruguaios estão retidas em navio na Turquia por falta de documentação — Foto: Reprodução

Quase 3.000 cabeças de gado do Uruguai estão retidas há três semanas a bordo de um navio cargueiro na costa da Turquia devido à falta de certificados sanitários e comerciais adequados, informaram as autoridades turcas nesta quarta-feira. O navio cargueiro "Spiridon II", que partiu de Montevideu em 19 de setembro, está ancorado no porto de Bandirma (oeste da Turquia) desde 21 de outubro,

informou o serviço de mídia do governo turco à AFP nesta quarta-feira.

Pelo menos 48 animais morreram após mais de 50 dias no mar, de acordo com diversas ONGs e veículos de imprensa turcos.

"Um pedido de importação foi submetido em 21 de outubro ao posto de controle veterinário do porto de Bandirma para a entrada de 2.901 cabeças de gado do Uruguai, em nome de 15 empresas", explicou o governo em um comunicado. "As inspeções revelaram que alguns animais não possuíam brincos de identificação nem microchips eletrônicos, e que 469 não correspondiam às listas fornecidas. Devido a essas irregularidades, a entrada da carga no país foi negada, e a palavra 'REJEITADO' foi adicionada aos 15 certificados com defeito."

A decisão foi comunicada às autoridades alfandegárias em 23 de outubro. Desde que deixou o Uruguai em 19 de setembro, as vacas, cujo estado de saúde se deteriora, permanecem confinadas no navio, segundo diversas ONGs, que também destacam as condições deploráveis da embarcação. De acordo com a Fundação para o Bem-Estar Animal (AWF), que exige o desembarque imediato dos animais, 48 já haviam morrido até a semana passada.

"Não observamos o desembarque de nenhum animal, vivo ou morto. Isso significa que os quase 3.000 animais permanecem a bordo há 53 dias", escreveu a fundação em seu site.

Segundo a AWF e a ONG francesa Robin des Bois, a carga tinha como destino mercados na Turquia e no Oriente Médio, incluindo Israel. O navio atracou brevemente no domingo no porto de Bandirma para carregar palha e ração, indicou a AWF. Veículos de comunicação turcos, como o site Harber Denizde, relataram um odor fétido vindo da embarcação.

Os exportadores estão contestando a decisão das autoridades veterinárias turcas e iniciaram uma ação judicial, de acordo com o governo. A ONG Robin des Bois destaca que o "Spiridon II", um antigo navio cargueiro russo convertido em navio de transporte de gado em 2011, tem 52 anos e "deveria ter sido desativado há pelo menos duas décadas". O navio navega sob a bandeira do Togo e seu operador está registrado em Honduras.

"O Togo está na lista negra de bandeiras do Memorando de Paris sobre o Controle de Navios pelo Estado do Porto", um acordo internacional que visa aprimorar a segurança e o controle marítimos, observou a ONG.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/11/2025

ALTA DE SERVIÇOS LEVA A REVISÃO NAS PROJEÇÕES DO PIB DO TERCEIRO TRIMESTRE, DIZEM ECONOMISTAS

Por Luciana Casemiro



O grupo Transporte, armazenagem e correio registraram alta de 1,2% na PMS de setembro, segundo o IBGE — Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

O crescimento dos serviços acima do esperado — alta de 0,6% em setembro, frente a estimativas de 0,4% — pode levar a revisões altistas nas projeções do PIB do terceiro trimestre, afirma Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners. A estimativa atual de Leal é de avanço de 0,2%, mas ele avalia que o número pode subir para 0,3%. Claudia Moreno, economista do C6 Bank, que previa uma queda do PIB de 0,2% reduziu o recuo para 0,1%. Ariane Benedito, economista-chefe do PicPay, prefere aguardar o resultado da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) antes de revisar suas projeções. Por ora, mantém a estimativa de crescimento de 0,3%.

Os economistas ressaltam, contudo, que o resultado da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na manhã desta quarta-feira pelo IBGE, não deve comprometer o início do ciclo de cortes de juros pelo Banco Central, previsto para o início do próximo ano.

— Esse resultado acima do esperado desfaz um pouco o otimismo gerado pelo IPCA de ontem em relação à queda dos juros no início de 2026. Entretanto, é preciso lembrar que os dados de atividade só influenciam a política monetária na medida em que impactam a inflação — e os números recentes foram positivos, inclusive no grupo de serviços. Além disso, estamos falando de um dado de setembro, quando já temos informações de inflação de outubro. No fim, o resultado da PMS não ajuda, mas também não atrapalha o início da queda dos juros em 2026 — avalia Leal.

Segundo ele, o desempenho acima das expectativas na PMS reflete, em parte, o efeito da Semana do Consumidor, realizada em setembro. A tendência, afirma, é que o número se modere em outubro.

— A PMS veio acima do esperado por causa da Semana do Consumidor, que impulsionou o grupo “Transporte, armazenagem e correio”, com alta de 1,2%. Outra evidência desse efeito foi o avanço de 7,2% em “Outros serviços prestados às famílias”, equivalente aos serviços no IPCA. Mas, ao observarmos o desempenho acumulado de 2025, notamos que a alta de 2,8% até setembro tem pouca relação com os serviços do IPCA, já que está concentrada em “Serviços de tecnologia da informação”, que subiram 12,5% — um movimento ligado à digitalização da economia e pouco sensível à política monetária. A expectativa é de moderação nos próximos meses, embora ainda haja promoções em outubro e novembro — explica o economista da G5 Partners.

Ariane Benedito destaca que os dados mais recentes já indicam uma moderação importante, especialmente nas atividades voltadas às famílias. Esse arrefecimento, observa, é consistente com os efeitos defasados da política monetária — o impacto acumulado dos juros altos começa a se refletir com mais clareza na ponta.

— Quando olhamos para a composição, vemos que os serviços prestados às famílias e os segmentos mais sensíveis ao crédito já mostram sinais de desaceleração, enquanto os serviços empresariais e de tecnologia ainda mantêm certo dinamismo. Essa perda de fôlego, combinada com a trajetória de queda da inflação, reforça um cenário de desaceleração gradual da economia, o que abre espaço, mais à frente, para o início do ciclo de flexibilização monetária. Assim, o desempenho recente dos serviços não exige a manutenção dos juros altos por muito mais tempo. Ao contrário: começa a sinalizar que o aperto monetário já cumpriu boa parte de seu papel e que, caso o processo de desinflação siga consistente, o Banco Central pode se sentir mais confortável para iniciar cortes graduais de juros no próximo ano — afirma a economista-chefe do PicPay, que projeta o início do ciclo em março, com um corte de 50 pontos-base, e Selic a 12,5% no fim de 2026.

O economista Renato Veloni, professor do Ibmecc, aponta que a valorização do real frente ao dólar ajuda a explicar o cenário de crescimento dos serviços combinado à desaceleração da inflação.

— A parte de serviços, impulsionada pelo aumento da renda da população, tende a pressionar preços. Por outro lado, juros elevados e câmbio valorizado contribuem para conter a inflação. Esses dois movimentos estão ocorrendo simultaneamente na economia — avalia Veloni.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/11/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

EUA ANUNCIARÃO ALÍVIO TARIFÁRIO PARA CAFÉ, BANANA E OUTROS PRODUTOS NOS PRÓXIMOS DIAS, DIZ BESENT

Secretário do Tesouro dos Estados Unidos afirmou ainda que restituições ‘substanciais’ de impostos serão feitas aos americanos no começo de 2026

Por Pedro Lima

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, afirmou nesta quarta-feira, 12, que o governo anunciará alívios tarifários sobre café, bananas e outras frutas e produtos nos próximos dias, em uma tentativa de conter pressões de preços e impulsionar o consumo doméstico.

“Veremos grandes notícias sobre tarifas nos próximos dias”, adiantou em entrevista à Fox News.

Na terça-feira, 11, o presidente americano, Donald Trump, disse, em entrevista à Fox News, que os Estados Unidos vão reduzir algumas tarifas sobre as importações de café, sem dar mais detalhes sobre o assunto. O Brasil seria o maior beneficiado pela redução da taxa ao café importado pelos EUA.

Nesta quarta-feira, Bessent disse que há “muitas opções para dividendos tarifários”, em linha com o discurso de Trump de que parte das receitas obtidas com tarifas de importação deve ser devolvida à população.



O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent Foto: Allison Robbert/AP

Segundo ele, o Tesouro estuda oferecer um reembolso de US\$ 2 mil para quem recebe menos de US\$ 100 mil anualmente, embora a medida ainda não tenha sido formalmente decidida.

O secretário também destacou que a economia americana estava “em um ótimo lugar” antes do shutdown, classificando a paralisação governamental como um “pequeno soluço”. Ele projetou também que a renda real do país deve aumentar no primeiro e no segundo trimestres de 2026, impulsionada por cortes de impostos e pelo avanço da atividade.

Bessent antecipou que restituições “substanciais” de impostos serão feitas aos americanos no começo de 2026, sem entrar em detalhes.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2025

TCU ANUNCIA FORÇA-TAREFA PARA AMPLIAR FISCALIZAÇÃO SOBRE ESTATAIS APÓS NOVO ALERTA DO TESOURO

Tesouro emitiu alerta sobre nove estatais federais, incluindo Correios e Infraero
Por Flávia Said (Broadcast)

BRASÍLIA - Diante de novo alerta emitido pelo Tesouro Nacional sobre dificuldades financeiras de nove empresas estatais federais, o Tribunal de Contas da União (TCU) vai ampliar o escopo de fiscalização dessas empresas para além dos aspectos exclusivamente financeiros.

Segundo o presidente da Corte, ministro Vital do Rêgo, serão incorporadas as dimensões de governança, experiência operacional e qualidade da gestão, “fatores que frequentemente estão na raiz das dificuldades fiscais enfrentadas por essas entidades”.

A “força-tarefa” foi anunciada nesta quarta-feira, 12, pelo presidente da Corte de contas na sessão do tribunal, em que ele expressou preocupação com a “situação fiscal delicada” dessas entidades.



Segundo o presidente do TCU, serão incorporadas à fiscalização das estatais as dimensões de governança, experiência operacional e qualidade da gestão Foto: Dida Sampaio/Estadão

“A iniciativa dessa força-tarefa representa um compromisso do tribunal em atuar de forma preventiva e propositiva na identificação de riscos fiscais, contribuindo para a sustentabilidade das empresas estatais e para a prevenção das contas públicas”, defendeu.

Ele destacou a situação dos Correios, que já vem sendo acompanhada pelo TCU. Representantes do tribunal receberam o presidente da empresa na semana passada para conhecer o plano de reestruturação.

Vital do Rêgo disse que os trabalhos vão complementar as fiscalizações já em curso, inclusive os Correios, permitindo ao tribunal uma visão mais abrangente sobre a situação das empresas.

O decano do tribunal, ministro Walton Alencar Rodrigues, pediu que o TCU avalie a totalidade das estatais, não se restringindo às nove destacadas pelo Tesouro. “De uma gestão em que nenhuma entidade estatal apresentava prejuízos, agora nós temos nove, e se deixar, no final do ano serão 12. É gravíssimo”, criticou.

“Infelizmente nós temos assistido, e não é de agora, as estatais se tornarem palco ora de escândalos de corrupção, ora de escândalos de ineficiência, que também não deixa de ser um tipo de corrupção”, completou o ministro Bruno Dantas, na sequência.

Tesouro emite alerta sobre nove estatais

Estão na lista com problemas de caixa nove das 27 empresas estatais monitoradas pelo Ministério da Fazenda:

- Casa da Moeda
- Correios
- Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar)
- Infraero
- CDC (Ceará)

- CDP (Pará)
- Codeba (Bahia)
- CDRJ (Rio de Janeiro)
- Codern (Rio Grande do Norte)

Algumas delas apresentam trajetória de deterioração dos resultados, com riscos para as contas públicas, segundo o Tesouro.

O alerta do Tesouro sobre as estatais consta da 7ª edição do Relatório de Riscos Fiscais da União, publicação anual que busca demonstrar, de forma sintética, a situação dos riscos fiscais aos quais o governo federal está exposto. O relatório foi divulgado na última sexta-feira, 7.

“No que diz respeito às empresas estatais, é considerado remoto o risco de frustração de receitas de dividendos e de juros sobre capital próprio. Entretanto, é considerado o risco possível de necessidade de aporte emergencial, devido, principalmente, às dificuldades concretas que algumas empresas enfrentam”, trouxe o documento do Tesouro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/11/2025

BRASIL FOI LENTO NA REAÇÃO AO TARIFAÇÃO DE TRUMP, DIZ RUBENS BARBOSA

Para ex-embaixador do Brasil nos EUA, governo demorou para contatar a Casa Branca; comércio internacional deixou de ter regras e vive atualmente sob ‘lei da selva’, afirma

Por Juliana Garçon

RIO - A crise advinda do tarifação de Donald Trump pegou o Brasil de surpresa, e o País foi lento na reação, avalia Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil nos EUA. “O Brasil demorou para fazer contato com a Casa Branca” e buscar negociações, criticou, durante evento Enaex 2025 - 43º Encontro Nacional de Comércio Exterior, no Rio de Janeiro.

Segundo Barbosa, o comércio internacional deixou de ter regras e hoje predomina a “lei da selva”, o que cria problemas para países como o Brasil e outras nações em desenvolvimento.



O ex-embaixador do Brasil nos EUA Rubens Barbosa Foto: Felipe Rau/Estadão

O ex-embaixador afirmou ainda acreditar que o acordo entre Mercosul e União Europeia será assinado até o fim de dezembro “mais por questões geopolíticas do que comerciais”, avaliou, após enfatizar os obstáculos do novo cenário do xadrez global. “Novos fatores estão influenciando: meio ambiente — com barreiras protecionistas contra os setores industriais e agrícolas —, emergência da tecnologia — com IA mudando as regras — e a nova corrida nuclear”, disse.

“Estamos vivendo num mundo sem regras” com o enfraquecimento dos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), acrescentou. Segundo Barbosa, o enfraquecimento das organizações está criando problemas para países como o Brasil e outros em desenvolvimento, que não têm força para colocar as suas reivindicações como os países desenvolvidos. “Estamos na lei da selva. Cada um faz o que é de seu interesse.”

Com a ruptura da ordem político-econômica criada no pós-guerra, que era apoiada num sistema baseado em regras, o mundo vive uma situação totalmente nova, avalia o ex-embaixador. O uso da força, apontou, está substituindo as negociações para a obtenção de objetivos políticos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2025

VOLUME DE SERVIÇOS CRESCE 0,6% EM SETEMBRO E REGISTRA OITAVA ALTA SEGUIDA

Resultado veio acima da mediana das estimativas colhidas pelo 'Projeções Broadcast', de alta de 0,4%

Por Fernanda Bompan (Broadcast) e Daniel Tozzi Mendes (Broadcast)

O volume de serviços prestados no País subiu 0,6% em setembro ante agosto, na série com ajuste sazonal. O resultado marcou a oitava alta seguida da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta quarta-feira, 12, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse período de altas seguidas, o setor acumula um crescimento de 3,3%. O período de oito crescimentos mensais consecutivos agora empata com os oito resultados positivos seguidos que ocorreu entre fevereiro e setembro de 2022, quando a alta acumulada do setor foi de 5,6%.

O resultado veio acima da mediana das estimativas colhidas pelo Projeções Broadcast, de alta de 0,4%, com intervalo entre queda de 0,4% e avanço de 0,8%.

Com a alta, o setor funcionava em patamar 19,5% superior ao de fevereiro de 2020, antes do agravamento da crise sanitária no País.



Pesquisa do IBGE registrou alta de 1,2% nos serviços de transportes em setembro Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Na comparação com setembro de 2024, houve avanço de 4,1% em setembro, também já descontado o efeito da inflação. A mediana das projeções dos economistas era de aumento de 3,6%, com intervalo de +1,8% e +4,5%. No ano, a mediana das estimativas era de alta de 2,5%, com piso de +1,9% e teto de +3%.

Três das cinco atividades de serviços registraram ganhos na passagem de agosto para setembro. Os serviços prestados às famílias recuaram 0,5%, enquanto os serviços de informação e comunicação subiram 1,2%.

Houve recuo de 0,6% em serviços profissionais, administrativos e complementares e alta de 1,2% em transportes. Outros serviços, por sua vez, registraram avanço de 1,6% em setembro.

Quatro das cinco atividades de serviços registraram avanço em setembro ante setembro de 2024. Os serviços prestados às famílias recuaram 0,4%, enquanto os serviços de informação e comunicação subiram 4,9%.

Houve avanço de 2,3% em serviços profissionais, administrativos e complementares e alta de 6,1% em transportes. Outros serviços, por sua vez, registraram avanço de 3,0% em setembro, na comparação com setembro de 2024.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/11/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

BNDES FECHA ACORDOS NA COP30 QUE SOMAM R\$ 21 BI PARA PROJETOS SUSTENTÁVEIS

Os recursos vão financiar projetos no Brasil em setores de biocombustíveis, energia renovável e mobilidade urbana

Por Paula Martini, Valor — Rio



— Foto: Nattanan Kanchanaprat / pixabay

Em três dias de COP30, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fechou convênios que somam R\$ 21 bilhões com bancos de fomento da Europa, América Latina e Japão. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (12) em Belém (PA).

Os recursos vão financiar projetos sustentáveis no Brasil em setores de biocombustíveis, energia renovável e mobilidade urbana. De acordo com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, a parceria

com instituições financeiras e outros organismos multilaterais de desenvolvimento é parte central da estratégia de diversificação de recursos da instituição.

“Sobretudo com investimento em projetos que visam colocar o Brasil na liderança global da descarbonização e da promoção da agenda verde, prioridades do governo do presidente Lula”, afirmou por meio de nota.

Os acordos envolveram o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), a Agência Francesa de Desenvolvimento e a Cassa Depositi e Prestiti (CDP), da Itália.

O maior aporte foi do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que ratificou um pacote de US\$ 2,25 bilhões (R\$ 11,93 bilhões na cotação) em três frentes.

Do total, R\$ 2,674 bilhões serão feitos via aporte no Fundo Clima. Outros R\$ 5,348 bilhões serão destinados para apoio a projetos de modernização, expansão e inovação de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) na Amazônia, Cerrado, Caatinga e Pantanal.

Mais R\$ 4,011 bilhões vão ampliar o acesso ao crédito para MPMEs e pequenos empreendedores, além de fomentar a produtividade, gerar empregos e reduzir as desigualdades regionais na Amazônia.

“Estamos falando de quase R\$ 12 bilhões que se traduzem em mais resiliência e empregos para um desenvolvimento sustentável”, afirmou o presidente do BID, Ilan Goldfajn, também em nota enviada pelo BNDES.

As três instituições financeiras da Europa (KfW, AFD e CDP) se organizaram em um convênio para apoiar com R\$ 6,17 bilhões (cerca de 1 bilhão de euros pela cotação atual) os projetos verdes. Com o KfW, também foi firmado um acordo direto para duas captações que somam R\$ 1,729 bilhão destinados a projetos de mobilidade urbana e energia renovável solar e eólica.

Por meio de um convênio com o japonês JBIC, no valor de R\$ 1,069 bilhão (US\$ 200 milhões), o BNDES informou que pretende apoiar projetos de energia sustentável, combustível sustentável de aviação (SAF) e bioetanol e outras áreas para cooperação em proteção ambiental e mudanças climáticas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2025

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DO SUDESTE SERÁ DEBATIDA EM BELO HORIZONTE

Região que concentra indústria do país tem gargalos como saturação de rodovias e falta de integração de modais de transporte

Do Valor



Em outubro, Nordeste foi o tema da série que percorre as cinco regiões do país — Foto: Jarbas Oliveira/Valor

A série de debates “Logística no Brasil”, promovida pelo Valor, com oferecimento de Infra S.A e Ministério dos Transportes, que está percorrendo as cinco regiões do país, discutiu nesta quarta-feira (12), em Belo Horizonte, os desafios e gargalos a serem superados no Sudeste. Com mais da metade do PIB nacional, a maior concentração industrial do Brasil e responsável pela maior parte das exportações brasileiras, o Sudeste enfrenta entraves que limitam sua competitividade e afetam o desempenho de todo o país, como desequilíbrio logístico, saturação das rodovias, ineficiência ferroviária e falta de integração de modais.

Jorge Bastos, presidente da Infra S.A., Gabriel Fajardo, diretor de concessões e parcerias da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) e Flávio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), discutiram a questão, sob mediação de Cibelle Bouças, correspondente do Valor em Belo Horizonte.

Minas Gerais, onde os principais gargalos estão em rodovias e linhas férreas, lançou um plano de logística que prevê R\$ 513 bilhões em investimentos públicos e privados nas próximas três décadas. Estão previstas obras em estradas e ferrovias, projetos dutoviários, iniciativas em aeroportos e ações em hidrovias. Entre as obras de maior porte estão as do Rodoanel Metropolitano, com a construção das alças oeste e norte, que terão 70 km de extensão, e a expansão do metrô de Belo Horizonte.

Plano do Estado de Minas Gerais prevê R\$ 513 bilhões em investimentos públicos e privados em três décadas

O segundo painel tratou do desafio de integrar as regiões do Brasil para trazer competitividade à atividade econômica nos diferentes Estados da federação.

Participaram da mesa, também mediada pela repórter Cibelle Bouças, Adalcir Ribeiro Lopes, diretor adjunto da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Estado de Minas Gerais (Fetcemg); o secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias do Governo de Minas Gerais, Pedro Bruno Barros de Souza; o professor da Fundação Dom Cabral Paulo Resende; e Ana Paula de Souza, coordenadora da Comjovem do Núcleo de Empresários do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg).

O debate é o oitavo da série (o último, em outubro, discutiu a região Nordeste). Esta edição será realizada no auditório Fiemg (avenida do Contorno, 4.456, em Belo Horizonte), e teve transmissão ao vivo nos canais de YouTube, Facebook e LinkedIn do Valor e no YouTube do Ministério dos Transportes.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2025

INVESTIMENTOS EM PORTOS CRIAM NOVAS PERSPECTIVAS LOGÍSTICAS PARA O NORDESTE

Terminais marítimos da região devem receber R\$ 4 bilhões nos próximos anos
Por Domingos Zaparolli — Para o Valor, de São Paulo



— Foto: Arte/Valor

Uma série de investimentos públicos e privados previstos para os próximos anos, que podem superar os R\$ 4 bilhões, irá ampliar a capacidade da infraestrutura portuária no Nordeste, que ganha relevância tanto para escoar a produção agropecuária quanto no recebimento de cargas para o mercado interno. Em 2024, os dez portos organizados e 19 terminais de uso privado (TUPs) da região movimentaram 330 milhões de toneladas de mercadorias, 3,52% acima de 2023, contra expansão nacional de 1,32%, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Neste ano, a alta acumulada até agosto é de 1,14%.



Dois fatores contribuem para essa expansão. O primeiro é que a economia da região vem crescendo acima da média nacional. A Tendências Consultoria projeta avanço anual de 3,2% do PIB nordestino de 2027 a 2034, contra 2,3% para o país. O segundo é que os portos do Nordeste vão assumir um papel ainda mais relevante no escoamento da safra, tanto a produzida no Matopiba - região formada pelas áreas produtoras de grãos de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia - quanto a proveniente do Centro-Oeste, devido aos novos corredores logísticos programados para entrar em funcionamento nos próximos anos.

“A demanda por serviços de transporte aquaviário no Nordeste é crescente e é urgente ampliar a oferta de capacidade portuária”, afirma Alex Sandro de Ávila, secretário nacional de Portos. Em 2024, o Porto do Itaqui (MA) embarcou 17, 8 milhões de toneladas de soja e milho colhidas nessas regiões e recebeu 4 milhões de toneladas de fertilizantes, de acordo com a Antaq. A carga do agronegócio chega ao porto maranhense por meio de caminhões, mas principalmente pelo corredor ferroviário formado pela Ferrovia Norte-Sul - Tramo Norte e pela Estrada de Ferro Carajás.

Novas infraestruturas vão ampliar o transporte de grãos aos portos nordestinos. A Ferrovia Transnordestina, que ligará o Matopiba ao porto do Pecém (CE), tem previsão de entrar em operação gradualmente entre 2027 e 2028. No final de outubro o governo federal lançou o edital para a construção do trecho da ferrovia entre Salgueiro (PE) e o Porto de Suape (PE).

Em 2026, o Ministério dos Transportes prevê realizar a licitação do corredor ferroviário Leste-Oeste, formado pelas ferrovias de integração Centro-Oeste (Fico) e Oeste-Leste (Fiol), interligando Lucas do Rio Verde (MT) a Ilhéus, no sul da Bahia.

Duas hidrovias também estão nos planos. A do Parnaíba, 924 km navegáveis entre Uruçuí, no centro produtor de grãos piauiense, e o novo porto do Piauí, que está sendo constituído pelo governo do Estado em Luís Correia. E a Hidrovia do Rio São Francisco, com 1.371 km entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), que o Ministério dos Portos e Aeroportos (Mpor) pretende licitar no final de 2026. A hidrovia prevê a conexão em Juazeiro com a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), que transportaria a carga até o porto de Aratu (BA), e também com a Fiol em Cariacá (BA), podendo chegar à Ilhéus ou Aratu, com um novo trecho ferroviário partindo de Jequié (BA).

O Nordeste vive uma expansão do modal para o transporte marítimo. Investimentos previstos incluem R\$ 350 milhões da União para obras como dragagens dos portos de Suape (PE), Recife e Natal. Há outros R\$ 184,75 milhões já contratados em 11 leilões de terminais portuários realizados desde 2023, entre eles três de grãos sólidos em Recife e três de grãos líquidos e um de sólidos em Maceió, além de terminais de passageiros em Maceió e Fortaleza (CE).

Até o final de 2026 estão previstos leilões que devem estimular investimentos de R\$ 647,25 milhões. Vão ao pregão dois terminais de grãos sólidos - um em Itaqui (MA) e outro em Natal -, um de contêineres em Fortaleza e um terminal de passageiros no do Recife. As iniciativas também contemplam R\$ 1,6 bilhão da APM Terminals, subsidiária da Maersk, em um terminal em Suape com capacidade para 400 mil TEUs (contêineres de 20 pés) por ano, previsto para 2026. O Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), em Itaqui, vai receber R\$ 1,16 bilhão para expansão. Sua capacidade anual irá passar de 15 milhões de toneladas para 23,5 milhões de toneladas.

Esse investimento pode reduzir as filas de navios para atracação, principalmente no escoamento da safra, quando chegam a 35 dias. “E cada navio parado apresenta um custo de US\$ 30 mil a US\$ 40 mil por dia”, diz o operador portuário Admar Pereira, da Ziran Logística.

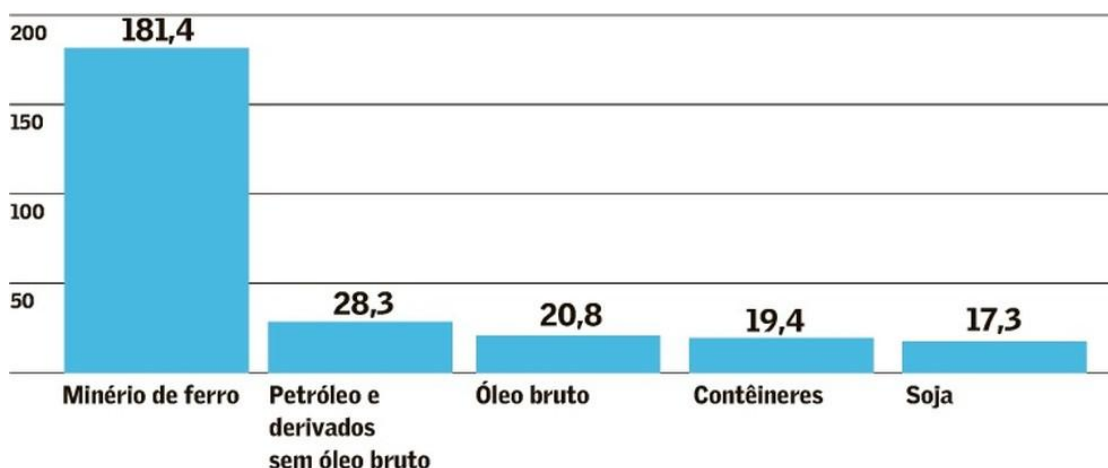
Para Maurício Laranjeira, gerente de políticas industriais da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), o novo terminal de contêineres em Suape deve atrair novas linhas marítimas e diversificar rotas de transporte, principalmente com Estados Unidos e Ásia. “É mais oportunidade de mercado para a economia pernambucana”, diz.

Plano para Aratu prevê que agente privado procure investidores

O volume de investimentos portuários públicos e privados que estão previstos para o Nordeste pode ser ainda maior, caso o Ministério de Portos e Aeroportos consiga levar adiante seu plano de expandir o porto de Aratu-Candeias (BA) por meio de uma concessão no modelo Landlord Port, onde o Estado manterá a propriedade do terreno e da infraestrutura básica e transferirá a um agente privado a tarefa de viabilizar o desenvolvimento de áreas e a atração de investidores para projetos greenfield d novos cais, berços e terminais.

Movimentação portuária

Principais grânéis sólidos e líquidos nos portos do NE - em mi de ton



Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

— Foto: Arte/Valor

“O projeto está em fase final de elaboração e encaminharemos ao Tribunal de Contas da União [TCU] no primeiro semestre de 2026”, diz Alex Sandro de Ávila, secretário nacional de Portos. A ideia é realizar o leilão de concessão no próximo ano. O secretário, no entanto, prefere ainda não detalhar a proposta, que pode envolver contratos de concessão de até 70 anos.

“Aratu e Itaqui [MA] são os portos com maior disponibilidade de áreas para projetos greenfield [na região] e vão ter papel importante na expansão da infraestrutura portuário do Nordeste”, afirma Ávila.

Para Carlos Henrique Passos, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), os portos do Nordeste, em geral, possuem boa estrutura e muitos, como Aratu, têm potencial de expansão com novos terminais. A região, porém, peca por dificuldade de acesso terrestre aos portos. “Falta conectividade intermodal”, afirma.

Uma das reivindicações do setor produtivo é a modernização e duplicação das BRs 101 e 116, que atendem a maioria dos portos da região. Outra reivindicação é a revitalização de malhas ferroviárias existentes, como as ferrovias Centro-Atlântica (FCA) - que liga Belo Horizonte ao porto de Aratu e apresenta velocidade média de 11 km/h - e Transnordestina Logística (FTL), que interliga os portos do Itaqui, Pecém, Fortaleza e passa por Teresina (PI), com trens que viajam em média a 7,1 km/h, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2025

CABOTAGEM AVANÇA NO NORDESTE COM NOVAS LINHAS E CUSTO MENOR

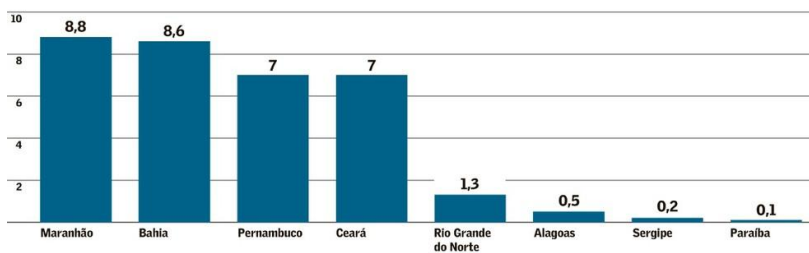
Em Pecém (CE) e Suape (PE), 82% e 72% dos contêineres movimentados, respectivamente, são pelo modal, segundo a Antaq

Por Vladimir Goitia — Para o Valor, de São Paulo

BR do Mar

Movimentação de cargas por cabotagem no primeiro semestre

Milhão de toneladas



Evolução - em %

Origem	2022	2023	2024	Destino	2022	2023	2024
Maranhão	-10	12	-4	Ceará	-4	12	7
Bahia	54	34	-18	Bahia	28	67	-16
Pernambuco	25	20	15	Pernambuco	9	-30	-16
Ceará	-68	-8	208	Rio Grande do Norte	17	-24	-1
Rio Grande do Norte	9	-35	-51	Alagoas	24	7	6
Alagoas	26	25	9				

Fontes: Abac e Antaq

Custo menor de transporte e a ampliação de escalas marítimas, entre outros fatores, têm feito a cabotagem avançar no Nordeste. Segundo operadores, há cada vez mais adesão essa modalidade de transporte, bem presente nos portos de Pecém (CE) e Suape (PE), dois dos mais importantes da região, onde 82% e 72% dos contêineres movimentados, respectivamente, são por cabotagem, de acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

E há espaço para crescimento. Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indica que menos de um terço das indústrias do Nordeste utilizam o modal. Mesmo assim, impulsionado pela posição geográfica da região, o transporte de volumes consideráveis de mercadorias de alto valor agregado (eletrônicos e produtos industrializados) e de consumo (alimentos, bebidas, vestuário) por embarcações que fazem a navegação costeira no Nordeste saltou de 8,94 milhões de toneladas, em 2021, para pouco mais de 10 milhões de toneladas em 2024.

Luis Fernando Resano, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), defende que esse avanço se deve também ao menor custo para distâncias acima de 1,5 mil km. O modal ainda é considerado mais seguro, com índice de roubo praticamente nulo, e tem oferta de serviço porta a porta.

“Quando se avalia o impacto econômico da cabotagem, é importante considerar que a redução de custos não se limita ao valor do frete, mas a toda eficiência gerada pelo modelo marítimo”, diz Felipe Gurgel, diretor comercial da Log-In Logística Integrada, que atua na região. Segundo ele, o modal traz ganhos em previsibilidade, segurança e controle operacional, com menor incidência de avarias, redução de riscos logísticos e, em consequência, redução nos custos de seguros.

“Redução de custos não se limita ao valor do frete, mas a toda eficiência gerada pelo modelo marítimo”

— Felipe Gurgel

A empresa registrou crescimento de 36% no volume de cargas destinadas aos portos nordestinos entre 2021 e 2024, reflexo de um relativo fortalecimento da infraestrutura portuária e de uma maior adesão das empresas locais a esse modal. Gurgel afirma que, desde 2023, cerca de 68,5% de toda a carga movimentada pela companhia por cabotagem teve origem ou destino entre os portos da região.

Ainda há entraves, porém. Segundo a CNI, empresários locais citam principalmente incompatibilidade geográfica com rotas existentes (45%), indisponibilidade de serviços regulares (39%), tempo de trânsito elevado (15%) e distância entre fábricas e portos (15%). Infraestrutura portuária insuficiente, qualidade de estradas que prejudicam o acesso aos terminais e limitada

integração multimodal, que aumentam custos e tempo de transporte, também são citados como parte dos problemas.

A Log-In recentemente lançou uma nova escala em Suape, ampliando a capacidade de atendimento, e a Aliança Navegação & Logística destaca que a movimentação no porto deverá ficar ainda maior com o início das operações da APM Terminals Suape, primeiro porto 100% eletrificado da América Latina, que entrará em operação no segundo semestre de 2026. Suape bateu recorde nos primeiros sete meses do ano, com pouco mais de 389 mil TEU's (unidade de medida para a capacidade de carga de contêineres marítimos) movimentados.

“Com localização privilegiada, infraestrutura modernizada e eletrificada e uso de tecnologia de ponta e soluções sustentáveis, o terminal será ponto-chave na integração das cadeias produtivas do Nordeste”, diz José Roberto Duque, diretor comercial da Aliança Navegação & Logística. “Para que a cabotagem seja mais utilizada no Nordeste, é necessário avançar em investimentos em infraestrutura, ampliar linhas, reduzir custos e burocracia e fortalecer a integração tecnológica e logística, garantindo maior competitividade e eficiência frente a outros modais”.

Duque completa afirmando que a modernização tecnológica dos terminais tem ritmo desigual, com poucos portos totalmente automatizados ou eletrificados. Gurgel, da Log-In, cita ainda os custos operacionais elevados nos portos da região. O executivo, por outro lado, afirma que o programa BR do Mar, do governo federal, tem contribuído para a expansão das operações. A companhia, afirma, aumentou sua capacidade ofertada na região em mais de 75% desde que o programa foi lançado.

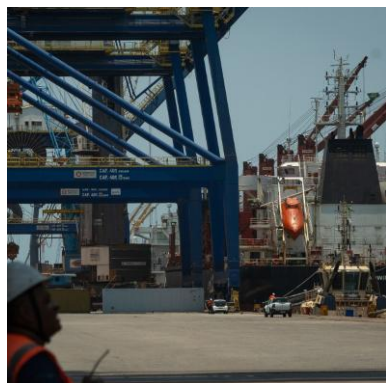
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2025

SEM HIDROGÊNIO VERDE, PORTO DE PECÉM MIRA NOVAS ROTAS

Viagem do Ceará para a China caiu 50% após linha direta ser aberta

Por Yan Boechat — Para o Valor, de São Paulo



Movimentação de contêineres em Pecém cresceu 37% no primeiro semestre — Foto: Yan Boeachat/Valor

Em Pecém (CE), o sonho de liderar a transição energética dá lugar ao realismo: rotas para a China, mais cabotagem e uma aposta na ferrovia Transnordestina. Maximiliano Quintino, um típico cearense que gosta de boas piadas mesmo em momentos ruins, não pôde esconder o pessimismo poucas semanas após assumir a presidência do Complexo do Porto de Pecém, um dos principais vetores de crescimento econômico do Ceará. Mal havia assumido o cargo, no começo deste ano chegou a notícia de que o Operador Nacional do Sistema (ONS) não iria autorizar o envio da energia necessária para

transformar o complexo no maior produtor de hidrogênio verde (H2V) do mundo.

Com a Europa sob o impacto da invasão russa à Ucrânia aliada às pressões ambientais, o H2V havia se transformado na panaceia aos problemas globais de energia no início da década. Empresas de todo o mundo anunciaram investimentos em Pecém, assinaram contratos de reserva de terrenos e planejavam inundar a Europa com o combustível mais verde de planeta. “Eu ainda acredito no projeto, mas acho que talvez tenha havido um otimismo um pouco exagerado por conta do contexto do momento”, avalia o executivo.

Max, como é chamado, percebeu que o encontro das esperanças com a realidade não traria resultados rápidos. “É claro que foi duro perceber que a energia não ia chegar, que os custos de produção eram muito altos e que os compradores potenciais já não estavam tão animados como antes com o hidrogênio verde”, diz. “Mas Pecém é tão grande que eu sempre pensei que o nosso caminho era diversificar nossa operação”.

Neste seu primeiro ano de gestão, Max considera como um dos seus maiores trunfos a expansão das rotas de longa distância, ligando o porto a destinos como o extremo oriente, o subcontinente asiático e os Estados Unidos. “Mais de 60% das nossas cargas são cabotagem e nós podemos usar isso a nosso favor por conta da nossa localização”, diz. A ideia era encurtar as rotas longas e transformar Pecém numa espécie de hub, para dali muita coisa ser distribuída Brasil afora.

No primeiro semestre, Pecém ampliou em 37% o volume de movimentação de contêineres; a movimentação de carga geral subiu 7%. O crescimento se deu graças a uma nova rota ligando a China ao Ceará, o que permitiu uma redução de 50% no tempo de transportes. E com a experiência da cabotagem, boa parte que chega em contêineres em Pecém segue para portos menores brasileiros.

O porto também se prepara para ver a sua movimentação de granéis sólidos crescer de forma exponencial nos próximos anos. Por isso, está investindo mais de R\$ 1,2 bilhão para expandir terminal, totalmente offshore, já no próximo ano, aguardando a entrada em operação da Transnordestina. A expectativa da CSN - a concessionária constrói e vai operar a ferrovia - é que partir de 2027 a movimentação no porto aumente em ao menos 6 milhões de toneladas, o equivalente a 30% de tudo que Pecém movimentou no ano passado.

“Antes de 2040 imaginamos que estaremos movimentando 20 milhões de toneladas pelo porto”, afirma o presidente da Transnordestina, Tufi Daher Filho.

Max diz estar empolgado com projetos como esse e outros que estão surgindo por conta da localização do porto e sua vasta área de expansão para unidades industriais, como os projetos de construção de mega datacenters para atender o mercado americano. “Mas nós ainda acreditamos no hidrogênio verde. Estamos prontos para que esse projeto vingue de verdade”, afirma.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2025

UNIÃO PROJETA R\$ 100 BILHÕES EM LOGÍSTICA PARA ACELERAR ECONOMIA NORDESTINA

Plano prevê melhorar rodovias estruturais da região e criação de corredor ferroviário

Por Vinicius Konchinski — Para o Valor, de Curitiba



Marina Falcão (Valor), Flavio Ataliba (FGV), José Arlan Silva Rodrigues (Fetranslog-CE) e Cloves Eduardo Benevides (Ministério dos Transportes) — Foto: Jarbas Oliveira/Valor

O governo federal planeja viabilizar pelo menos R\$ 100 bilhões em investimentos em melhorias logísticas no Nordeste para acelerar o crescimento econômico da região. O valor inclui ampliação de ferrovias e melhorias em rodovias. O montante foi revelado pelo secretário executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, durante evento realizado em Fortaleza pela série de debates Logística no Brasil, promovida pelo Valor, com oferecimento de Infra S.A. e Ministério dos Transportes.

De acordo com Santoro, o Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050), em elaboração no Ministério dos Transportes, deve prever um corredor ferroviário leste-oeste, passando pelo Nordeste. A obra promoveria a interligação das ferrovias de integração do Centro-Oeste (Fico) e Oeste-Leste (Fiol), projetada para ligar o Tocantins a Ilhéus (BA). O projeto deve custar R\$ 60 bilhões, incluindo a modernização de trechos de ferrovias já existentes, e deve começar a ser licitado em 2026.



“O projeto do corredor leste-oeste está passando por alguns ajustes em sua modelagem. Até dezembro, ele estará na ANTT [Agência Nacional de Transportes Terrestres] para, no início do ano [2026], ser enviado ao TCU [Tribunal de Contas da União]. Muito provavelmente, o edital será publicado no primeiro semestre do ano que vem”, detalhou o secretário.

Ele também destacou investimentos planejados na Ferrovia Minas-Bahia e na Transnordestina. Tufi Daher Filho, diretor-presidente da Transnordestina Logística, que constrói a linha férrea, disse que ela iniciará a operação comercial em 2027. Serão feitos transportes de cargas como soja, milho, farelo de soja e calcário entre Bela Vista do Piauí (PI) e Iguatu (CE).

Há ainda R\$ 40 bilhões em investimentos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Parte disso inclui obras rodoviárias na região, como a duplicação das BRs 101, 304 (de Natal a Mossoró/RN) e 104 (entre Alagoas e Pernambuco).

José Arlan Silva Rodrigues, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Nordeste (Fetranslog-CE), destacou que esses investimentos são urgentes, já que 1.017 dos 2.446 pontos críticos identificados em estradas do país, de acordo com a última edição da Pesquisa de Rodovias da CNT (Confederação Nacional do Transporte), de 2024, ficam no Nordeste - ou seja, 41% do total.

O presidente da estatal Infra S.A., Jorge Bastos, acrescentou que esses e os outros investimentos que serão previstos no PNL 2050 podem contribuir para que o Nordeste destrave seu potencial econômico. “Para crescer, é preciso planejamento de longo prazo”, disse. “O Nordeste é um território de grandes potencialidades. Mas para que esse potencial se converta em desenvolvimento, é preciso investir na infraestrutura de transporte e logística.”

Flavio Ataliba, economista da Fundação Getulio Vargas (FGV), lembrou que a região concentra 27% da população nacional, mas só produz o equivalente a 14% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Ressaltou também que o Nordeste, nos últimos dez anos, cresceu mais que a média nacional. Ainda assim, no atual ritmo, demoraria 180 anos para conseguir elevar sua participação no PIB ao mesmo patamar de sua participação na população. Para ele, é preciso acelerar o crescimento do Nordeste - e confirma a importância da melhoria do transporte para que isso ocorra.

Fabiano Chaves da Silva, subsecretário de Planejamento de Longo Prazo do Ministério do Planejamento e Orçamento, disse que, com um melhor sistema de transporte, o Nordeste pode se tornar polo de novas atividades econômicas, podendo inclusive virar um polo de vendas internacional de energia renovável em forma de hidrogênio verde.

Essa atividade é vista como estratégica pelo governo federal para aumentar a relevância nordestina na pauta de exportação - hoje, a região responde por 7% das vendas brasileiras ao exterior - e para a criação de uma nova cadeia de empregos. Para Silva, isso demanda melhorias logísticas. “Há a possibilidade de exportar essa energia por meio de portos”, disse, lembrando que o embarque ao exterior é feito por meio da conversão do hidrogênio em amônia.

Já Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, disse que o planejamento da logística também vai reduzir as emissões com uso mais racional dos diversos modais. “A ampliação do uso do transporte aquaviário e ferroviário vai impactar nas emissões.”

Santorio ressaltou que todas essas mudanças dependem de obras e que o PNL 2050 considerará limites orçamentários do governo federal para que não sejam listados “trilhões de projetos que nunca serão executados”. O secretário disse que o setor privado tem potencial para colaborar com projetos para se beneficiar com as melhorias que eles trarão ao país.

O debate foi mediado por Marina Falcão, repórter do Valor.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2025

RUMO AOS 160 MIL PONTOS, IBOVESPA SURPREENDE COM RECORDES EM SÉRIE

Se fatores externos eram os principais responsáveis pela valorização da bolsa brasileira até outubro, nas últimas semanas quem assumiu o protagonismo foram as questões domésticas

Por Maria Fernanda Salinet, Valor — São Paulo



Jerson Zanlorenzi, chefe da mesa de ações e derivativos do BTG Pactual: alta muito forte na bolsa só acontece pela combinação de vários fatores — Foto: Rogério Vieira/Valor

A sequência expressiva de recordes alcançada pelo Ibovespa nos últimos dias surpreendeu participantes do mercado. Se fatores externos eram os principais responsáveis pela valorização da bolsa brasileira até outubro, nas últimas semanas quem assumiu o protagonismo foram as questões domésticas. O principal índice da bolsa brasileira atingiu a 15ª sessão consecutiva de alta na sessão de ontem, ao subir 1,60%, aos 157.749 pontos. Esse foi, inclusive, o 12º recorde de fechamento consecutivo do indicador.

Somente nessas últimas 15 sessões, o Ibovespa saltou 9,5%. Parte do bom desempenho da bolsa local guarda relação com as expectativas renovadas dos agentes em torno da política monetária, diante das apostas de que o ciclo de flexibilização da Selic deve, enfim, ter início no primeiro trimestre de 2026. Essa percepção, inclusive, foi reforçada pela leitura abaixo do esperado do IPCA de outubro e pelos sinais mais suaves emitidos pela ata da reunião de semana passada do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC).

“A bolsa até pode cair por algum motivo específico, mas uma alta muito forte só acontece pela combinação de vários fatores”, afirma Jerson Zanlorenzi, chefe da mesa de ações e derivativos do BTG Pactual. A soma de ações descontadas e crescimento dos resultados corporativos explica a sequência de 15 pregões consecutivos de alta, em um ambiente de forte apetite global por ativos de risco em mercados emergentes.

“Mas o movimento não é só no Brasil. Fomos varridos por esse otimismo com emergentes. Bolsa barata e fluxo internacional fizeram o mercado andar no primeiro semestre”, observa Zanlorenzi, em um ambiente que ainda contempla duas reduções nos juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e um aumento da probabilidade de mais um corte no fim deste ano.

O profissional do BTG observa que, desde setembro, o mercado passou a precificar o início do ciclo de cortes da Selic. Para ele, inclusive, o tamanho do futuro ciclo de alívio na Selic será até mais relevante do que o momento exato em que o BC começará a reduzir as taxas, seja em janeiro ou março.

“Há chance de o BC promover um ciclo de cortes mais intenso, já que o mercado costuma subestimar a sua magnitude. Podemos ver a Selic cair para 11%”, afirma Zanlorenzi. “Mas, mesmo que a taxa no fim do ciclo fique em 12% — nosso cenário-base —, isso ainda representaria uma redução de 3 pontos percentuais no próximo ano, o suficiente para trazer de volta investidores institucionais e pessoas físicas, que ficaram totalmente de fora da renda variável.”

O retorno desses perfis de alocadores pode estar apenas no início, explica Zanlorenzi. Os sinais da mudança de comportamento são vistos, primeiro, na diminuição dos fluxos de renda fixa e no aumento de aportes em fundos multimercados para, assim, serem observados na bolsa local.

A visão é compartilhada por João Caruso, cogestor e analista de renda variável da Vinland Capital, para quem a queda dos juros pode até ser, eventualmente, antecipada diante dos números de inflação mais favoráveis. Assim, a bolsa tende a responder à mudança na política monetária, o que seria favorável para as empresas ligadas ao ciclo econômico.

“À medida em que os juros caem, tem muito espaço para a bolsa andar, tanto pela melhora na condição de lucratividade das companhias quanto pela procura do investidor por maior risco quando de fato as taxas caírem. É uma combinação explosiva”, diz Caruso. “Não é porque a bolsa subiu que não pode subir mais. Podemos ver níveis acima do que vemos hoje, sem contar com as questões eleitorais, que não estão precificadas ainda”, enfatiza.

No contexto de Ibovespa nas máximas, outros papéis têm acompanhado. De acordo com os cálculos do Valor Data, 18 ações de empresas que compõem o índice também estão em nível recorde — casos dos papéis preferenciais do Itaú Unibanco, das units do BTG e das ações ordinárias da Equatorial e da Sabesp.

Ainda que tenha subido de forma bastante expressiva recentemente, a bolsa brasileira ainda negocia a 9,5 vezes o preço sobre lucro (P/L), longe da máxima de 11,5 vezes, segundo cálculos do BTG.

O estrategista de ações da Genial Investimentos, Filipe Villegas, também defende que a bolsa segue com preços atrativos, juntamente com uma combinação de temporada de balanços sólidos. “O que justificou essa última pernada de alta mais forte foi a expectativa de inflação mais baixa no Brasil, que foi o grande divisor de águas”, diz. “Considerando que a Selic pode ficar abaixo de 12%, há um motivo para vermos esse movimento bastante positivo na bolsa brasileira”, acrescenta.



Filipe Villegas, da Genial: considerando que a Selic pode ficar abaixo de 12%, há um motivo para esse movimento positivo na bolsa — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

Outro motivo considerado essencial para a trajetória dos mercados no país é a corrida eleitoral de 2026. Para Caruso, da Vinland, embora a eleição esteja bastante distante, as narrativas e movimentos das últimas semanas em torno das sondagens eleitorais acabaram provocando um ajuste na curva de juros, o que teve reflexos na bolsa.

Levantamentos de alguns institutos que têm sido acompanhados diariamente por participantes do mercado indicaram perda de fôlego na popularidade do governo — o que contribuiu, ainda que marginalmente, para o bom desempenho dos ativos domésticos.

Caruso explica que as ações consideradas de “duration” mais longo, ou seja, mais sensíveis a mudanças nas taxas de juros de longo prazo, sentem mais os ruídos eleitorais. “É longo o caminho de definição de eleição e deve ter volatilidade à medida em que os candidatos forem escolhidos.”

Já Villegas, da Genial, aponta que o mercado segue acompanhando o processo eleitoral e que as pesquisas recentes sobre o pleito influenciaram, em alguma medida, o rali do Ibovespa. Para ele, a possibilidade de alternância do poder pode impulsionar as ações brasileiras. “As declarações do governo sobre a operação no Rio [contra o Comando Vermelho] repercutiram mal. Isso pode afetar a aprovação do governo. A oposição tem uma outra frente para trabalhar nesse próximo ano”, afirma.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 12/11/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MSC CRUZEIROS ENCOMENDA 2 NOVOS NAVIOS DA CLASSE WORLD A ESTALEIRO FRANCÊS

Da Redação Indústria naval 12/11/2025 - 18:47



A MSC Cruzeiros e o estaleiro Chantiers de l'Atlantique anunciaram, nesta quarta-feira (12), em Saint-Nazaire, na França, a contratação de dois navios da Classe World para entregas em 2030 e 2031, durante o lançamento ao mar do MSC World Asia e a cerimônia da moeda do MSC World Atlantic. As duas embarcações encomendadas vão custar 3,5 bilhões de euros, e a previsão é de que a construção seja iniciada em 2029.

O novo pedido eleva a quase 7 bilhões de euros o investimento da MSC Cruzeiros em quatro navios encomendados na França em 2025. Somados aos navios da mesma classe já em construção no estaleiro francês, o total das encomendas chega a 10,5 bilhões de euros.

O presidente executivo da divisão de cruzeiros do grupo MSC, Pierfrancesco Vago, afirmou que a empresa considera que a Classe World pode estabelecer novos padrões para o futuro dos cruzeiros, porque os navios estão entre os mais eficientes do em termos energéticos. "Seguimos comprometidos com o uso do GNL, preparando-nos para os combustíveis renováveis do futuro", disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 12/11/2025

EQUINOR VENDE PARA PRIO PARTICIPAÇÃO NA OPERAÇÃO EM PEREGRINO

Da Redação Offshore 12/11/2025 - 18:31



A Equinor anunciou, na última terça-feira (11), ter concluído a venda para o grupo brasileiro Prio de sua participação de 40% na operação do campo de Peregrino, na Bacia de Campos. Como resultado da transação, que envolveu 2,33 bilhões de dólares, a Prio passa a ser a única operadora do campo.

Segundo a Equinor, o negócio foi feito em duas fases. Na primeira, a Prio deu sinal de 335 milhões de dólares; na segunda, após ajustes referentes ao depósito pago e ao fluxo de caixa recebido pela Equinor após a data efetiva da

transação, a empresa norueguesa recebeu 1,55 bilhão de dólares. A companhia explicou que o depósito de 335 milhões na assinatura do contrato incluiu tanto a participação de 40% quanto outra, de 20%.

O vice-presidente executivo de exploração e produção Internacional da Equinor, Philippe Mathieu, disse que a negociação envolvendo o campo de Peregrino faz parte da estratégia da empresa de otimizar seu portfólio internacional, vendendo ativos maduros para investir em outros considerados com potencial de valorização a longo prazo. "Com o fechamento dessa parte da transação, estamos transferindo a operação de Peregrino para a Prio e realizando um valor significativo para a Equinor", disse Mathieu.

Mathieu explicou que o Brasil continua sendo considerado central para a Equinor, que iniciou em outubro a produção no campo de Bacalhau, seu maior campo offshore internacional. Além disso, a empresa comprou dois blocos de exploração da Bacia de Campos considerados promissores por ela.

A companhia informou que o campo de Peregrino era um dos mais importantes de seu portfólio internacional desde o início da produção, em 2011. Segundo a Equinor, o campo produziu aproximadamente 300 milhões de barris de petróleo. "Gostaria de expressar minha gratidão aos nossos colaboradores, parceiros e fornecedores pela contribuição para o sucesso de Peregrino ao longo dos anos", disse Verônica Coelho, vice-presidente sênior e gerente nacional da Equinor Brasil.

Segundo Verônica, a presença da Equinor no segmento de óleo e gás no Brasil continua com o campo de Bacalhau, o projeto de gás Raia e a parceria com a Petrobras no campo de Roncador. A vice-presidente explicou que a empresa continua também aumentando sua participação em projetos de exploração de energias renováveis.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2025

PARECER DO PL DA RECICLAGEM ESTÁ PRONTO PARA ENTRAR NA PAUTA DA CCJC

Por Danilo Oliveira Indústria naval 12/11/2025 - 16:07



Relator recomendou aprovação do substitutivo da CVT com ajustes pontuais e rejeitou proposta de emenda sobre regime especial de tributação para atividade

O deputado Claudio Cajado (PP/BA) apresentou, na última terça-feira (11), à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o relatório do projeto de lei 1.584/2021, que trata da reciclagem de embarcações. Agora, a matéria está pronta para entrar na pauta da comissão da Câmara dos Deputados. Passando na CCJC, o texto será encaminhado ao Senado e, se não houver nenhuma

emenda, vai direto à sanção presidencial para promulgação da lei. Cajado votou pela aprovação do substitutivo aprovado na Comissão de Viação e Transportes (CVT), pelo entendimento de que é o que melhor atende à exigência de harmonização ao ordenamento jurídico vigente. Ele também votou pela rejeição da emenda apresentada à CCJC pela deputada Caroline de Toni (PL/SC).

A proposta de emenda da deputada Caroline de Toni foi a única apresentada no período de proposições da CCJC, em agosto. Ela visa alterar a redação do artigo que trata do regime especial de tributação aplicável na aquisição das embarcações e no fornecimento de serviços destinados às atividades de descomissionamento, desmantelamento, descarte ou reciclagem, a serem realizados em estaleiros nacionais autorizados. "Verifica-se que [esta emenda] é inadmissível, considerando que o seu teor promove modificação de mérito, o que não se mostra cabível neste colegiado, cuja atribuição encontra-se restrita à análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições em tela", justificou o relator.

Em seu parecer, o relator recomendou a harmonização das disposições do projeto original e do substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) aos termos da Convenção Internacional para a Reciclagem Segura e Ambientalmente Adequada de Navios (Hong Kong Convention), que entrou em vigor em 26 de junho de 2025, quatro anos após a edição do projeto de lei. Na CVT, o parecer do PL 1.584/2021 foi aprovado no último dia 17 de junho.

O relator citou que o parecer da CVT apontou a necessidade de alguns ajustes no texto legal, por meio de substitutivo, além de ressaltar que a adesão do Brasil a essa convenção é indispensável para que os brasileiros possam efetuar reciclagem de embarcações de bandeiras de países



aderentes. A CVT também havia mencionado que os requisitos já haviam sido cumpridos e a Convenção de Hong Kong já teria efeito a partir de 26 de junho de 2025.

A CVT também salientou que, independentemente da adesão do Brasil à convenção, o país deve adotar práticas compatíveis com as adotadas internacionalmente, a fim de facilitar o controle de embarcações estrangeiras em águas sob jurisdição nacional e, ao mesmo tempo, o tráfego de embarcações brasileiras em águas sob jurisdição de outras nações. O substitutivo da CVT também reforçou a obrigação de as embarcações estrangeiras cumprirem as exigências da convenção referentes ao inventário de materiais potencialmente perigosos. Para as embarcações existentes, a comissão optou por uma transição 'mais suave', remetendo a regulamento o início da exigência do inventário de materiais potencialmente perigosos.

O parecer do deputado Cajado apontou ainda a necessidade de correções nos artigos 13 a 15 do substitutivo da CVT, que correspondem aos artigos 17 a 19 do projeto original e do substitutivo da CMADS, que tratam dos instrumentos econômicos da política pública. O relator explicou que o ajuste é referente a disposições que, por seu caráter meramente autorizativo, revelam-se 'injurídicas'.

Um dos artigos estabelece que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo; estruturação de sistemas de reciclagem de embarcações e de logística reversa; desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis à reciclagem de embarcações; e desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

O relator observou que essas disposições preveem que apenas o poder público e instituições oficiais de crédito poderão exercer competências que já são suas, sem trazer inovação do ordenamento jurídico, pois tais competências já estão previstas em normas vigentes. A medida abrange a inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de critérios gerais, diretrizes e prioridades de empréstimo e de subvenção dos bancos públicos e das demais entidades financeiras públicas.

Cajado acrescentou que a Constituição Federal já prevê que a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento deverá ser estabelecida na LDO. "A criação pelas instituições financeiras públicas de linhas de crédito com juros subsidiados depende de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual depende de iniciativa do poder executivo", comentou. O relator também considera necessário o aprimoramento do artigo 5º do substitutivo da CVT que dispõe que "qualquer embarcação fundeada ou atracada em um porto, fundeadouro ou estaleiro é de responsabilidade do responsável por ela, independentemente do seu estado de conservação".

Antes da CCJC, o texto do PL recebeu parecer favorável nas comissões de Viação e Transportes (CVT), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). O PL tem objetivo de promover as atividades de desmantelamento e reciclagem de embarcações e estruturas offshore de forma segura e ambientalmente correta. A proposta foi apresentada em abril de 2021, pelo então deputado Coronel Armando (PL-SC), que não conseguiu se reeleger. O projeto prevê, entre outros pontos, regras detalhadas voltadas aos estaleiros de reciclagem, armadores, Marinha e órgãos ambientais. As regras se aplicam a todas as embarcações em águas jurisdicionais brasileiras (AJB), incluindo plataformas flutuantes ou fixas de petróleo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2025

PARANAGUÁ RECEBE AUTORIZAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DO CALADO PARA 13,3M **Da Redação Portos e logística 12/11/2025 - 16:08**

A Portos do Paraná recebeu autorização da praticagem e da Marinha para receber em seus berços 216 e 218 navios porta-contêineres com calado de até 13,3 metros, 0,5 metro a mais do que era permitido antes. Com isso, a autoridade portuária informou que as embarcações podem carregar até 400 TEUs a mais em cada atracação. "Queremos estimular a chegada de meganavios, como os de



366 metros de comprimento”, explicou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

A ampliação foi publicada na primeira semana de novembro em portaria divulgada pela Portos do Paraná, que creditou a autorização às obras de derrocagem concluídas no ano passado e às dragagens contínuas. Segundo a empresa, a medida representa vantagem competitiva para operadores, que podem agora movimentar mais carga sem acréscimo de custos.

A previsão é de que, nos próximos cinco anos, o calado do canal de acesso ao Porto de Paranaguá seja aumentando ainda mais para atingir 15,5 metros. Essa ampliação está prevista no edital do leilão para a concessão do canal, vencido pelo Consórcio Canal da Galheta Dragagem, formado pelas empresas FTS Participações Societárias, Deme Concessions NV e Deme Dredging NV. Está estipulado também que o calado terá que ser mantido nesse nível nos 25 anos de vigência do contrato de concessão.

O acordo, informou a Portos do Paraná, estabelece ainda desconto de 12,63% na taxa Inframar, paga pelas embarcações para acessar os portos e que a arrendatária só receberá a tarifa completa e poderá pedir reajustes após cumprir o cronograma de melhorias previsto no edital e no contrato de concessão. Entre as exigências estão a realização de estudos e levantamentos hidrográficos, dragagem, derrocagem, instalação de sinalização e ações de manutenção e modernização. O investimento previsto é de R\$ 1,23 bilhão, a ser executado nos cinco primeiros anos do contrato, que terá vigência de 25 anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2025

SAAM APURA LUCRO DE US\$ 64 MILHÕES EM 9 MESES

Da Redação Portos e logística 11/11/2025 - 22:14



A Saam, empresa que atua no mercado de rebocadores, divulgou, na última sexta-feira (7), que registrou, de janeiro a setembro, lucro de 64 milhões de dólares, o que representou 48% a mais que o apurado no mesmo período do ano anterior. O Ebitda atingiu 158 milhões de dólares, com aumento de 15%. A receita total cresceu 8% e foi de 463 milhões de dólares.

No terceiro trimestre, segundo a empresa, o lucro ficou em 24 milhões de dólares, com alta de 97% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a receita cresceu 12% e chegou a 161 milhões de dólares, com Ebitda de 58 milhões de dólares, 23% a mais que em 2024.

O gerente geral da companhia, Macario Valdés, disse que os resultados refletiram o aumento da atividade, a diversificação de serviços e aumento da eficiência operacional tanto em reboque portuário como em logística aérea. “Tomamos medidas importantes para consolidar nossas capacidades operacionais”, afirmou.

Entre os destaques do período, segundo a companhia, estão o início das operações do primeiro rebocador elétrico da América Latina, em Puerto Chacabuco, no Chile, e a incorporação de dois novos rebocadores à frota destinados ao Chile e ao Peru. Além disso, em agosto a Saam Towage registrou o maior número mensal de operações portuárias, com mais de 13.500 manobras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/11/2025

PORTARIA DE EMBARCAÇÕES SUSTENTÁVEIS ENTRA EM CONSULTA

Por Danilo Oliveira Navegação 11/11/2025 - 19:31



Minuta prevê que navios certificados terão prioridade em afretamentos na cabotagem. Parâmetros propostos incluem uso de etanol, biodiesel B24, HVO, metanol verde, bio-GNL, amônia e H2V, além de indicadores de eficiência energética. Anúncio ocorreu durante a COP30, em Belém

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) lançou, nesta terça-feira (11), a consulta pública da portaria de embarcações sustentáveis para a cabotagem brasileira, um dos últimos pontos a serem regulamentados no programa BR do Mar. O anúncio ocorreu, como era

esperado, durante a COP30, em Belém (PA), e foi seguido do painel sobre corredores verdes e de inovação. A portaria, elaborada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), estabelece critérios ambientais, sociais e de eficiência energética para o enquadramento de embarcações sustentáveis, com o objetivo de incentivar o uso de combustíveis limpos, tecnologias de baixo carbono e boas práticas trabalhistas no setor.

A medida cria a chamada 'Matriz de Avaliação de Requisitos de Embarcações Sustentáveis' (M.A.R.E.S.), que servirá de base para a certificação voluntária de embarcações que atenderem aos padrões definidos pela norma. Entre os parâmetros previstos está o uso de etanol, biodiesel B24, HVO, metanol verde, bio-GNL, amônia e hidrogênio verde, além de indicadores de eficiência energética (EEXI, EEDI e CII) e da adoção de planos de eficiência (SEEMP). As embarcações certificadas terão prioridade em processos de afretamento e reconhecimento público pela adoção de práticas ambientais e sociais avançadas.

Durante o lançamento, o ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que a iniciativa marca o início de uma nova etapa da política ambiental do setor marítimo brasileiro. "Vamos iniciar uma grande consulta pública agora com o setor produtivo, com os trabalhadores, com as trabalhadoras e com a sociedade civil organizada, para discutir uma grande política pública que dialoga com a sustentabilidade no Brasil", afirmou.

O secretário nacional de hidrovias e navegação, Otto Burlier, reforçou que o processo é essencial para aprimorar a regulamentação e garantir a consolidação das diretrizes de sustentabilidade. Ele disse que a proposta vem sendo construída há anos em diálogo com o setor e que agora é o momento de consolidar contribuições. "Estamos iniciando a consulta pública para receber as contribuições de toda a sociedade sobre o que é uma embarcação sustentável. Esse é um tema essencial para colocar em prática o programa BR do Mar e consolidar o transporte marítimo como vetor da transição energética brasileira", afirmou.

A diretora de sustentabilidade do MPor, Larissa Amorim, também ressaltou que o trabalho é conjunto e coloca o país em posição de liderança global na agenda ambiental. "É um esforço de muitos anos, que traz uma dose de realidade e reforça o compromisso de transformar o Brasil em referência mundial em governança, inovação e sustentabilidade no setor marítimo", destacou.

Para as empresas de cabotagem, uma das dúvidas é se navios afretados a casco nu sem serem lastreados em frota própria precisarão atender às mesmas exigências de sustentabilidade das demais embarcações. Há uma preocupação dos armadores de que os requisitos ambientais fiquem num 'sarrafo elevado' sem uma verificação técnica e qualificada da existência de quantidade suficiente de embarcações com essas características disponíveis no mercado, para afastar quaisquer dificuldades de cumprimento das medidas.

"Precisamos calibrar essa portaria, ainda que ela possa ser bem utilizada para evitar que tenhamos uma frota bastante antiga com relação a isso", comentou o diretor-executivo da Associação Brasileira

dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano, à Portos e Navios. “O MPor está com uma tarefa árdua de definir o que é isso. Estamos sempre disponíveis e conversando com eles para trazer a realidade do mercado”, acrescentou.

A intenção inicial do ministério era colocar a minuta das embarcações sustentáveis em consulta pública em agosto e publicar a portaria durante a COP30, em novembro. A consulta pública ficará disponível na plataforma Participa + Brasil, neste endereço, que vai de 12 de novembro a 12 de dezembro de 2025. Após o período de recebimento de sugestões, a versão final será publicada no Diário Oficial da União, em portaria conjunta assinada pelos ministros Silvio Costa Filho (MPor) e Geraldo Alckmin (MDIC).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/11/2025

ÓRGÃOS DE SEGURANÇA NUCLEAR ASSINAM ACORDO PARA FORTALECER SETOR REGULATÓRIO NO BRASIL

Da Redação Navegação 11/11/2025 - 20:02



A Secretaria Naval de Segurança Nuclear e Qualidade (SecNSNQ), vinculada à Marinha do Brasil (MB), e a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), órgão do Ministério de Minas e Energia (MME), assinaram na última segunda-feira (10) o primeiro Acordo de Cooperação Técnica (ACT), com vigência inicial de cinco anos. O objetivo é fortalecer a regulação da área nuclear, com compartilhamento de informações, experiências e boas práticas.

Entre as metas definidas pelas duas agências está o aprimoramento de normatização e regulação, a partir de oficinas conjuntas e elaboração de documentos técnicos. Além disso, buscam estabelecer regulações que permitam padronizar áreas de atuação das duas Instituições, capacitar recursos humanos com programas de formação e aperfeiçoamento, desenvolver ações de respostas a emergências radiológicas e nucleares e de apoio técnico para avaliação de segurança, inspeção e salvaguardas.

O secretário naval de segurança Nuclear e qualidade, almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, classificou o acordo como marco para a cooperação entre os dois órgãos reguladores da área nuclear do país. “A união de esforços permitirá o fortalecimento do sistema regulatório nacional e o aprimoramento da cultura de segurança nuclear brasileira”, disse.

Já o diretor-presidente da ANSN, Alessandro Facure, afirmou que o acordo fortalecerá a governança nuclear no Brasil e que a colaboração permitirá consolidar o sistema nacional de segurança nuclear e evitar sobreposições de competências. “Esse acordo simboliza a maturidade e a responsabilidade com que o Brasil trata o tema nuclear”, ressaltou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/11/2025

INCENTIVOS TARIFÁRIOS PARA NAVIOS E TERMINAIS SOMAM R\$ 41 MILHÕES EM SANTOS

Da Redação Portos e logística 11/11/2025 - 18:38

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou, nesta terça-feira (11), que em 2025 ofereceu R\$ 16,8 milhões em descontos sobre tarifas a navios e terminais que adotam práticas sustentáveis. Desde 2023, segundo a APS, o montante chega a R\$ 40,6 milhões, como parte de iniciativas para atingir as metas de descarbonização estabelecidas pela Organização Marítima Internacional (IMO) e pelo Acordo de Paris.



A APS afirma que abre mão de arrecadação para incentivar terminais a produzirem o inventário completo de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), além do detalhamento da matriz energética. E que os benefícios são concedidos também a navios “verdes”, aqueles que seguem normas internacionais sobre emissões de carbono e níveis de ruído. “Para a APS, não é perda de receita. É investimento”, disse o presidente da empresa pública, Anderson Pomini.

Além da concessão de descontos, o projeto de redução de emissões da APS inclui a elaboração do Plano

Diretor Energético (PDE) para o Porto de Santos. Para isso, em outubro de 2025, a autoridade assinou contrato com a Fundação Valenciaport para a elaboração de estudos específicos com prazo de finalização de 22 meses.

O plano vai traçar diretrizes e metas para descarbonizar as operações de todo o complexo portuário da Baixada Santista, tanto da APS como dos terminais portuários, dos navios que operam no porto e dos modais de transporte ferroviário e rodoviário. Estão previstas também ações para que o complexo faça a transição da energia oriunda de combustíveis fósseis, altamente emissora de CO₂, para fontes mais limpas.

A APS informou ainda que, desde 2024, desenvolve projeto de eletrificação do cais, com energia limpa e renovável gerada pela usina hidrelétrica de Itatinga abastecendo os rebocadores que operam no local. Além disso, apoia o Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos (PIT), que desenvolve soluções para o sequenciamento de caminhões e navios, reduzindo o tempo de espera e, consequentemente, as emissões.

O diretor de operações da APS, Beto Mendes, disse que é dever do porto, que é o maior do Hemisfério Sul, investir em inteligência e tecnologia em busca de eficiência e de sustentabilidade. Segundo Mendes, a parceria com o PIT visa alinhar o Porto de Santos às melhores práticas globais em operações portuárias.

A autoridade portuária informou que já está em estudos o aumento da capacidade de geração de energia da hidrelétrica de Itatinga, incluindo a produção de hidrogênio verde (H₂V). A meta é que a unidade própria do complexo portuário, que hoje já atende a quase a totalidade da demanda energética da APS, possa abastecer diretamente parcela significativa de todas as operações do porto.

Além disso, as instalações de gás natural da Baixada Santista são vistas como diferencial para a transição energética, permitindo o abastecimento de navios com combustível de baixo carbono. Sidnei Aranha, superintendente de meio ambiente da APS, explicou que o objetivo é consolidar o complexo portuário como parte de corredores marítimos verdes, em que os pontos de chegada e de partida das embarcações asseguram o fornecimento de combustível de baixo impacto.

A APS afirmou que acompanha suas emissões com rigor desde 2021. A autoridade portuária acrescentou que elabora a cada ano seu inventário de GEE usando a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. O documento abrange cerca de 400.000 metros quadrados (m²) de áreas operacionais em Santos, Guarujá e Bertioga, além de 19,5 milhões de metros quadrados de áreas verdes sob gestão ambiental. Aranha acrescentou que o inventário é o orientador para decisões consideradas estratégicas. “Saber exatamente nossa pegada de carbono permite que cada investimento seja direcionado para onde há maior impacto climático”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/11/2025



COP 30: EMBARCAÇÃO MOVIDA A H2V SERÁ LANÇADA NESTA QUARTA-FEIRA (12) *Da Redação Navegação 11/11/2025 - 17:21*



A Itaipu Binacional e o Itaipu Parquete lançam, nesta quarta-feira (12), na Ilha do Combu, em Belém (PA), uma embarcação 100% movida à energia limpa. O BotoH2, de alumínio, tem 9,5 metros de comprimento e 3 metros de largura. Com capacidade para 9 toneladas, a unidade opera com hidrogênio verde (H2V) complementado por energia fotovoltaica. A propulsão do motor é 100% de hidrogênio, podendo ser complementada por um sistema fotovoltaico com seis placas solares.

A embarcação não emite ruídos nem poluentes, e o único resíduo do motor a hidrogênio é água pura. Segundo a Itaipu Binacional, o barco é resultado da experiência de mais de 10 anos de produção de hidrogênio verde do Itaipu Parquetec, um centro de pesquisa em tecnologias sustentáveis, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

O lançamento foi programado para o Pará para fazer parte da programação da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30). Segundo as empresas responsáveis, depois de apresentado, o BotoH2 passará a integrar o Circuito Cultural até o fim da COP 30, poderá ser visitado e fará viagens de até 20 minutos, circulando pela localidade com os visitantes. Depois da Conferência, a embarcação será destinada à coleta de resíduos sólidos (vidro, plástico, metal e papel) em localidades ribeirinhas da capital paraense.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/11/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 12/11/2025